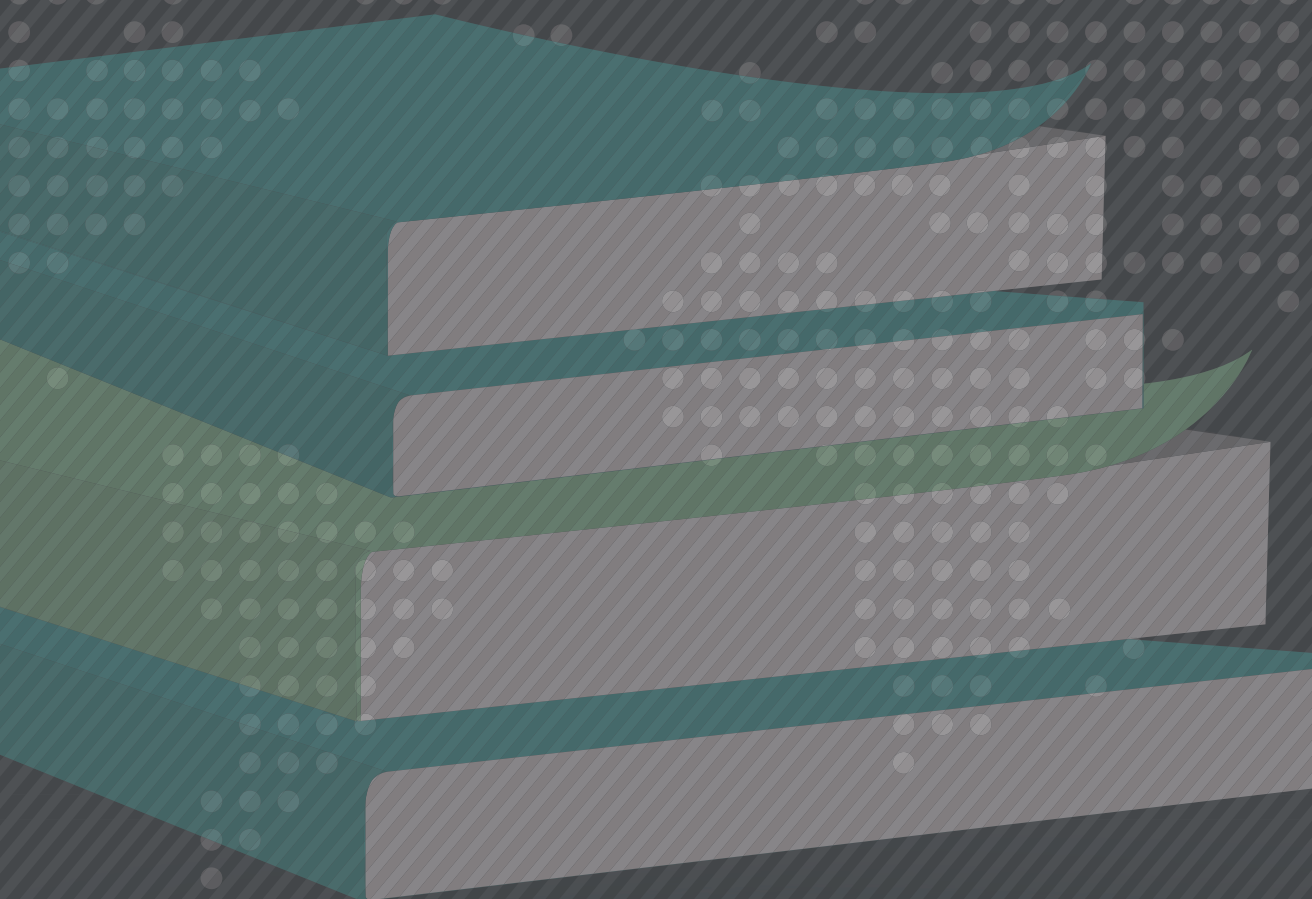


ATLAS DA EDUCAÇÃO

Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso

PORTUGAL 1991/2012



AUTORES: DAVID JUSTINO, LILIANA PASCUEIRO, LUÍSA FRANCO, RUI SANTOS, SÍLVIA ALMEIDA e SUSANA BATISTA

Atlas da Educação

Desempenho e potencial de sucesso e insucesso escolar por concelho

A Associação EPIS – Empresários Pela Inclusão Social, em parceria com o CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova, apresenta os resultados finais do estudo “Atlas da Educação – Desempenho e potencial de sucesso e insucesso escolar por concelho”, que decorreu entre 2012 e 2013, cuja equipa foi liderada pelo Professor David Justino.

Com este estudo, a EPIS quis disponibilizar um instrumento de trabalho, de base nacional e concelhia, que permitisse:

- entender de uma forma expedita a evolução dos principais indicadores da Educação a partir dos Censos de 1991, 2001 e 2011;
- aferir, de uma forma cientificamente justificada, o desempenho e potencial de sucesso e insucesso escolar por concelho, medidos em relação às expectativas de cada contexto socioeconómico.

Este estudo, de natureza macro (base nacional) e meso (base concelhia), que permite uma leitura objetiva do desempenho da Educação em Portugal nos últimos 20 anos, tem como destinatários todos os profissionais e não profissionais ligados à Educação: equipas dos gabinetes governamentais, deputados, equipas das direções gerais e regionais do Ministério da Educação e Ciência, autarcas e técnicos de autarquias, diretores de escolas, professores, pais e encarregados de educação, e cidadãos informados.

Os resultados deste estudo devem servir de base à reflexão, mas dar origem à ação. Há grandes desafios de Educação em muitos concelhos e regiões do país que urge atacar, para garantir a convergência de Portugal para os objetivos europeus de 2020.

A EPIS deseja que o ATLAS DA EDUCAÇÃO contribua para a melhoria da Educação em Portugal e, assim, para a realização pessoal de todos os jovens portugueses.

Lisboa, 1 de Abril de 2014

Diogo Simões Pereira

Diretor-geral Associação EPIS

ÍNDICE



6 INTRODUÇÃO

8 CAPÍTULO 1: A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

- 9 Escolarização média da população portuguesa ESCXEL
- 14 Escolarização média dos principais grupos etários
- 19 As desigualdades de escolarização

25 CAPÍTULO 2: ABANDONO E INSUCESSO ESCOLARES

- 26 O abandono escolar [10-15 anos]
- 31 O abandono precoce ou saída escolar precoce [18-24 anos]
- 37 O indicador de atraso escolar como aproximação ao insucesso
- 50 A avaliação do risco de abandono

62 CAPÍTULO 3: RESULTADOS ESCOLARES E CONTEXTOS LOCAIS

- 63 A base de dados concelhia
- 63 Reconstruir as variáveis de contexto socioeconómico
- 67 Resultados dos Exames: valores observados e valores estimados

78 CAPÍTULO 4: SÍNTESE

- 80 Ensaio de agrupamento de concelhos, considerando o nível do 9º ano
- 84 Ensaio de agrupamento de concelhos, considerando o nível Secundário

89 CAPÍTULO 5: RECOMENDAÇÕES

93 BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

O presente estudo resulta de um pedido formulado pela EPIS – EMPRESÁRIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL no sentido de identificar os contextos do território nacional onde a problemática do abandono e do insucesso escolares pudessem apresentar expressões mais marcadas e cujas dinâmicas pudessem ser aferidas em função de critérios quantificados assentes em evidência cientificamente sustentada.

O projeto EPIS desde muito cedo identificou o insucesso e o abandono escolares como uma das manifestações mais relevantes dos mecanismos sociais da exclusão. Mais do que um problema das escolas entendeu-se que esse era um problema das comunidades locais e do próprio país. Mais do que um problema das famílias, era um problema para cuja superação se impunha mobilizar autarcas, empresários e tantos outros parceiros que, através da diversidade dos seus contributos, pudessem representar a expressão de uma responsabilidade colectiva em relação à formação das novas gerações.

Portugal é um exemplo no quadro europeu de uma sociedade marcada por fortes desigualdades sociais produto, entre outros factores, de uma desigual distribuição do capital humano proporcionado pela escolarização. O atraso revelado pelos níveis de escolarização da população tem vindo a ser superado nas últimas décadas, porém, as taxas de alfabetização e de escolarização mantêm-se ainda longe dos níveis elevados alcançados por países europeus ainda ao longo dos séculos XIX e XX.

Acresce ainda o facto de essas desigualdades ganharem uma maior expressão quando analisadas no quadro do território nacional. O contraste entre zonas urbanas e zonas rurais, o norte e o sul do país, o interior em risco de desertificação e o litoral que concentra uma elevada proporção da população, é de tal forma gritante que dificilmente se poderá falar de coesão territorial.

Neste contexto, o sistema educativo acaba por refletir essas desigualdades, quando se poderia esperar que pudesse constituir um instrumento de atenuação.

O abandono e o insucesso escolares são duas faces dessa incapacidade social de formar as novas gerações para criar e potenciar oportunidades de mobilidade social ascendente, bem como contribuir para a redução dos contextos de exclusão social.

Como fenómenos escolares, o abandono e o insucesso são bem a medida da ineficácia social da escola e do sistema de ensino, muitas vezes incapazes de lidarem com o seu próprio fracasso. Hoje poderemos sustentar que se tratam de fenómenos multifactoriais. Tradicionalmente identificados como resultado das desigualdades sociais e de elevados níveis de pobreza de base familiar, sobre esses fenómenos incidem outros factores como sejam o efeito de atração do mercado de trabalho sobre os baixos níveis de qualificação, o papel da escola na capacitação dos alunos, a criação de expectativas mais ou menos favoráveis a uma transição favorável para a vida ativa, o papel das comunidades locais na produção de oportunidades, entre tantos outros que poderão ser aduzidos.

O problema é que a forma como se combinam esses diferentes factores, mesmo produzindo resultados similares, não é igual em todos os contextos sociais e espaciais. As principais causas do abandono num meio urbano com forte identificação étnica de comunidades migrantes, não são as mesmas que as verificadas em pequenas comunidades rurais. A acessibilidade ao trabalho doméstico ou indiferenciado em contextos de industrialização difusa gera fenómenos de abandono substancialmente diferentes dos verificados em meios sociais de baixo rendimento ou de exclusão social, quer urbanos quer rurais.

Neste contexto, entendeu a EPIS solicitar um mapeamento dessas diferentes combinatórias e contextos geográficos de forma a orientar a sua ação, definindo prioridades, contextualizando as metodologias de intervenção e as diferentes dinâmicas associadas aos fenómenos do abandono e do insucesso.

É esse trabalho de mapeamento que este relatório pretende retratar. Para o efeito, recorremos à fonte de informação mais fidedigna: os *Censos da População*.

Esta fonte permite construir uma matriz de variáveis educacionais e socioeconómicas susceptíveis de um tratamento sistematizado das relações que se estabelecem entre elas. Com uma vantagem adicional: o da comparação dessas variáveis em momentos diferentes, assegurando a estabilidade dos critérios na sua elaboração e acedendo à informação susceptível de nos fornecer as dinâmicas de mudança e transformação dos contextos espaciais.

Nesta perspectiva, entendemos recorrer aos últimos três recenseamentos populacionais, 1991, 2001 e 2011, como fonte privilegiada para recolha de informação e de construção das variáveis.

A segunda opção efectuada centrou-se no nível espacial de análise: os concelhos. Podendo aceder a informação para unidades espaciais de nível inferior (freguesias) ou superior (regiões), entendemos que o nível concelho seria o mais adequado tendo a atenção o recurso a outra informação disponível, nomeadamente os indicadores socioeconómicos que não se obtêm através dos Censos. Por outro lado, a lógica de intervenção da EPIS, privilegiando interlocutores ao nível dos municípios, beneficiaria deste tipo de abordagem.

Os resultados desta investigação pretendem, assim, ser um instrumento de planeamento e de hierarquização de prioridades que permita potenciar a ação da EPIS e do seu modelo de intervenção.

O primeiro capítulo do relatório será dedicado à escolarização da população. A comparação dos principais indicadores nas três datas consideradas dão-nos a imagem de um considerável aumento da escolarização média, mas com uma desigual distribuição pelos diferentes escalões etários. Como seria de esperar, as novas gerações de adultos apresentam níveis de escolarização média mais elevados, mas o que merece destaque é o facto de em duas décadas esse aumento ter sido excepcional. Como teremos oportunidade de demonstrar, a atual geração de pais, cujos filhos frequentam o sistema de ensino, protagoniza a maior expressão de escolaridade massificada que tende para um nível médio de 12 anos a concretizar na presente década.

O segundo capítulo abordará os indicadores de insucesso escolar. Em primeiro lugar, as dimensões do abandono, medido nos diferentes grupos etários em idade escolar. O indicador tradicionalmente utilizado considera proporção de alunos que entre os 10 e os 15 anos não estão a frequentar a escola. O fenómeno que este indicador traduz poder-se-á considerar residual, mas não deixa de ser motivo de atenção dado coincidir com contextos espaciais de exclusão. O que hoje se define como abandono precoce, em substituição da designação mais adequada de saída escolar precoce, dá-nos uma medida do nível de escolarização da população mais jovem (dos 18 aos 24 anos) que está em transição para a vida ativa. Um segundo tipo de indicador pretende ser uma primeira aproximação aos problemas do insucesso expressos pelo número de indivíduos que, à data do recenseamento, apresentam uma idade superior à idade "normal" de frequência de um determinado ciclo de ensino. Sendo um indicador dos fenómenos de retenção escolar, é, entretanto, uma medida não coincidente com as variáveis identificadoras deste problema, pelo que optámos por o designar de "atraso escolar".

A última parte deste capítulo será dedicada à análise do risco de abandono. Recorremos à análise multivariada para formular um indicador que nos expresse a maior ou menor probabilidade de abandono escolar em função das variáveis socioeconómicas que potenciam ou limitam esse risco. Este indicador poderá constituir-se como o referencial decisivo para um plano de prevenção desse risco e, assim, potenciar a intervenção do modelo EPIS neste particular domínio.

O terceiro capítulo será dedicado aos resultados escolares apurados nas diferentes avaliações externas dos desempenhos escolares dos alunos. A continuidade da publicação dos resultados escolares dos exames nacionais já permite fazer uma cartografia dos desempenhos. Uma das preocupações que tínhamos era a de superar a variabilidade dos resultados em função dos diferentes níveis de exigência das sucessivas provas de exame. O recurso a médias quinquenais permite fazer uma análise mais rigorosa do desempenho dos alunos em função da localização da escola.

Ainda neste terceiro capítulo, introduzimos uma análise inovadora pela construção de um modelo estatístico complexo que nos permite ponderar os resultados efetivamente obtidos com os valores estimados em função das condições socioeconómicas da população. A solidez do modelo permite-nos identificar os municípios onde os resultados são superiores ou inferiores aos que seriam estimáveis considerando a composição social da população. Ou seja, permite-nos identificar os concelhos cujas comunidades escolares contrariam ou confirmam o determinismo social expresso pelas relações estatísticas entre resultados escolares e características sociais e económicas da população.

A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

CAPÍTULO 1



O conceito de escolarização será por nós entendido na sua acepção mais simples: o da frequência da instituição escolar. Sabemos que não é o facto de se ter frequentado a escola que permite concluir que o indivíduo ficou escolarizado, ou seja, que adquiriu um conjunto de conhecimentos e de competências susceptíveis de o capacitar para satisfazer os requisitos elementares do saber escolar. Sabemos também que existem indivíduos alfabetizados, isto é, que satisfazem esses requisitos, sem nunca terem frequentado a escola. Porém, a necessidade de construir um indicador comparável para os três períodos considerados neste relatório e que assentasse na informação proporcionada pelos Censos, levou-nos a adoptar o conceito minimalista de escolarização associado ao tempo de frequência da instituição escolar.

O objectivo que se pretende prosseguir é o de medir o número médio de anos que um residente frequentou a instituição escolar. Este valor não é indicado diretamente pela citada fonte. A informação está apenas organizada de acordo com a frequência completa ou incompleta de cada um dos ciclos em que se organiza o sistema de ensino. Esta limitação fez-nos recorrer a um critério para o cálculo da escolarização identificada com o número médio de anos de frequência escolar da população residente num determinado concelho e que já não está a frequentar: o da média ponderada, obtida pelo produto do número de indivíduos pelo número médio de anos de cada um dos ciclos (ponderadores), dividido pelo total de indivíduos residentes que já não se encontram a frequentar qualquer estabelecimento de ensino.

Os ponderadores adoptados foram os seguintes:

Tabela 1: Ponderadores dos níveis de escolarização da população

Nível	Peso	Nível	Peso	Nível	Peso
Não sabe ler/escrever	0	3º ciclo incompleto	7.5	Médio completo	12
1º ciclo incompleto	2	3º ciclo completo	9	Superior incompleto	14
1º ciclo completo	4	Secundário incompleto	10.5	Superior completo	16
2º ciclo incompleto	5	Secundário completo	12		
2º ciclo completo	6	Médio incompleto	10.5		

Com base nestes critérios, foram calculadas para cada um dos três recenseamentos e para cada um dos concelhos portugueses a taxa de escolarização média geral e as mesmas taxas aplicadas a grupos etários específicos. Passamos a apresentar os resultados obtidos.

Escolarização média da população portuguesa

O número médio de anos de escolaridade da população portuguesa que já não está a frequentar qualquer estabelecimento de ensino é apresentado no gráfico e quadro seguintes:

Gráfico 1: Escolarização Média da População Portuguesa, total e por sexo, 1991-2001-2011



Em vinte anos a escolarização média da população portuguesa passou de 4,6 para 7,4 anos, crescendo a um ritmo constante de 1,4 anos por decénio. Este crescimento foi mais rápido entre a população masculina durante a década de 90 e mais acentuado na população feminina na década intercensitária seguinte.

Três comentários que merecem destaque especial:

1. Em 1991 a escolarização média da população portuguesa era pouco superior à escolaridade correspondente ao primeiro ciclo. Trata-se de um valor extremamente baixo que revela o nível de atraso educativo em que o país se encontrava há pouco mais de vinte anos.
2. Em 2011 nota-se uma convergência entre a escolarização dos dois géneros com uma diferença pouco significativa.
3. Chegadas a 2011 a maioria da população portuguesa ainda não atingiu o nível correspondente à escolaridade obrigatória de 9 anos. A manter-se o ritmo verificado nas duas décadas em análise, esse nível só será atingido depois de 2021.

A cartografia¹ da escolarização é apresentada nas páginas seguintes (**Mapas 1, 2 e 3**). O sentido da mudança na distribuição da escolarização é o da sua concentração no litoral com polarizações reduzidas na região de Lisboa (o triângulo Lisboa, Cascais, Sintra), na do Porto e no concelho de Coimbra. Num segundo nível identificam-se algumas capitais de distrito – casos de Faro, Évora, Santarém, Aveiro, Braga e Vila Real.

A tendência nas duas datas seguintes é a da afirmação das cidades do interior, na sua maioria capitais de distrito, que beneficiaram da localização de serviços públicos (saúde, educação, etc.) que fizeram aumentar o nível de escolarização dos seus residentes.

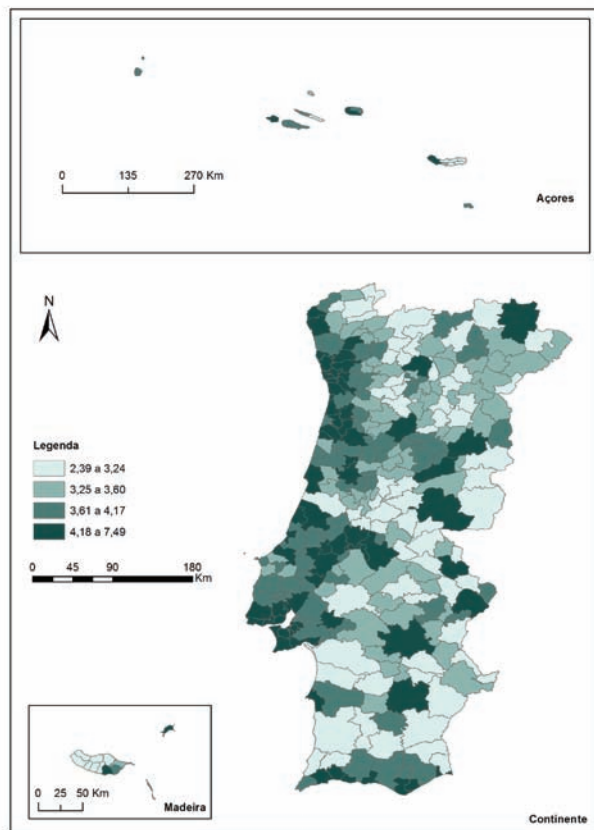
Este movimento insere-se no que poderemos designar de reforço dos níveis intermédios de urbanização, o que denota um fenómeno de contração não só de efetivos populacionais, mas também de uma classe média mais escolarizada.

Neste contexto, poderemos concluir que o movimento de urbanização foi acompanhado de um aumento da escolaridade média dos seus residentes, ou seja, essa alteração não é meramente quantitativa é também qualitativa.

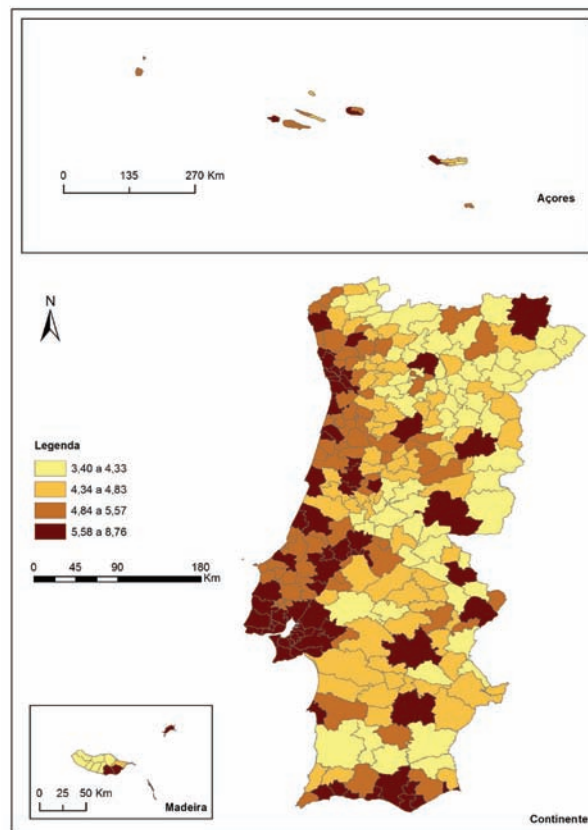
Esse movimento torna-se mais evidente quando identificamos os concelhos que na comparação entre os dados de 1991 e os mais recentes de 2011 registaram maiores acréscimos da média de escolarização. Uma parte significativa desses concelhos identifica-se com a passagem de configurações marcadamente rurais e de baixa escolaridade, para configurações periurbanas de elevada escolarização. Trata-se de alterações decorrentes de urbanizações recentes e relativamente aceleradas. O outro grupo é constituído por concelhos com alguma tradição urbana (caso das capitais de distrito) que cresceram de forma acentuada nos últimos vinte anos.

¹ Em todos os cartogramas recorremos à distribuição dos 4 escalões de acordo com os quartis do conjunto dos dados considerados. Na comparação entre os resultados de cada um dos censos este critério deverá ser considerado na respectiva leitura, dado que cada um dos cartogramas não é comparável em termos absolutos, mas sim em termos relativos.

Escolarização média da população - (1991)



Escolarização média da população - (2001)



Escolarização média da população - (2011)

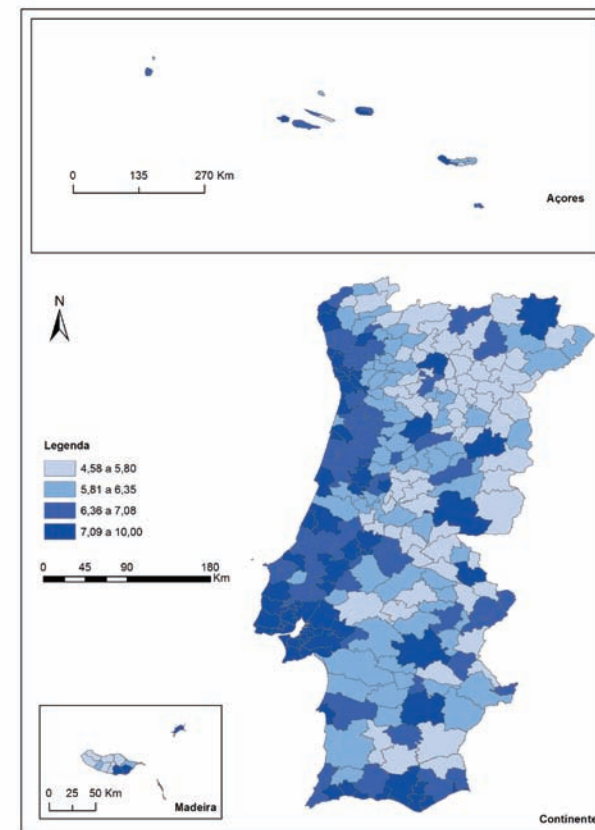


Tabela 2: Os 25 Concelhos que mais aumentaram a Escolarização Média Total, 1991-2011.

	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO MÉDIA (TOTAL)			
	1991	2001	2011	1991-2011
Alcochete	4,16	6,24	8,50	4,34
Santa Cruz	3,72	5,91	7,83	4,11
Mafra	4,12	5,99	8,06	3,94
Arruda dos Vinhos	3,75	5,51	7,57	3,82
Condeixa-a-Nova	3,88	5,58	7,68	3,80
Aljezur	3,24	4,72	6,86	3,62
Montijo	4,38	5,95	7,90	3,52
Sesimbra	4,31	6,30	7,83	3,51
Palmela	4,11	6,00	7,61	3,50
São Brás de Alportel	4,03	5,82	7,52	3,49
Maia	4,96	6,76	8,38	3,42
Sobral de Monte Agraço	3,67	5,19	6,99	3,31
Alenquer	3,75	5,47	7,06	3,31
Albufeira	4,68	6,47	7,98	3,30
Guarda	4,54	6,06	7,83	3,29
Barrancos	3,11	4,72	6,40	3,29
Vila Real	4,64	6,19	7,93	3,28
Loulé	4,14	5,87	7,40	3,27
Viseu	4,53	6,09	7,79	3,27
Montemor-o-Velho	3,52	4,81	6,76	3,24
Benavente	4,16	5,78	7,40	3,24
Tavira	3,83	5,41	7,05	3,22
Beja	4,48	6,02	7,70	3,22
Castro Marim	3,16	4,59	6,37	3,21
Ribeira Brava	2,58	4,00	5,79	3,21

Se considerarmos o conjunto dos vinte e cinco concelhos com as mais elevadas médias de escolarização, o destaque vai para aquele grupo restrito (Oeiras, Lisboa, Cascais, Coimbra e Porto) que já em 1991 se distinguia. Nesse grupo pouco mudou em termos relativos. As surpresas estão nos restantes 20 municípios onde, para além das capitais de distrito, encontramos alguns concelhos – casos de Alcochete e Mafra – que nos últimos vinte anos modificaram profundamente a sua composição social.

Tabela 3: Os 25 Concelhos com os mais elevados valores de Escolarização Média Total em 2011.

	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO MÉDIA (TOTAL)			
	1991	2001	2011	1991-2011
Oeiras	7,49	8,76	10,00	2,51
Lisboa	6,61	8,03	9,51	2,90
Cascais	6,84	8,25	9,50	2,67
Coimbra	6,07	7,41	8,99	2,93
Porto	6,33	7,68	8,89	2,56
Entroncamento	5,86	7,50	8,64	2,78
Alcochete	4,16	6,24	8,50	4,34
Faro	5,58	7,00	8,49	2,90
Aveiro	5,46	6,87	8,48	3,02
Maia	4,96	6,76	8,38	3,42
Sintra	5,88	7,40	8,30	2,42
Braga	5,19	6,70	8,28	3,09
Almada	5,69	7,15	8,27	2,58
Vila Franca de Xira	5,25	6,86	8,18	2,92
Évora	5,04	6,55	8,12	3,08
Odivelas		6,89	8,09	
Seixal	5,65	7,11	8,06	2,41
Mafra	4,12	5,99	8,06	3,94
Matosinhos	5,24	6,70	8,04	2,80
Setúbal	5,21	6,78	8,01	2,81
Albufeira	4,68	6,47	7,98	3,30
Amadora	5,90	7,07	7,98	2,08
Portimão	4,94	6,52	7,94	3,00
Loures	5,55	6,78	7,94	2,40
Vila Real	4,64	6,19	7,93	3,28

Se, de maneira inversa, considerarmos os concelhos com valores mais baixos, encontraremos os que têm sofrido o triplo efeito da quebra demográfica, do envelhecimento e da desescolarização relativa. Estes são os concelhos mais atingidos pelo risco de desertificação, mas, acima de tudo, pela hemorragia das novas gerações potencialmente mais escolarizadas.

Tabela 4: Os 25 Concelhos com os mais baixos valores de Escolarização Média Total em 2011.

	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO MÉDIA (TOTAL)			
	1991	2001	2011	1991-2011
Pampilhosa da Serra	2,39	3,40	4,58	2,19
Penamacor	2,68	3,50	4,75	2,07
Idanha-a-Nova	2,40	3,41	4,77	2,37
Alcoutim	2,50	3,55	4,79	2,29
Boticas	2,78	3,56	4,90	2,12
Oleiros	2,63	3,65	4,94	2,31
Porto Moniz	2,98	3,65	4,96	1,98
Valpaços	3,07	3,88	5,02	1,96
Aguiar da Beira	2,90		5,06	2,16
Ribeira de Pena	2,79	3,82	5,09	2,30
Vinhais	2,93	3,71	5,11	2,18
Freixo Espada à Cinta	3,08	3,79	5,11	2,03
Gavião	2,90	3,96	5,12	2,23
Vimioso	2,95	3,65	5,13	2,18
Montalegre	3,04	3,85	5,24	2,20
Resende	2,72	3,65	5,25	2,53
Sabugal	2,93	3,88	5,25	2,33
Baião	2,91	3,79	5,28	2,37
Cinfães	3,14	4,03	5,29	2,15
Castro Daire	2,93	3,95	5,31	2,38
Penalva do Castelo	2,92	3,99	5,33	2,40
Arcos de Valdevez	2,85	3,81	5,33	2,47
Vila Velha de Ródão	3,03	4,05	5,33	2,30
Meda	3,18	4,00	5,36	2,17
Mértola	2,81	4,03	5,36	2,55

A capacidade de regeneração demográfica e do capital humano é limitada, não só pelas dinâmicas próprias, mas também por se inserirem em espaços regionais onde o fenómeno da concentração urbana em cidades de dimensão média levou ao esvaziamento das suas periferias.

Escolarização média dos principais grupos etários

Quando consideramos processos de rápida escolarização, especialmente em sociedades com consideráveis níveis de atraso educacional, um dos efeitos mais evidentes é o diferencial que se estabelece entre a escolaridade das diferentes gerações.

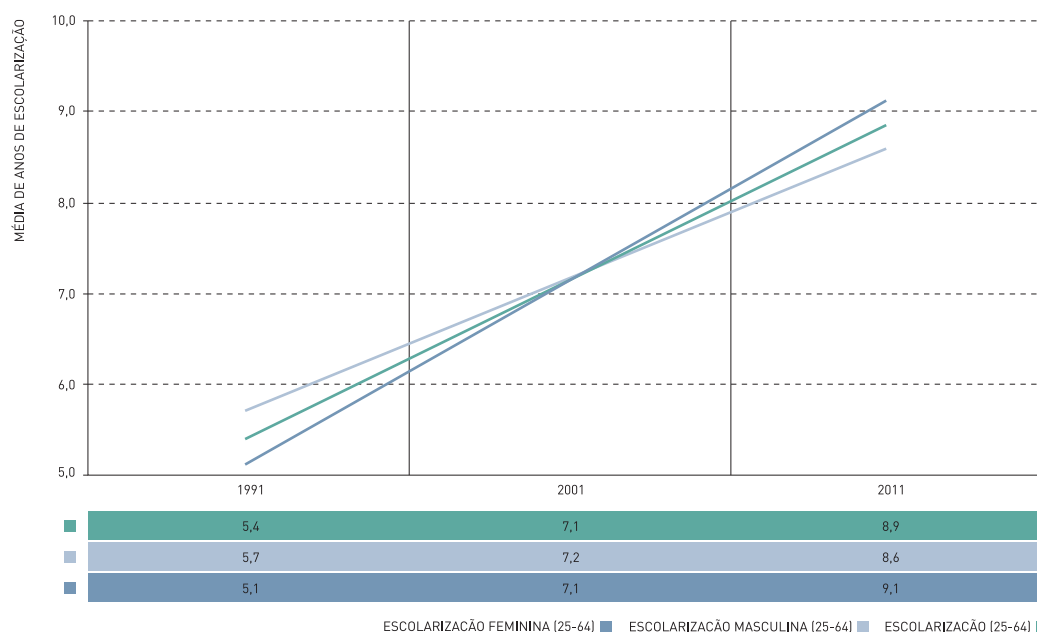
O aumento da esperança média de vida à nascença faz prolongar a presença das gerações menos escolarizadas. A fraca procura de escolarização entre os grupos mais envelhecidos é sempre uma condicionante dos processos de mudança social. Ora, essa característica é ainda marcada pelo baixo valor social da educação e pela desvalorização da escolarização de adultos.

Neste contexto, importa analisar a escolaridade da população portuguesa, especialmente a população adulta que está em idade ativa. O gráfico e quadro seguintes apresentam os valores da escolarização da população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos. Em comparação com o indicador anterior excluimos a população mais jovem e a população idosa.

Os resultados mais reveladores sintetizam-se no facto de a escolarização neste grupo etário apresentar uma média mais próxima dos 9 anos de escolaridade, com ligeira vantagem para a população feminina que já terá ultrapassado esse limiar.

A evolução da escolarização da população feminina adulta e particularmente em idade ativa merece referência especial dado ter partido de uma posição de desvantagem em 1991. Esta igualou o valor da população masculina em 2001 ultrapassou-a claramente em 2011. De certa forma, poderemos dizer que esta população feminina terá respondido de forma mais pronta ao que viria a consagrar-se, mais tarde, como a escolaridade obrigatória de 9 anos.

Gráfico 2: Escolarização Média do Grupo Etário dos 25 aos 64 anos, total e por sexo, 1991-2001-2011



A distribuição geográfica deste indicador está representada nos cartogramas seguintes (Mapas 4,5 e 6), observando-se o destaque das regiões mais urbanizadas do litoral e das cidades, na sua maioria sedes de distrito, do interior.

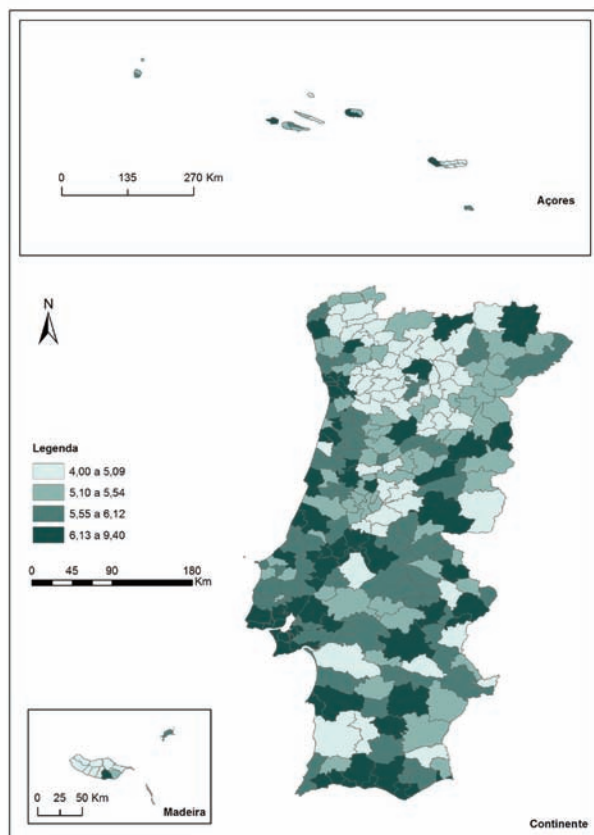
O segundo grupo etário a que daremos atenção é o de idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos. Poderemos identificar este grupo com o da "geração dos pais" das crianças que à época do recenseamento se encontravam no sistema de ensino regular.

É interessante salientar o facto de as crianças que concretizaram o aumento da escolaridade obrigatória de 9 anos terem pais cuja escolaridade média se situava pelos seis anos e meio, ou seja, pouco mais do que o segundo ciclo. Passados vinte anos, as crianças que estão associadas à adopção da escolaridade obrigatória de 12 anos têm pais que, em média, já possuem mais de dez anos de escolaridade.

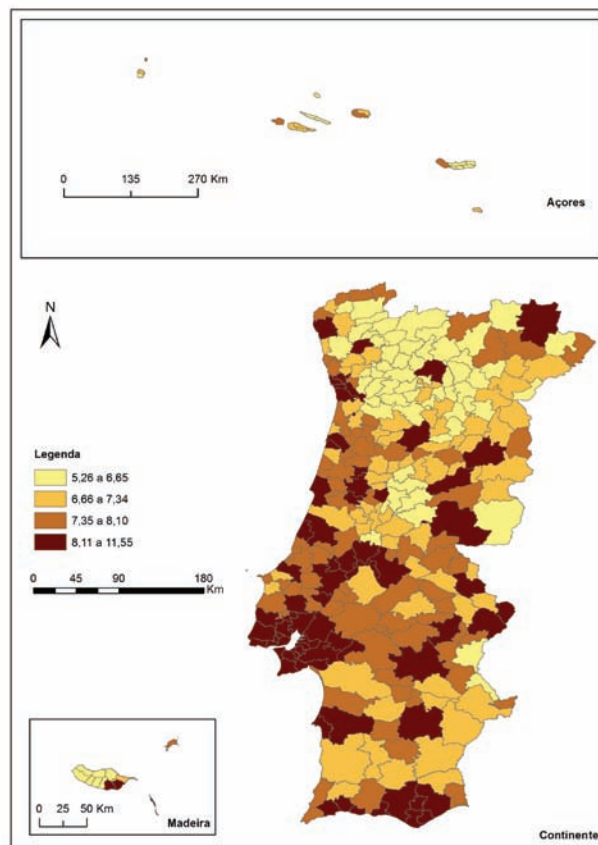
Este aumento da escolarização média da população neste grupo etário deve-se em grande parte ao contributo da escolarização feminina que, partindo de uma situação equiparável em 1991, supera claramente em um ano o valor correspondente para a população masculina (10,9 contra 9,9).

A dinâmica da escolarização feminina, especialmente na passagem da década de 90 para a seguinte, é, sem dúvida, um dos aspectos mais relevantes que estes valores deixam transparecer.

Escolarização média da população 25 - 44 anos - [1991]



Escolarização média da população 25 - 44 anos - [2001]



Escolarização média da população 25 - 44 anos - [2011]

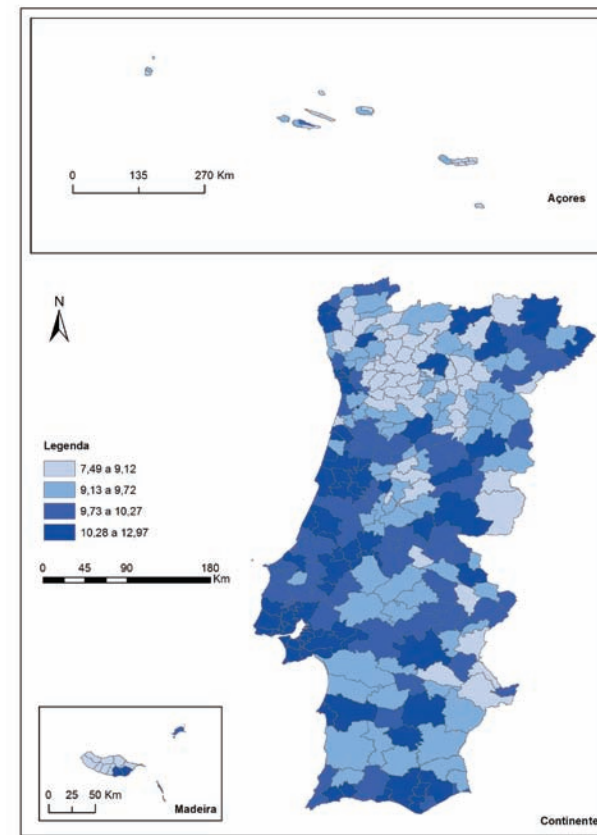
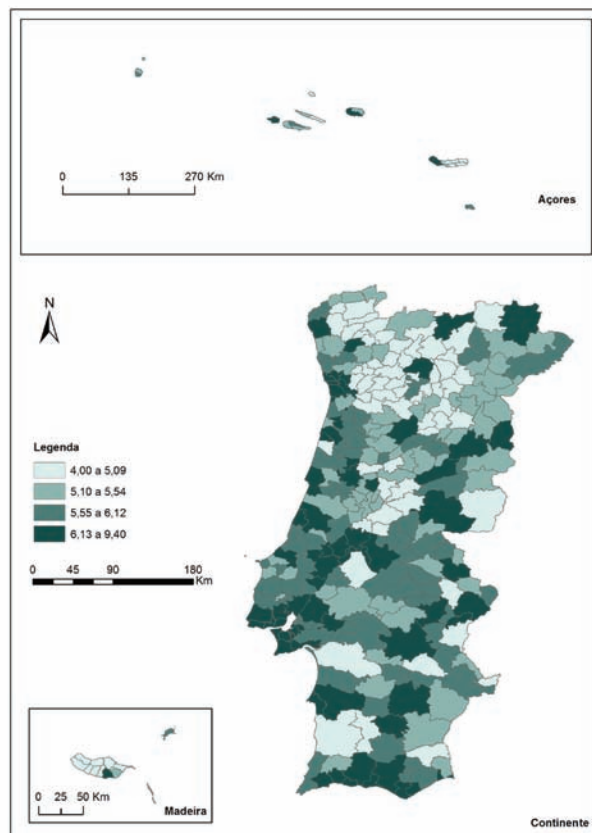


Gráfico 3: Escolarização Média do Grupo Etário dos 25 aos 44 anos, total e por sexo, 1991-2001-2011

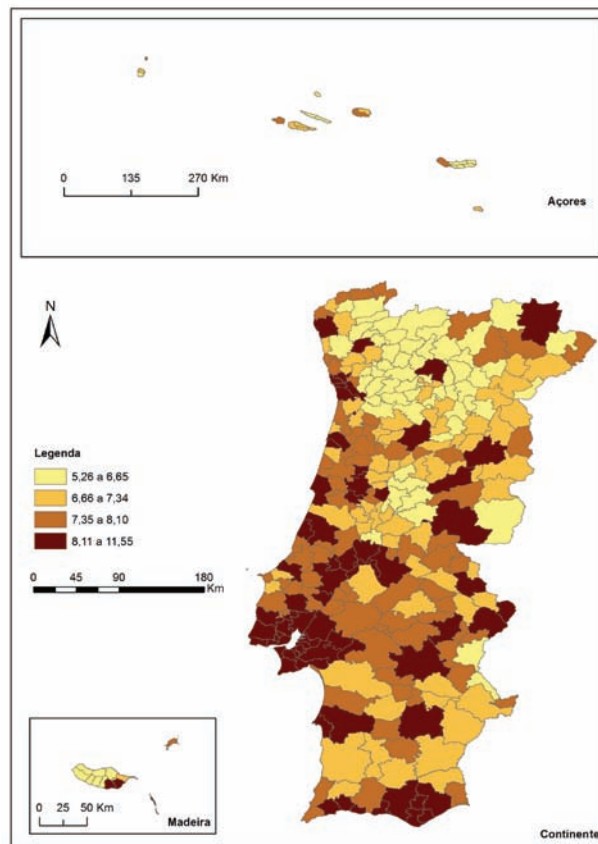
Como teremos oportunidade de demonstrar no capítulo terceiro, esta dinâmica de escolarização feminina permite-nos compreender algumas das alterações no comportamento de outras variáveis de desempenho educativo, nomeadamente as que traduzem o fenómeno do abandono e dos resultados escolares.

O mapeamento deste indicador está representado nos Mapas 7, 8 e 9.

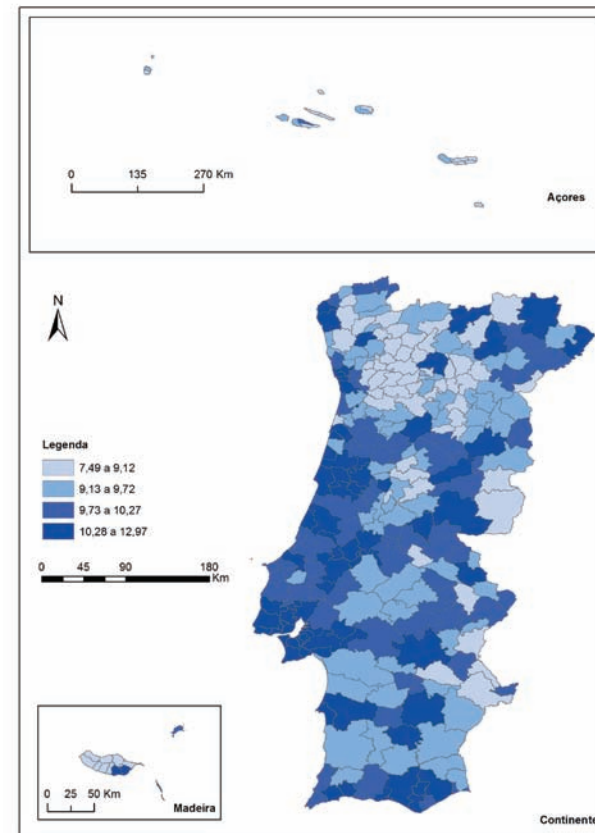
Escolarização média da população 25 - 44 anos - (1991)



Escolarização média da população 25 - 44 anos - (2001)



Escolarização média da população 25 - 44 anos - (2011)



As desigualdades de escolarização

Para além das desigualdades espaciais e de género da escolarização da população portuguesa, interessa-nos medir em cada concelho como é que essa escolarização se distribui pelos diferentes estratos da população. A principal razão prende-se com o facto de as desigualdades educativas constituírem uma razoável aproximação às desigualdades sociais.

É essa “distância” e coexistência entre estratos altamente escolarizados e estratos escassamente escolarizados que nos pode ajudar a compreender certos mecanismos de reprodução dessas desigualdades, nomeadamente a capacidade de gerar expectativas de escolarização mais ou menos elevadas. Partimos da hipótese de que em comunidades territoriais onde a desigualdade é mais acentuada as expectativas de uma escolarização mais prolongada são menores, verificando-se o contrário na situação inversa.

O instrumento de medida dessas desigualdades que se nos afigura mais adequado é o coeficiente de Gini. Concebido e geralmente utilizado para medir as desigualdades de distribuição do rendimento ou da riqueza, presta-se a ser aplicado noutras variáveis, como é o caso da escolarização. O índice que varia entre 0 e 1 corresponde à extensão da área compreendida entre a curva de Lorenz e a diagonal correspondente à igualdade de distribuição da escolarização. Assim quanto mais baixo for o índice maior a proximidade de uma distribuição mais igual (por exemplo, 10% da população detém 10% da escolaridade, 50% da população corresponde a 50% da escolaridade, etc.). Quanto mais elevado for o índice maiores serão as desigualdades de distribuição da escolaridade na população de um país, uma região ou um concelho.

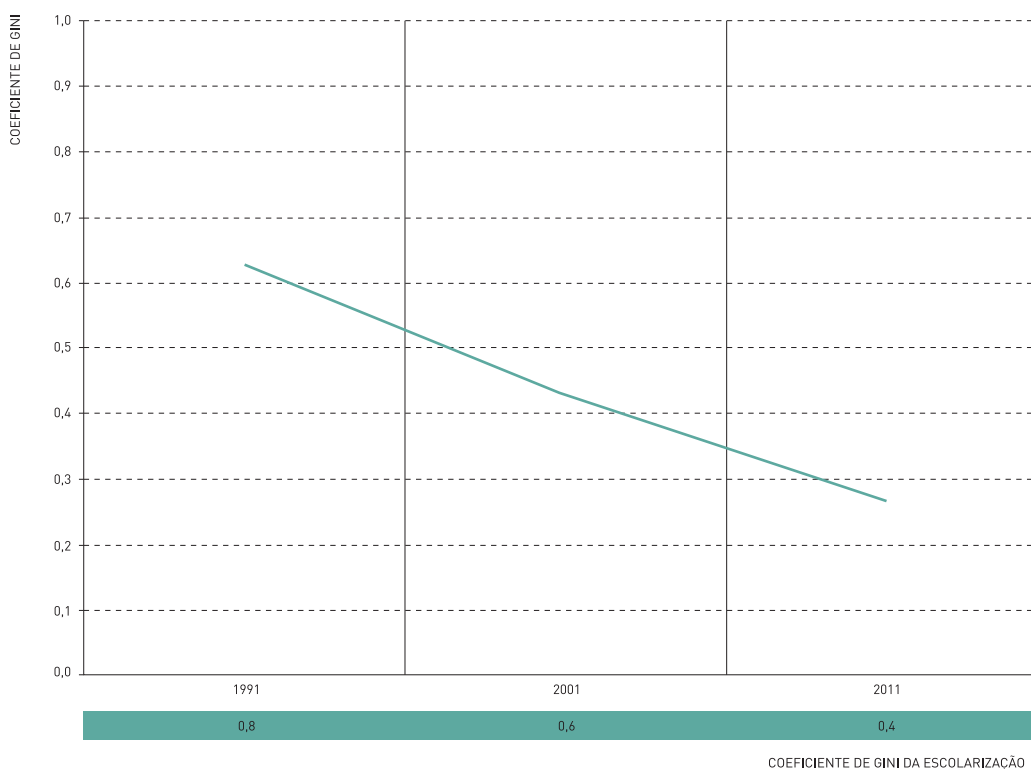
Fórmula de Cálculo utilizada:

$$G = \frac{\sum_{k=1}^{k=n-1} |1 - (X_{k+1} - X_k) (Y_{k+1} + Y_k)|}{2}$$

em que G= coeficiente de Gini, X proporção acumulada da variável “população” e Y a proporção acumulada da variável “escolarização”.

Os resultados obtidos na aplicação à população portuguesa nos três momentos em análise (1991, 2001 e 2011) são apresentados no gráfico seguinte:

Gráfico 4: Desigualdade de Escolarização medida pelo Coeficiente de Gini, 1991-2001-2011



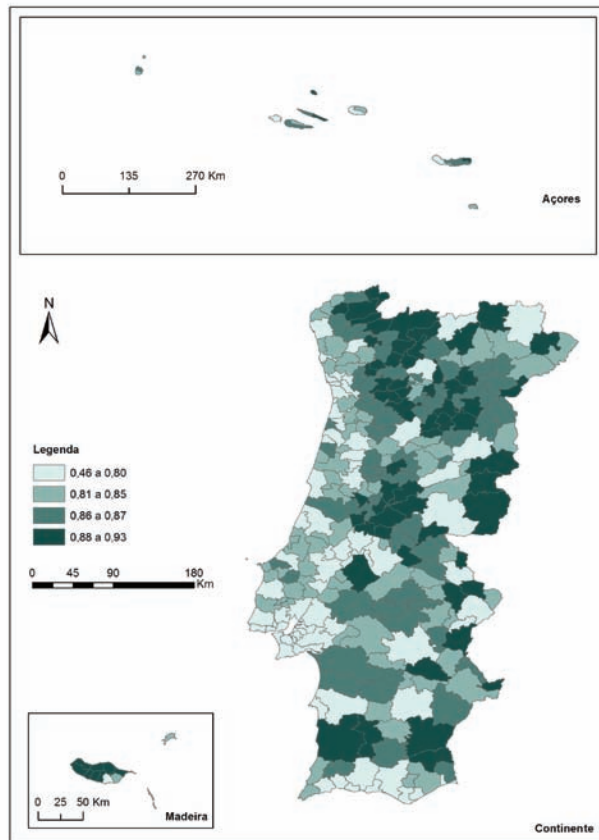
De 1991 para 2011 o indicador de desigual distribuição da escolarização reduz-se praticamente a metade, passando de um elevado coeficiente de desigualdade (0,76) para pouco menos de 0,4. O ritmo de queda parece ser constante, mas há que lembrar que o ponto de partida é consideravelmente alto.

Neste contexto tem sentido afirmar que ao aumento da escolarização média da população portuguesa corresponde uma menos desigual distribuição, atenuando as disparidades iniciais.

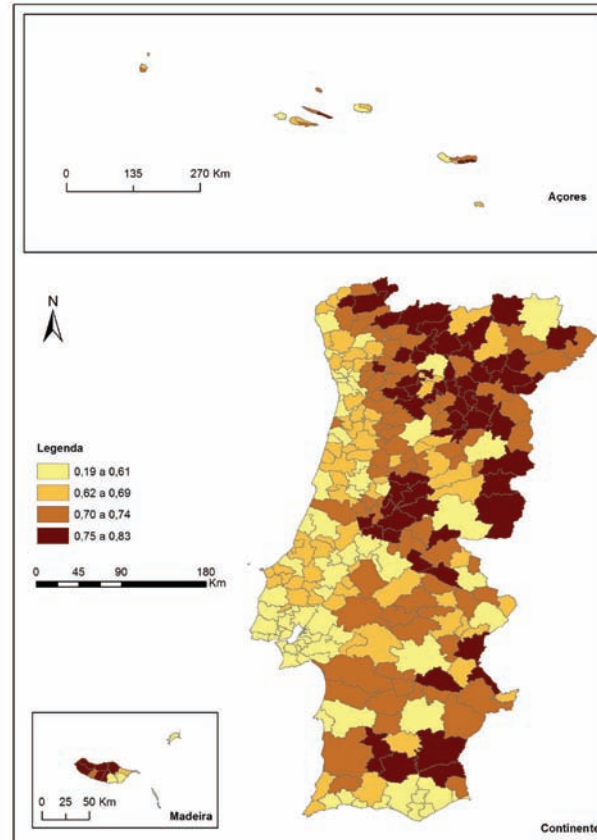
Passando da escala nacional para a escala concelhia, poderemos agora “situar” essas desigualdades no território.

Como se torna patente nos cartogramas (Mapas 10, 11 e 12), a evolução sintetiza-se no aumento das desigualdades educativas numa grande parte dos concelhos do interior, enquanto os concelhos que apresentam uma quebra mais acentuada dos índices de Gini são precisamente aqueles que registaram um aumento mais significativo da escolarização média. Este fenómeno identifica-se com o peso das classes médias escolarizadas nos concelhos mais urbanizados. Nos concelhos do interior a distribuição é mais desigual pela coexistência de estratos populacionais mais envelhecidos, com níveis de escolarização muito reduzidos, com estratos superiores mais escolarizados.

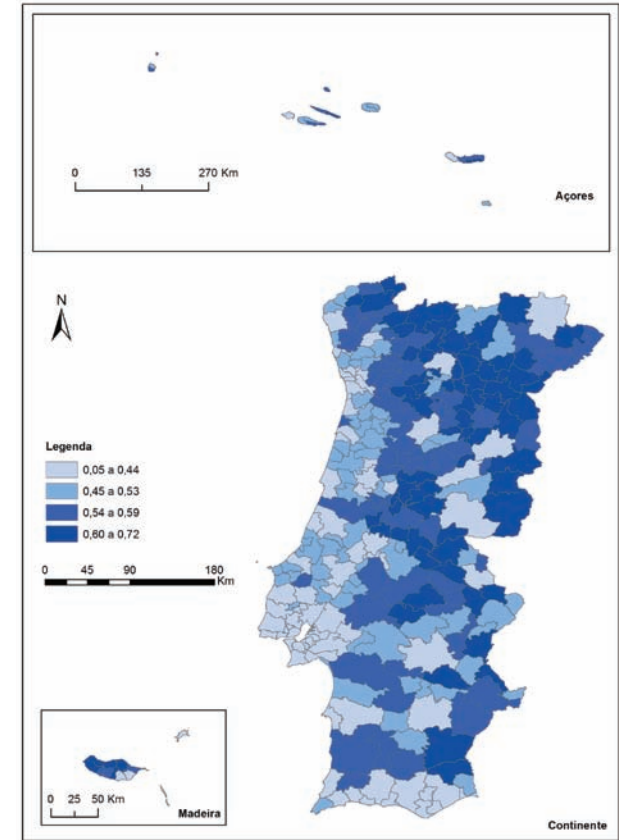
Coefficiente de Gini - [1991]



Coefficiente de Gini - [2001]



Coefficiente de Gini - [2011]



Entre os concelhos que mais reduziram a desigualdade educativa contam-se aqueles de urbanização mais recente, em grande parte resultados da integração de áreas periféricas nas dinâmicas de metropolitização, acrescendo a estes as capitais de distrito que registaram um aumento significativo da escolarização média dos seus residentes.

Tabela 5: Os 25 Concelhos que mais reduziram a Desigualdade de Escolarização (Coeficiente de Gini), 1991-2011.

	DESIGUALDADE EDUCATIVA (Coef. GINI)			
	1991	2001	2011	1991-2001
Alcochete	0,80	0,52	0,24	0,55
Mafra	0,81	0,56	0,31	0,50
Santa Cruz	0,84	0,57	0,35	0,49
Condeixa-a-Nova	0,82	0,59	0,35	0,48
Arruda dos Vinhos	0,84	0,61	0,37	0,47
Maia	0,74	0,47	0,28	0,47
Lisboa	0,55	0,28	0,11	0,45
Sesimbra	0,79	0,52	0,35	0,44
Montijo	0,77	0,55	0,33	0,44
São Brás de Alportel	0,82	0,58	0,39	0,43
Vila Real	0,75	0,52	0,32	0,43
Palmela	0,79	0,55	0,36	0,43
Braga	0,71	0,47	0,28	0,43
Viseu	0,77	0,54	0,34	0,43
Coimbra	0,60	0,37	0,18	0,42
Guarda	0,76	0,54	0,34	0,42
Aveiro	0,68	0,45	0,26	0,42
Albufeira	0,75	0,50	0,33	0,42
Oeiras	0,46	0,19	0,05	0,41
Aljezur	0,85	0,67	0,44	0,41
Cascais	0,53	0,26	0,12	0,41
Faro	0,66	0,43	0,25	0,41
Évora	0,70	0,47	0,30	0,41
Entroncamento	0,65	0,37	0,24	0,40
Beja	0,75	0,53	0,35	0,40

Concelhos como Oeiras, Lisboa, Cascais e Coimbra apresentam em 2011 os índices mais baixos, precisamente pelo facto de albergarem as classes médias mais escolarizadas.

Tabela 6: Os 25 Concelhos com menor Desigualdade de Escolarização (Coeficiente de Gini), 2011.

	DESIGUALDADE EDUCATIVA (Coef. GINI)			
	1991	2001	2011	1991-2001
Oeiras	0,46	0,19	0,05	0,41
Lisboa	0,55	0,28	0,11	0,45
Cascais	0,53	0,26	0,12	0,41
Coimbra	0,60	0,37	0,18	0,42
Porto	0,59	0,34	0,21	0,39
Alcochete	0,80	0,52	0,24	0,55
Entroncamento	0,65	0,37	0,24	0,40
Faro	0,66	0,43	0,25	0,41
Aveiro	0,68	0,45	0,26	0,42
Maia	0,74	0,47	0,28	0,47
Braga	0,71	0,47	0,28	0,43
Almada	0,65	0,41	0,29	0,36
Sintra	0,64	0,39	0,29	0,35
Évora	0,70	0,47	0,30	0,41
Vila Franca de Xira	0,70	0,46	0,31	0,40
Odivelas		0,46	0,31	
Mafra	0,81	0,56	0,31	0,50
Setúbal	0,69	0,45	0,32	0,38
Matosinhos	0,71	0,48	0,32	0,39
Seixal	0,66	0,43	0,32	0,34
Vila Real	0,75	0,52	0,32	0,43
Albufeira	0,75	0,50	0,33	0,42
Montijo	0,77	0,55	0,33	0,44
Amadora	0,63	0,43	0,33	0,31
Portimão	0,72	0,50	0,33	0,39

Tabela 7: Os 25 Concelhos com maior Desigualdade de Escolarização (Coeficiente de Gini), 2011.

	DESIGUALDADE EDUCATIVA (Coef. GINI)			
	1991	2001	2011	1991-2001
Pampilhosa da Serra	0,93	0,83	0,72	0,21
Penamacor	0,89	0,80	0,70	0,20
Alcoutim	0,91	0,80	0,69	0,22
Boticas	0,91	0,82	0,69	0,22
Porto Moniz	0,90	0,81	0,69	0,22
Oleiros	0,91	0,81	0,69	0,23
Idanha-a-Nova	0,90	0,81	0,69	0,22
Valpaços	0,89	0,79	0,68	0,21
Vinhais	0,89	0,80	0,68	0,22
Gavião	0,88	0,78	0,67	0,21
Aguiar da Beira	0,90	n.d.	0,67	0,23
Freixo Espada à Cinta	0,89	0,79	0,67	0,22
Ribeira de Pena	0,90	0,79	0,66	0,23
Cinfães	0,90	0,79	0,66	0,23
Vimioso	0,89	0,80	0,66	0,23
Baião	0,91	0,81	0,66	0,25
Vila Velha de Ródão	0,88	0,77	0,65	0,23
Castro Daire	0,90	0,78	0,65	0,25
Sabugal	0,88	0,78	0,65	0,23
Penalva do Castelo	0,90	0,78	0,65	0,25
Resende	0,91	0,80	0,65	0,26
Montalegre	0,88	0,78	0,65	0,23
Vila de Rei	0,91	0,78	0,64	0,26
Carraceda de Ansiães	0,89	0,78	0,64	0,25
Meda	0,88	0,78	0,64	0,24

ABANDONO E INSUCESSO ESCOLARES

CAPÍTULO 2



O presente capítulo pretende abordar o fenómeno educativo pela perspectiva da ineficiência da escolarização, ou seja, pelo abandono escolar e pelo insucesso.

Numa perspectiva formal, o conceito de abandono escolar em Portugal pode ser definido como a interrupção da frequência do sistema de ensino antes da idade legalmente estabelecida para a escolaridade obrigatória. A definição é decalcada da fixação legal da escolaridade obrigatória e, ainda que esteja associada a um determinado nível de ensino, a referência essencial é sempre o número de anos da escolaridade obrigatória. Neste contexto, em sede de inquérito ou recenseamento, a identificação do abandono escolar é sempre a frequência escolar interrompida antes de atingida a idade obrigatória legal.

No caso do abandono escolar utilizaremos dois indicadores correspondentes a dois grupos etários específicos.

O que designaremos por “abandono escolar” – tradicionalmente identificado nos países de tradição anglo-saxónica por *dropout* – é expresso pela respectiva taxa calculada pela razão entre população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, e a população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos, multiplicado pela base 100. Este é o indicador tradicional utilizado para aferir do grau de concretização da escolaridade obrigatória de 9 anos.

O segundo indicador deveria designar-se por “saída escolar precoce” como tradução literal do conceito consagrado internacionalmente de “early school leaving”. Porém, na terminologia estatística portuguesa esta medida passou a ser designada incompreensivelmente por “abandono precoce”.

Este indicador foi adoptado em 1999 pelo Employment Committee da UE, com o objetivo de monitorizar e reduzir o abandono escolar precoce entre os Estados membros. Este é um dos cinco indicadores escolhidos para acompanhamento, tendo sido definida, mais recentemente, como meta para 2020, a redução desta população para uma percentagem não superior a 10%.

Trata-se de uma taxa calculada a partir da razão entre o número de indivíduos entre os 18 e 24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar o sistema educativo ou um curso de formação profissional durante o mês anterior ao inquérito ou ao recenseamento, e o total da população residente entre 18 e 24 anos. Esta é a definição adoptada pelo Eurostat e que constitui um dos indicadores de referência para monitorização do desempenho dos sistemas de ensino nacionais.

Trata-se de uma medida retrospectiva adoptada por todos os países da União e obtida anualmente através de inquérito a uma amostra nacional representativa e que sustenta a elaboração do “Labour Force Survey”.

O que fizemos foi adoptar o mesmo critério de cálculo e aplicá-lo aos dados fornecidos pelos Censos.

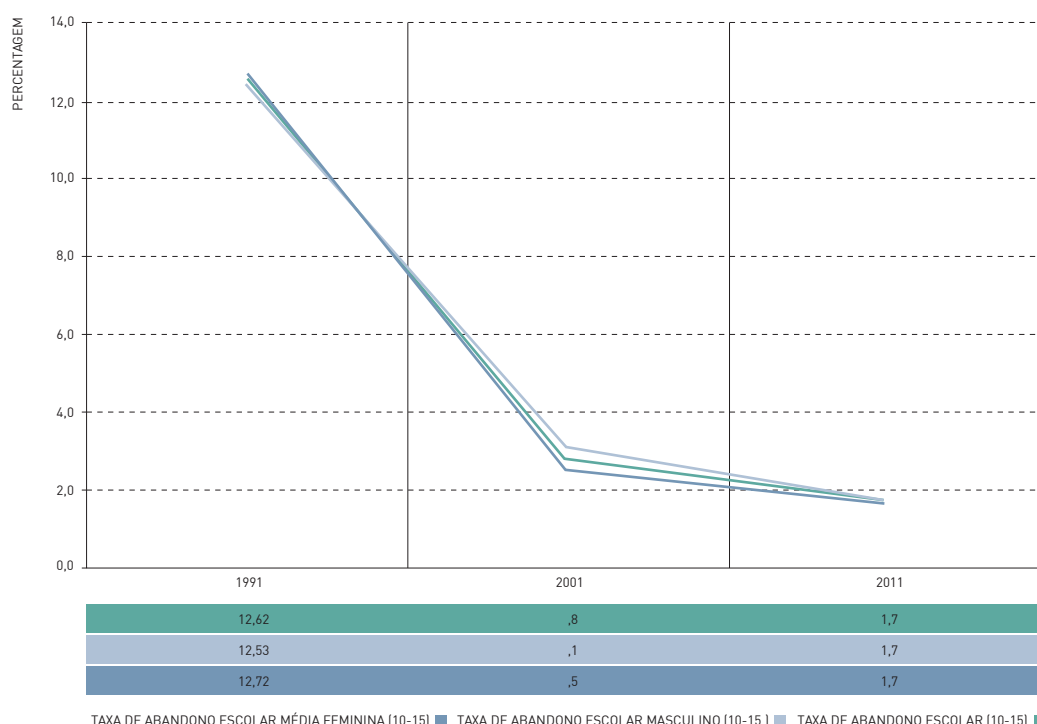
Importa lembrar que, considerando grupos etários diferentes, cada um destes indicadores mede situações perante a escola e perante o emprego sensivelmente diferentes. Neste sentido, os valores são comparáveis entre os diferentes recenseamentos, mas os indicadores não são comparáveis entre si.

O abandono escolar [10-15 anos]

Como atrás escrevemos, este era o indicador privilegiado para aferir a concretização da escolaridade obrigatória de 9 anos. Recentemente, os valores revelados pelo Censos 2011, tornam este fenómeno como algo de residual. Porém, é assinalável o progresso registado nas duas últimas décadas. De cerca de 12,6% esta taxa de abandono registou uma queda significativa durante a década de 90. À entrada deste século essa taxa cifrava-se em 2,8% e dez anos mais tarde em 1,7%.

Não se pode identificar de forma inequívoca a diferença entre o abandono masculino e feminino. Ambos acompanharam o movimento geral sem grandes diferenças.

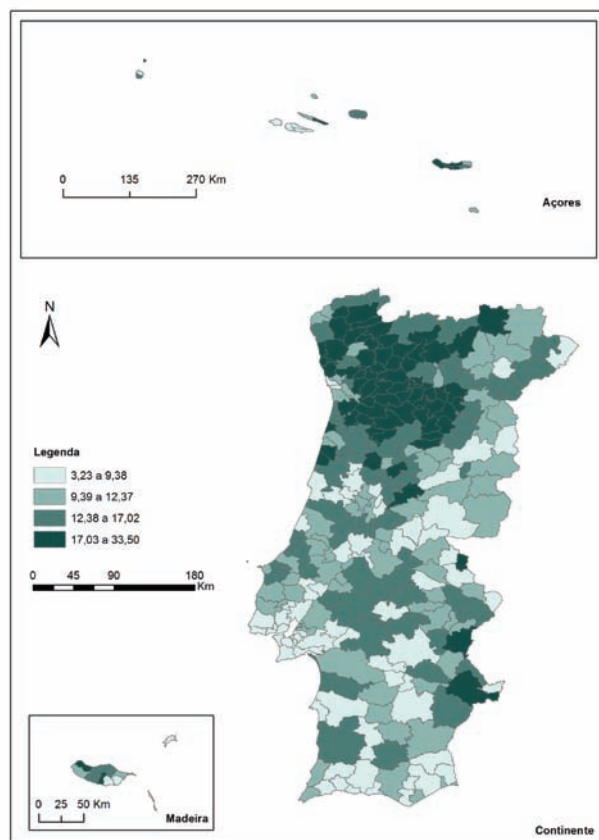
Gráfico 5: Taxas de Abandono Escolar (10-15 anos) em Portugal, 1991-2001-2011



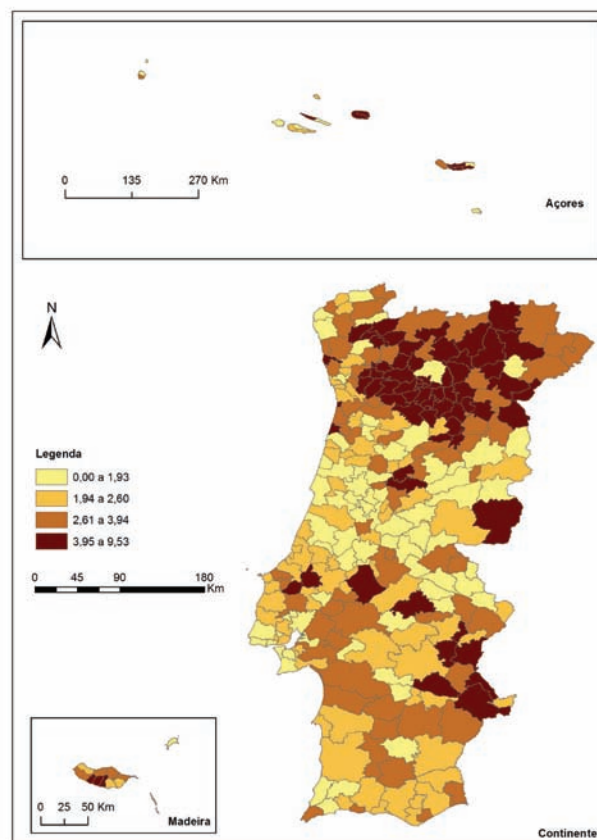
Por outro lado, o debate recente sobre a concretização da escolaridade obrigatória de 9 anos tem pouco sentido. Os valores registados em 2011 deverão descer nos próximos anos, mas é pouco provável que atinjam valores mais próximos de zero. Este valor residual corresponde a bolsas de exclusão social que dificilmente poderão ser eliminadas de um momento para o outro.

A análise dos cartogramas (**Mapas 13, 14 e 15**) onde se representam por concelho os valores deste indicador permite constatar que a maior concentração do abandono escolar na região do litoral norte se dissipou e que neste momento esse problema é mais característico das zonas de uma agricultura de subsistência ou de zonas em risco de desertificação demográfica.

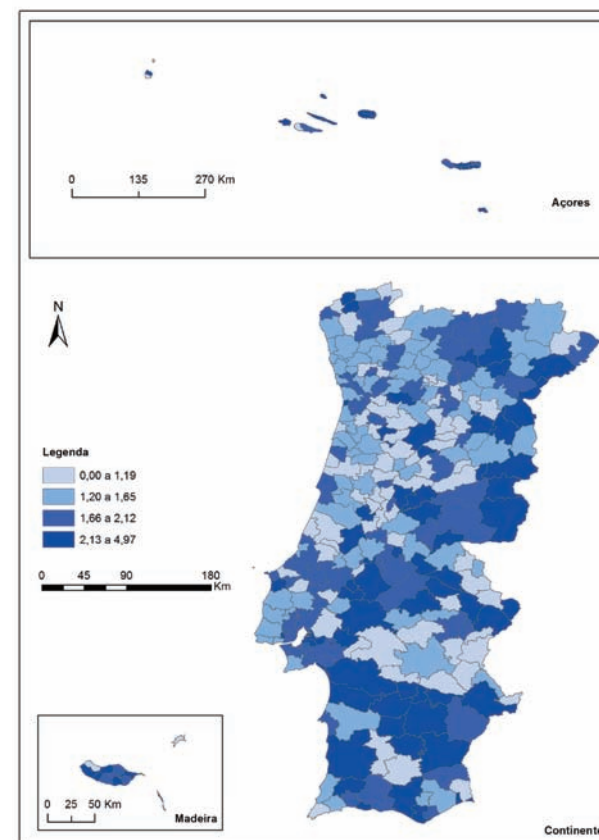
Taxa de abandono escolar 10-15 anos - (1991)



Taxa de abandono escolar 10-15 anos - (2001)



Taxa de abandono escolar 10-15 anos - (2011)



Basta observarmos quais os concelhos que registaram maior quebra do abandono escolar entre 1991 e 2011. Na sua maioria localizavam-se nos vales do Ave, do Sousa e do Tâmega a que poderíamos associar o vale do Douro enquanto prolongamento deste grande polo de concentração do abandono na década de 90. Era a região tradicionalmente conhecida pelo trabalho infantil, na sua maioria na atividade industrial, especialmente nos sectores do têxtil, vestuário, calçado, mobiliário e também da construção civil. A transição da escola para o mercado de trabalho era precoce e, na maior parte dos casos, concretizava-se no próprio núcleo doméstico.

Foi precisamente este tipo de abandono que, não tendo desaparecido completamente, registou a maior redução.

Vinte anos depois, esse abandono confina-se aos meios rurais e tende a associar-se a grupos étnica e culturalmente minoritários.

Tabela 8: Os 25 Concelhos que mais reduziram a Taxa de Abandono Escolar (10-15 anos), 1991-2011.

	TAXA DE ABANDONO ESCOLAR (10-15 ANOS)			
	1991	2001	2011	1991-2001
Paços de Ferreira	33,50	7,27	2,01	31,49
Lousada	32,14	6,61	1,18	30,96
Felgueiras	32,31	4,50	1,85	30,46
Marco de Canaveses	31,13	8,28	1,44	29,69
Cinfães	31,35	8,48	2,46	28,89
Resende	28,98	9,30	1,93	27,06
Celorico de Basto	27,27	5,82	1,23	26,04
Tarouca	26,86	6,65	1,03	25,83
Castro Daire	27,24	4,49	1,46	25,77
Vila Franca do Campo	27,78	8,81	2,34	25,44
Ribeira Grande	28,75	9,18	3,60	25,15
Amarante	26,38	4,88	1,30	25,08
Castelo de Paiva	25,75	3,80	0,70	25,05
Mondim de Basto	26,42	9,53	1,57	24,85
Arouca	25,58	3,33	0,82	24,76
Paredes	26,16	6,40	1,59	24,57
Penafiel	25,82	5,70	1,74	24,08
Fafe	25,82	3,92	1,97	23,85
Póvoa de Lanhoso	24,63	4,34	1,35	23,28
Cabeceiras de Basto	24,60	4,62	1,41	23,19
Barcelos	24,49	3,02	1,33	23,16
Vila Nova de Paiva	23,68	6,01	0,63	23,05
São João da Pesqueira	24,25	7,45	1,38	22,87
Esposende	24,33	3,05	1,46	22,86
Baião	24,70	6,34	1,95	22,74

Em 2011, os municípios que apresentam as maiores taxas de abandono escolar evidenciam-se pela associação a concelhos rurais em risco de desertificação, com bolsas de pobreza e populações com identificação étnica, sendo de salientar um número considerável de concelhos da Região Autónoma dos Açores.

Tabela 9: Os 25 Concelhos com as mais elevadas Taxas de Abandono Escolar (10-15 anos), 2011

	TAXA DE ABANDONO ESCOLAR (10-15 ANOS)			
	1991	2001	2011	1991-2011
Gavião	14,52	1,02	4,97	9,55
São Vicente	13,86	3,39	4,88	8,98
Idanha-a-Nova	10,91	5,00	4,68	6,23
Freixo Espada à Cinta	13,82	5,38	4,49	9,32
Lagoa (RAA)	21,02	4,72	4,22	16,80
Aljustrel	10,12	3,88	4,05	6,07
Castro Verde	10,49	0,61	3,84	6,66
Mogadouro	13,57	3,60	3,76	9,81
Figueira de Castelo Rodrigo	11,34	7,14	3,65	7,69
Chamusca	15,98	5,17	3,61	12,38
Sabugal	10,12	2,44	3,61	6,51
Ribeira Grande	28,75	9,18	3,60	25,15
Crato	11,41	1,92	3,57	7,84
Ferreira do Alentejo	10,41	3,36	3,51	6,90
Belmonte	12,66	2,96	3,43	9,23
Machico	11,12	2,90	3,26	7,87
Pampilhosa da Serra	20,47	2,00	3,21	17,26
Monforte	16,61	3,63	3,17	13,43
Pinhel	11,41	3,11	3,14	8,27
Santa Cruz da Graciosa	11,28	2,36	3,11	8,17
Ansião	10,57	1,87	3,10	7,47
Vila Real de Santo António	10,62	2,82	2,98	7,64
Campo Maior	8,15	2,01	2,97	5,18
Oleiros	12,23	1,47	2,96	9,27
Espinho	12,56	4,09	2,95	9,61

Tabela 10: Os 25 Concelhos com as mais baixas Taxas de Abandono Escolar (10-15 anos), 2011

	TAXA DE ABANDONO ESCOLAR (10-15 ANOS)			
	1991	2001	2011	1991-2011
Golegã	9,51	2,49	0,31	9,21
Vouzela	21,04	3,08	0,31	20,73
Cadaval	10,65	4,04	0,36	10,29
Vila do Bispo	10,31	3,81	0,39	9,92
Murtosa	21,55	6,59	0,43	21,13
Mortágua	17,15	2,99	0,43	16,72
Santa Marta de Penaguião	21,90	7,59	0,47	21,42
Pedrógão Grande	7,48	2,58	0,48	7,00
Alvaiázere	15,42	2,96	0,52	14,89
Manteigas	10,07	1,32	0,54	9,53
Porto Santo	6,02	1,79	0,62	5,40
Vila Nova de Paiva	23,68	6,01	0,63	23,05
Porto Moniz	23,17	2,55	0,63	22,55
Condeixa-a-Nova	9,38	1,11	0,64	8,74
Carregal do Sal	12,82	2,53	0,66	12,17
Alandroal	20,33	4,72	0,70	19,63
Castelo de Paiva	25,75	3,80	0,70	25,05
Lousã	6,38	1,17	0,71	5,68
Sátão	22,46	2,22	0,72	21,74
Arraiolos	12,46	2,31	0,76	11,70
Miranda do Corvo	11,21	1,32	0,78	10,43
Meda	14,60	4,40	0,80	13,80
Óbidos	13,49	3,65	0,81	12,68
Arouca	25,58	3,33	0,82	24,76
Portel	16,25	4,42	0,82	15,43

Não se pode dizer que exista um padrão geográfico de carácter regional entre os municípios que no Censos de 2011 apresentam as taxas de abandono escolar mais baixas. Eles distribuem-se um pouco por todo o país e a compreensão das causas que sustentam este desempenho passa por se efetuarem estudos em profundidade nestas comunidades. O que é certo é que muitos destes municípios vivem “paredes meias” com outros que apresentam uma expressão marcada do abandono.

O abandono precoce ou saída escolar precoce [18-24 anos]

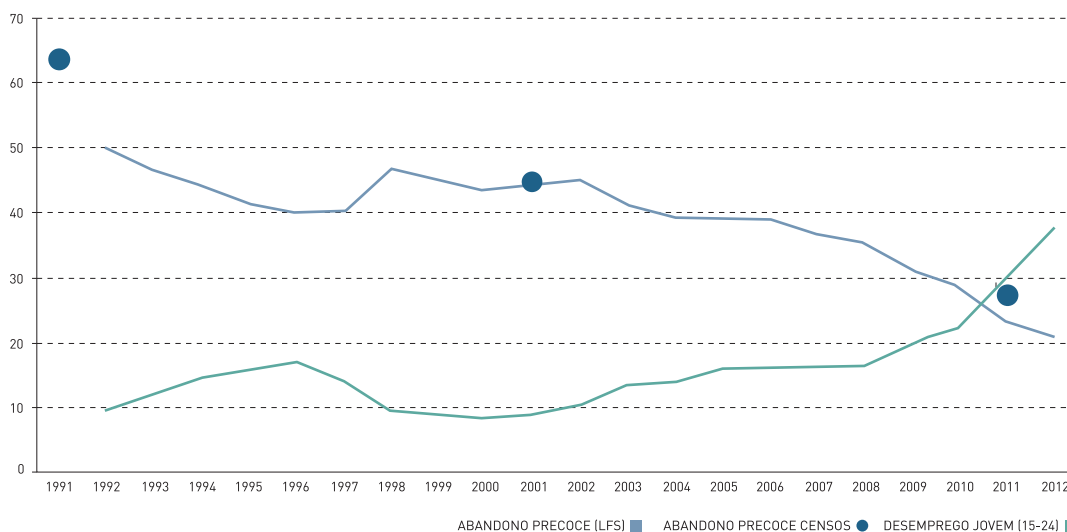
Face ao carácter residual do indicador anterior é cada vez mais utilizado, ainda que visando um fenómeno relativamente diferente, o “abandono precoce” correspondente à antiga designação de saída escolar precoce.

Identifica-se como o conjunto de indivíduos que no grupo etário dos 18-24 anos já não se encontra a frequentar qualquer curso de ensino formal ou de formação, não tendo terminado o ensino secundário. Dado que se trata de uma taxa, esse número é dividido pelo total da população residente com idades compreendidas nesse grupo etário e multiplicado por 100.

É um indicador que nos aproxima do grau de escolarização secundária ou, se quisermos, do grau de concretização da escolaridade de 12 anos. Como atrás escrevemos, trata-se de uma variável retrospectiva dado avaliar a escolarização de um grupo etário que em situação de idade regular estaria fora do sistema de ensino.

O Gráfico 6 permite-nos comparar o mesmo indicador a partir de duas fontes diferentes. O registo anual é obtido dos dados do Eurostat (LFS = Labour Force Survey, “early school leavers”) que têm como origem em Portugal os Inquéritos ao Emprego promovidos pelo INE. O registo decenal é o obtido através dos Censos de 1991, 2001 e 2011.

Gráfico 6: Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos) e Taxas de Desemprego Jovem (15-24 anos), em Portugal, 1991-2011



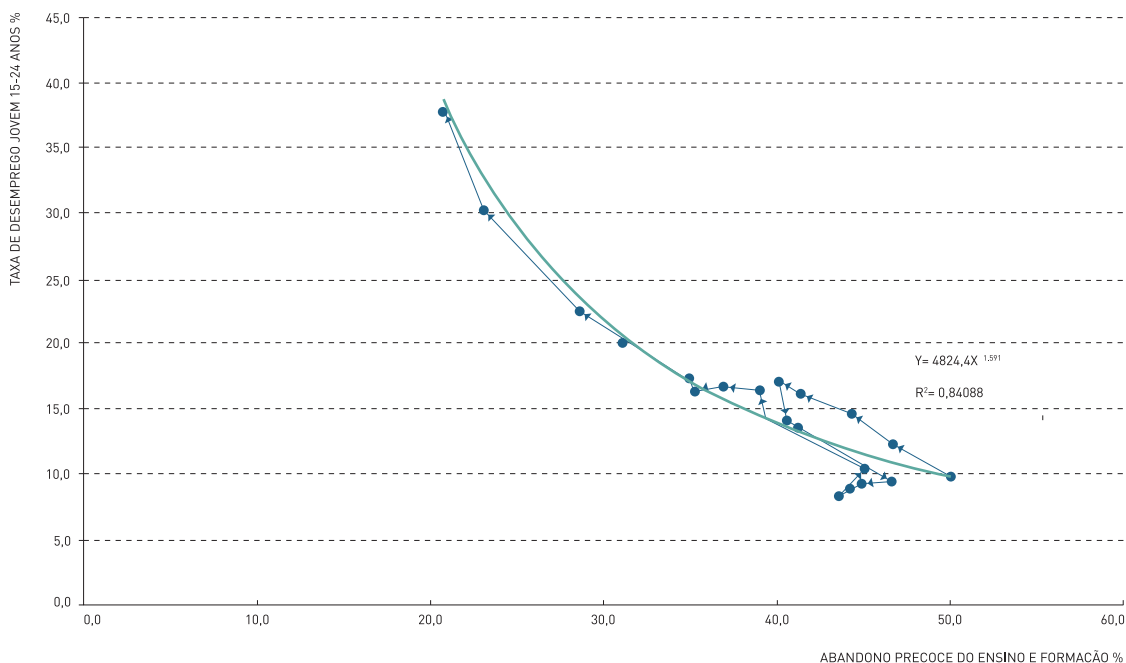
As diferenças entre as duas fontes não são significativas: aparentemente superior o valor apurado a partir dos Censos de 1991, ainda que não se disponha de informação do Eurostat para aquele ano, é coincidente em 2001 e ligeiramente superior em 2011. Em termos de tendência poderemos concluir que ela é quase coincidente nas duas fontes.

A segunda série identificada a vermelho representa a evolução da taxa de desemprego jovem, medida no grupo etário dos 15 aos 24 anos. Repare-se na quase simetria de comportamento das duas séries.

Deduz-se de uma primeira leitura do gráfico que há uma dependência entre as duas variáveis: quando o desemprego dos jovens é baixo, o abandono precoce tende a ser mais alto, verificando-se o inverso em situações de aumento desse desemprego.

Esta relação torna-se mais evidente se relacionarmos os níveis de desemprego com os níveis de abandono precoce ao longo do período considerado.

Gráfico 7: Relação entre Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos) e Taxas de Desemprego Jovem (15-24 anos), em Portugal, 1992-2012



Esta elevada sensibilidade do abandono 18-24 às situações de desemprego tem especial incidência em Portugal e nos países da Europa do sul e parece refletir o baixo valor social da educação. Ou seja, em situação de escolha entre mais um ano de escolarização e a inserção precoce no mercado de trabalho, esta segunda opção tende a prevalecer para uma parte significativa da população. Se a oportunidade de inserção precoce no mercado de trabalho é reduzida, então o incentivo a prolongar a escolarização é maior. Porém, é necessário reafirmar o facto de estarmos a trabalhar com variáveis macro e que em escalas mais reduzidas essa sensibilidade poderá não ser pronunciada.

Percebendo os contextos em que devem ser analisadas as taxas de abandono precoce, é possível compreender melhor a dimensão da quebra verificada neste indicador. Portugal protagonizou a mais relevante descida do abandono precoce na Europa, durante as duas últimas décadas.

Gráfico 8: Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos) em Portugal, 1991-2001-2011



Considerando os valores extraídos dos Censos, Portugal reduziu o seu abandono precoce de 63,7% em 1991 para 27,1% em 2011. Lembre-se que, de acordo com os valores anuais para o mesmo indicador extraído do Eurostat (LFS), este indicador aproximou-se dos 20% em 2012 e é expectável que ultrapasse esse limiar durante o ano de 2013.

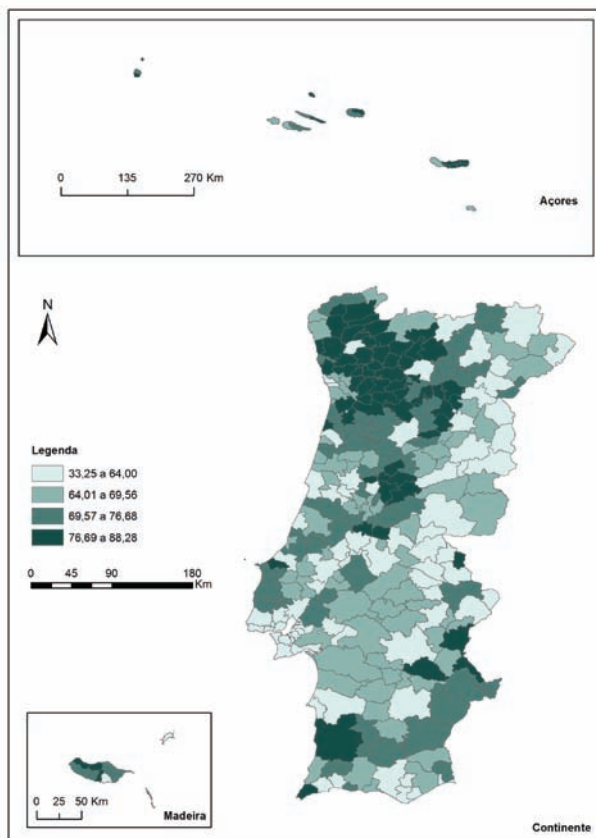
Segundo aspecto a destacar é o facto de se manter ao longo das duas décadas o diferencial de género. A diferença entre abandono masculino e feminino foi de 9,3 pontos percentuais em 1991, 14,4 em 2001 e 11 pontos percentuais em 2011. Esta tendência revela bem o impacto da dinâmica da escolarização feminina, em todos os níveis de ensino, mas com especial evidência nos níveis médios e superiores. Veio daí o maior contributo para a redução do abandono precoce em Portugal.

O padrão de distribuição geográfica (Mapas 16, 17 e 18) segue em grandes traços o já verificado para o abandono escolar (10-15 anos). Em 1991 o grande foco de abandono localizava-se na metade litoral do norte do país a que deveremos juntar alguns dos concelhos do Pinhal Interior e uma grande parte dos concelhos do Baixo Alentejo. Neste mesmo padrão deverão incluir-se as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

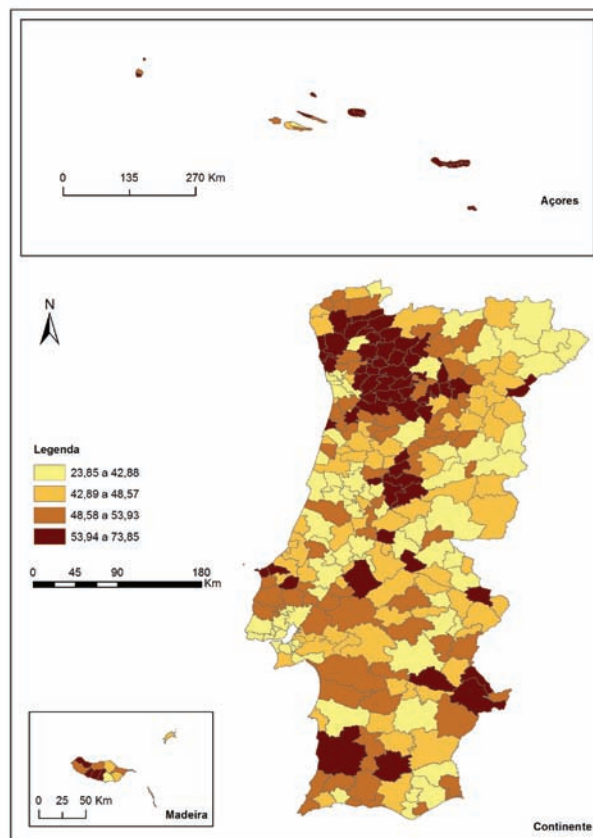
Nas duas décadas seguintes as grandes reduções vão registar-se de forma mais pronunciada no primeiro grupo. Apenas os concelhos do vale do Douro continuam a apresentar valores bem acima da média nacional. De salientar ainda alguns concelhos dispersos pelo Continente e, com especial acuidade, a Região Autónoma dos Açores onde os valores continuam a ser muito elevados.

Considerando o conjunto dos municípios que mais reduziram as taxas de abandono precoce constataremos que eles se distribuem pelas regiões de maior incidência deste fenómeno, mas entre eles verificaremos uma associação muito estreita com a baixa sustentabilidade demográfica das suas populações.

Taxa de abandono precoce 18-24 anos - (1991)



Taxa de abandono precoce 18-24 anos - (2001)



Taxa de abandono precoce 18-24 anos - (2011)

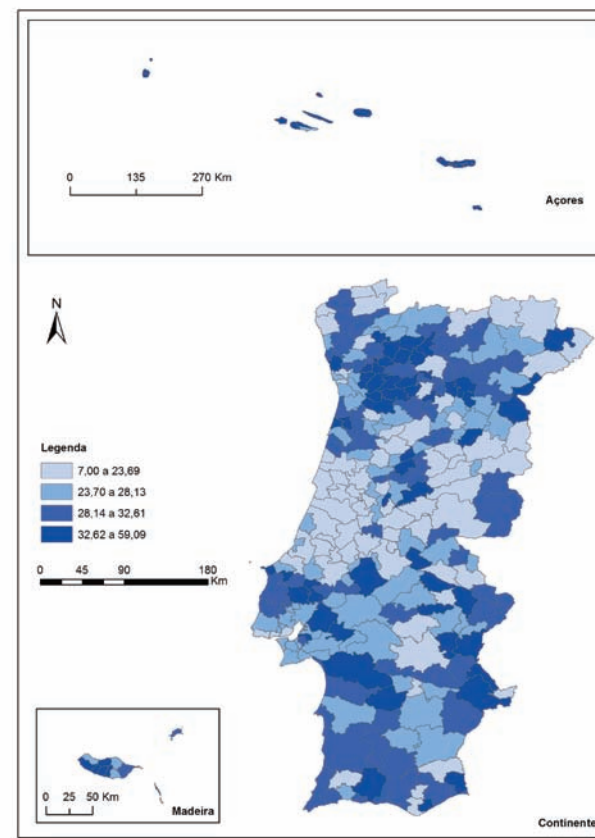


Tabela 11: Os 25 Concelhos que mais reduziram as Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos), 1991-2011

	TAXA DE ABANDONO PRECOCE (18-24 ANOS)			
	1991	2001	2011	1991-2011
Vila de Rei	77,98	54,66	20,32	57,66
Barrancos	73,44	49,38	16,67	56,78
Góis	82,15	68,19	26,91	55,24
Porto Moniz	83,22	54,69	27,98	55,24
Batalha	73,50	42,11	18,28	55,22
Terras de Bouro	80,48	60,57	25,48	55,01
Aguiar da Beira	77,79		23,10	54,70
Óbidos	79,47	55,06	25,38	54,09
Ponte de Lima	82,45	63,06	28,39	54,06
Esposende	81,86	60,40	27,87	53,99
Amares	78,42	58,05	25,19	53,23
Vouzela	75,30	52,43	22,17	53,13
Santa Maria da Feira	79,66	53,93	26,64	53,02
Vale de Cambra	75,56	50,78	22,87	52,69
Monção	70,84	42,97	18,20	52,64
Barcelos	84,24	64,62	31,65	52,59
Marvão	77,54	48,50	25,13	52,41
Oleiros	75,53	48,57	23,17	52,36
Moimenta da Beira	75,78	47,63	23,46	52,32
Armamar	82,35	60,91	30,12	52,23
Ferreira do Zêzere	80,94	53,34	29,00	51,95
Vila Nova de Famalicão	77,68	53,14	25,75	51,93
Baião	87,81	71,99	35,96	51,86
Castro Daire	83,87	59,03	32,15	51,71
Vila Pouca de Aguiar	79,85	53,84	28,34	51,50

Se considerarmos o conjunto dos 25 municípios que apresentam em 2011 as maiores taxas de abandono precoce destacam-se, em primeiro lugar, os que pertencem à Região Autónoma dos Açores. Em segundo lugar, os municípios situados na confluência dos vales do Sousa, do Tâmega e do Douro, que, não obstante a quebra assinalada, mantêm ainda valores elevados. Em terceiro lugar alguns concelhos isolados do Alentejo.

Tabela 12: Os 25 Concelhos com as mais elevadas Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos), 2011

	TAXA DE ABANDONO PRECOCE (18-24 ANOS)			
	1991	2001	2011	1991-2011
Corvo	77,14	66,04	59,09	18,05
Ribeira Grande	86,85	71,66	56,02	30,83
Lagoa (RAA)	86,62	71,26	52,40	34,22
Vila Franca do Campo	84,97	69,93	49,56	35,42
Santa Cruz das Flores	75,88	49,29	46,32	29,56
Lousada	88,28	73,85	45,88	42,40
Povoação	82,06	58,08	45,87	36,19
Paços de Ferreira	86,18	71,47	45,40	40,77
Freixo Espada à Cinta	72,42	58,93	45,18	27,25
Mourão	77,74	62,37	44,19	33,56
Câmara de Lobos	85,18	70,73	43,57	41,62
Murtosa	81,12	64,48	42,63	38,49
Nordeste	77,11	58,10	41,52	35,59
Santa Cruz da Graciosa	80,85	59,83	40,87	39,98
Velas	75,50	60,83	40,17	35,33
Paredes	85,18	67,07	39,94	45,24
Monforte	71,68	45,07	39,65	32,03
Tábua	80,08	57,59	39,31	40,77
São Roque do Pico	71,56	39,94	39,13	32,43
Gavião	69,56	55,31	39,07	30,49
Cinfães	87,94	68,19	39,02	48,92
Carregal do Sal	71,88	55,59	38,94	32,93
Marco de Canaveses	87,52	69,79	38,79	48,73
Tabuaço	79,74	58,79	38,48	41,26
Vila da Praia da Vitória	77,99	58,71	38,47	39,53

Por último, consideremos o conjunto dos municípios que apresentam as mais baixas taxas de abandono precoce. Não se identifica um padrão regional. Um pouco por todo o país existem concelhos que se identificam com contextos sociais e económicos muito diferentes.

Tabela 13: Os 25 Concelhos com as mais baixas Taxas de Abandono Precoce (18-24 anos), 2011

	TAXA DE ABANDONO PRECOCE (18-24 ANOS)			
	1991	2001	2011	1991-2001
Melgaço	64,16	39,45	14,16	50,01
Coimbra	42,56	24,79	14,56	28,00
Soure	59,87	36,61	16,46	43,41
Guarda	51,82	34,86	16,62	35,20
Barrancos	73,44	49,38	16,67	56,78
Oeiras	33,25	23,85	16,77	16,49
Manteigas	65,08	38,56	17,00	48,08
Proença-a-Nova	65,25	36,14	17,22	48,03
Condeixa-a-Nova	60,92	31,17	17,53	43,39
Monção	70,84	42,97	18,20	52,64
Batalha	73,50	42,11	18,28	55,22
Castelo Branco	52,18	33,80	18,42	33,76
Tomar	58,86	34,62	18,72	40,15
Covilhã	59,52	41,97	19,25	40,28
Braga	61,82	41,29	19,42	42,41
Sardoal	68,77	45,87	19,46	49,30
Vila Real	60,31	38,71	19,80	40,50
Entroncamento	33,40	28,25	19,83	13,57
Bragança	48,85	34,56	19,98	28,88
Figueira da Foz	58,91	39,55	20,00	38,91
Caminha	69,45	43,78	20,06	49,39
Cascais	41,78	29,57	20,09	21,68
Torres Novas	54,09	33,10	20,30	33,78
Vila de Rei	77,98	54,66	20,32	57,66
Seia	67,70	43,59	20,64	47,06

Esta diversidade levanta o problema do carácter multifactorial do abandono escolar em geral e do abandono precoce, em particular. Ou seja, estamos perante uma diversidade de factores que influem no fenómeno do abandono. Mas, mais relevante é o facto de esses diferentes factores se combinarem de forma diferenciada ao longo do território, exigindo instrumentos de análise estatística multivariada de forma a identificar as relações fundamentais.

O indicador de atraso escolar como aproximação ao insucesso

Já identificámos duas variáveis que poderão influenciar o fenómeno do abandono, especialmente o que temos vindo a designar por “abandono precoce (18-24 anos)”: são elas a escolarização dos pais, com especial atenção à escolarização feminina, e as oportunidades de inserção precoce no mercado de trabalho expressas pela taxa de desemprego jovem.

Cumpramos agora colocarmos o problema do insucesso escolar, entendido como a repetência ou retenção, durante um ou mais anos ao longo do percurso escolar dos alunos. São vários os estudos que apontam o insucesso escolar, expresso pela acumulação de retenções, como a antecâmara do abandono. Essa relação, porém, não é estritamente unívoca. Sendo compreensível que trajetos de repetências acumuladas tendem a aumentar o risco de abandono, também é admissível que o insucesso seja uma antecipação de quem já optou, a prazo, pelo abandono. Ou seja, o abandono tanto pode ser o resultado do insucesso, como este poderá ser o resultado de uma decisão antecipada de um abandono futuro. Perante essa perspectiva de um abandono a prazo alguns alunos desinvestem no esforço para o sucesso.

O segundo problema prende-se com as condições sociais dos que abandonam, especialmente o papel que o capital familiar tende a desempenhar num menor investimento na escolarização. Ora a indução social do abandono tanto pode ser feita pelas condições familiares como pelos contextos sociais envolventes, nomeadamente dos próximos (grupos de

amigos, colegas de escola, etc.). Em contextos sociais locais que pela natureza da sua atividade económica tendem a favorecer a inserção precoce no mercado de trabalho, o valor da escolarização tende a ser menor.

O terceiro problema centra-se no tipo de aprendizagens que potenciam trajetos de sucesso ou de insucesso. Quando os alunos constroem trajetos a partir de histórias de retenção, logo no primeiro ciclo, a probabilidade de insucesso reiterado e de abandono é maior, considerando que os conhecimentos e competências básicas indispensáveis às aprendizagens nos ciclos seguintes não estão consolidados.

Para responder a estas questões decidimos introduzir uma variável de aproximação ao insucesso escolar que respeitasse os seguintes requisitos: base censitária, cobertura a nível nacional e comparabilidade entre os três recenseamentos considerados (1991, 2001 e 2011).

Para o estudo do insucesso utiliza-se a chamada taxa de retenção que é um indicador construído a partir das informações estatísticas do Ministério da Educação, tendo como origem os registos das escolas. Este indicador não é comparável ao nível de concelho, nomeadamente pela mobilidade entre concelhos decorrente da localização da residência num concelho diferente da escola, nem é comparável ao longo de vários anos, pelo menos à escala de duas décadas que temos vindo a adotar.

A alternativa que encontramos foi a de recorrer aos Censos da população que nos permite construir uma variável de aproximação ao insucesso.

Essa variável designámo-la por “atraso” ao cruzar o ciclo que um determinado indivíduo está a frequentar com a sua idade.

Indicadores	Fórmula
Taxa de atraso no 1º ciclo do Ensino Básico:	$\frac{\text{População residente com idade entre 10 e os 18 anos que se encontra a frequentar o 1º Ciclo}}{\text{total da população com idade ajustada ao ciclo (6-9 anos)}} \times 100$
Taxa de atraso no 2º ciclo do Ensino Básico	$\frac{\text{População residente com idade entre 12 e os 18 anos que se encontra a frequentar o 2º Ciclo}}{\text{total da população com idade ajustada ao ciclo (10-11 anos)}} \times 100$
Taxa de atraso no 3º ciclo do Ensino Básico	$\frac{\text{População residente com idade entre 15 e os 18 anos que se encontra a frequentar o 3º Ciclo}}{\text{total da população com idade ajustada ao ciclo (12-14 anos)}} \times 100$
Taxa de atraso no Secundário	$\frac{\text{População residente com idade entre 18 e os 24 anos que se encontra a frequentar o Ensino Secundário}}{\text{total da população com idade ajustada ao ciclo (15-17 anos)}} \times 100$

Em síntese, as taxas de atraso medem a proporção entre os indivíduos a frequentar um determinado ciclo de ensino com idade superior à idade ajustada, no total de indivíduos com idade ajustada a esse ciclo. Repare-se que o indicador não nos dá a dimensão da repetência, tão só o número de indivíduos com, pelo menos, um ano de atraso em relação à idade ajustada à frequência do ciclo.

O conceito de atraso deverá então ser entendido como uma mera aproximação ao problema da repetência e do insucesso, com todas as limitações metodológicas que esta opção representa pelo que requer uma leitura cuidadosa.

Comparando os resultados proporcionados pelos três Censos é possível identificar algumas tendências:

Gráfico 9: Taxas de Atraso por Ciclo de Ensino em Portugal, 1991-2001-2011



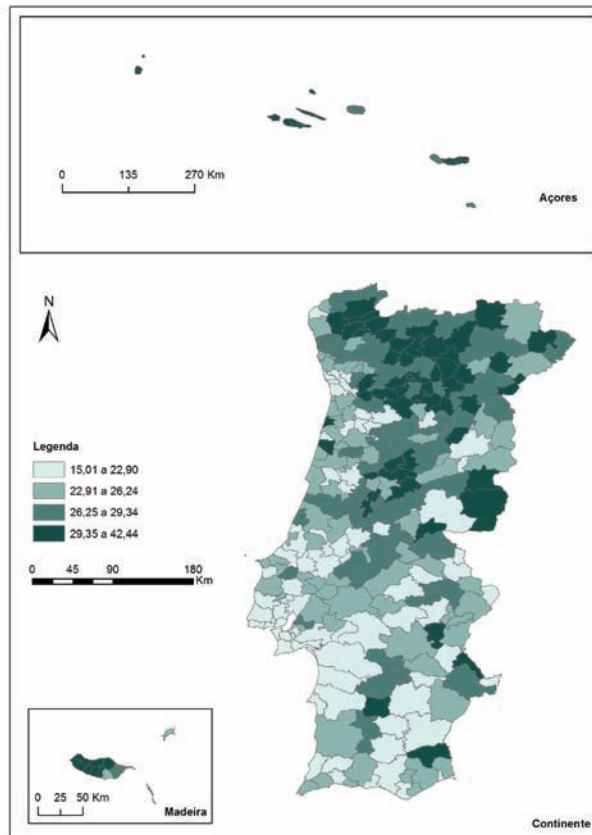
1. A percentagem de alunos a frequentar os diferentes ciclos de ensino com idade superior às idades ajustadas tem vindo a diminuir desde 1991.
2. Entretanto, essa redução é mais sensível no 1º e 2º ciclos que no 3º e Secundário.
3. O 2º ciclo apresentava em 1991 um valor anormalmente alto, idêntico ao do Secundário, acentuando-se a redução já na última década.
4. Depois de quebra acentuada na década de 90, o 3º ciclo e o Secundário estabilizaram a proporção dos alunos com idade superior à idade ajustada. Tal significa que naqueles dois ciclos de ensino não se conseguiu reduzir de forma significativa a acumulação da retenção.
5. É possível estimar que dos alunos atualmente a frequentar o 2º, 3º ciclos e Secundário cerca de um terço tem, pelo menos, uma retenção no seu trajeto escolar.

A distribuição geográfica do “atraso escolar” segue alguns padrões relativamente estáveis:

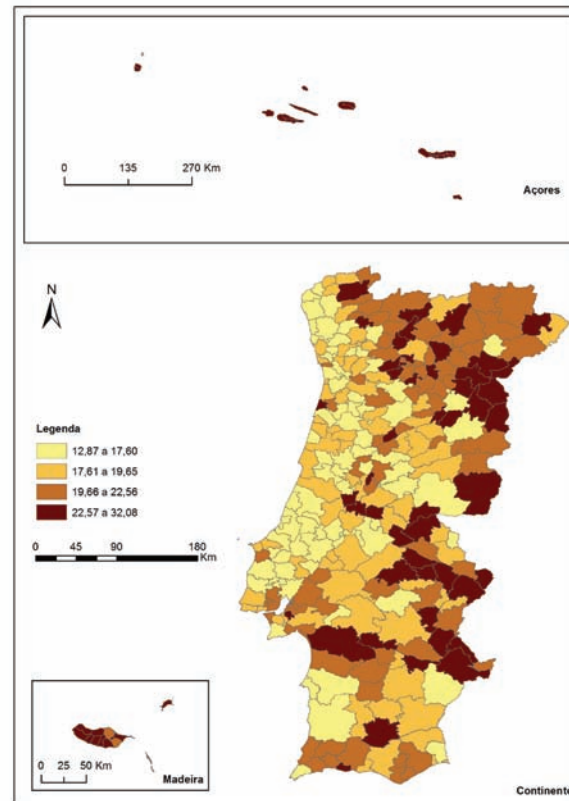
1. As taxas de atraso do 1º ciclo (Mapas 19, 20 e 21) alteram a sua distribuição de 1991 para 2011 passando a maior incidência do Norte de Portugal para os concelhos do Sul, ainda que se mantenha elevada a incidência no Vale do Douro, na Beira interior. Atualmente, o maior *continuum* geográfico situa-se na Lezíria do Tejo, na Área Metropolitana de Lisboa, no Alentejo e no Algarve. Claramente, a natureza do “atraso” neste ciclo inicial de ensino, já não se identifica exclusivamente com as zonas rurais e mais isoladas, mas abrange zonas peri-urbanas, muito possivelmente marcadas pela presença de comunidades migrantes. O caso do Algarve indicia essa relação e os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa poderão confirmá-la. Não obstante a redução verificada, as regiões do Sul enfrentam mais dificuldades.
2. As taxas de atraso do 2º (Mapas 22, 23 e 24) e 3º ciclos (Mapas 25, 26 e 27) apresentam um padrão geográfico semelhante, acentuando a natureza cumulativa do insucesso.
3. No caso do atraso no Secundário (Mapas 28, 29 e 30), os valores seguem o mesmo padrão de distribuição, mas torna-se mais evidente a oposição litoral-interior na metade norte do país, e a generalização a zonas urbanas e rurais, quer sejam do interior quer do litoral, na metade sul.

Merece uma especial atenção a evolução de alguns concelhos, especialmente do Alentejo e da Região Autónoma dos Açores, cujas taxas de atraso escolar registadas em 2001 são superiores às observadas 20 anos antes.

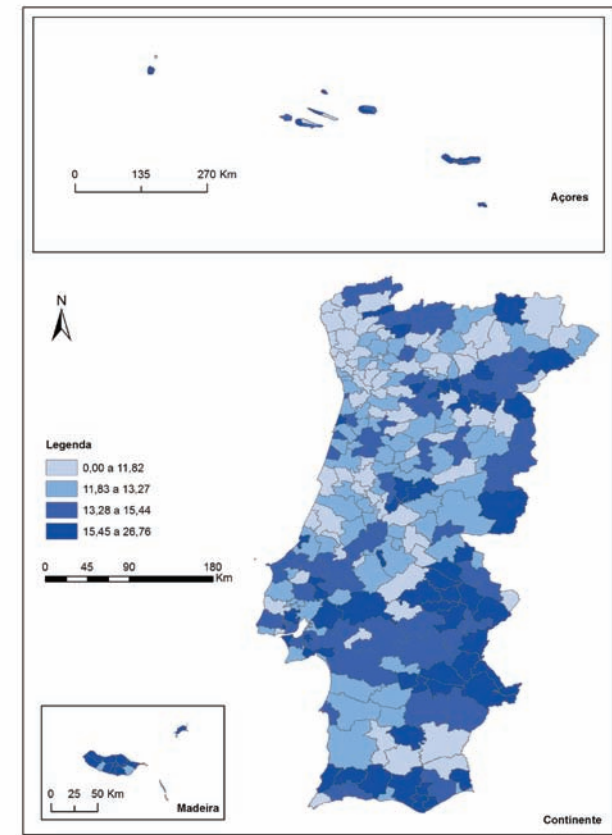
Taxa de atraso no 1º Ciclo do Ensino Básico - (1991)



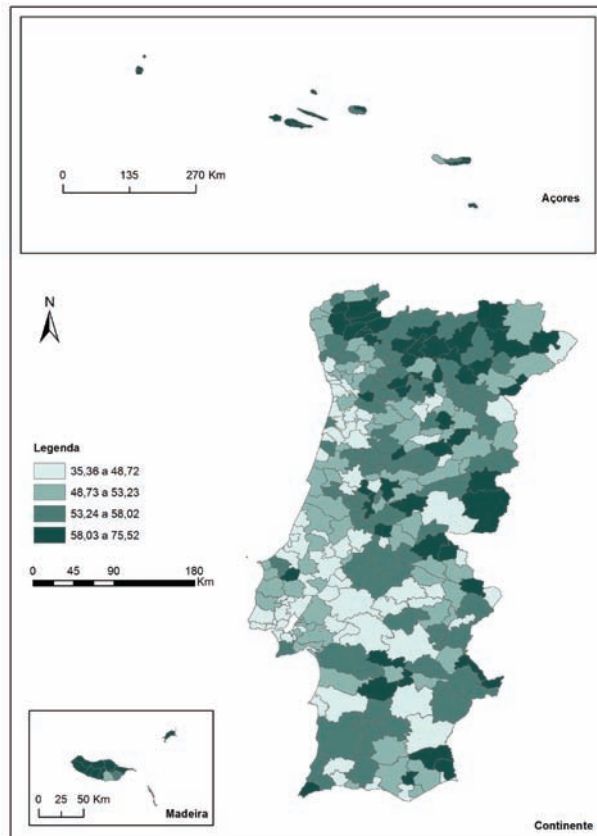
Taxa de atraso no 1º Ciclo do Ensino Básico - (2001)



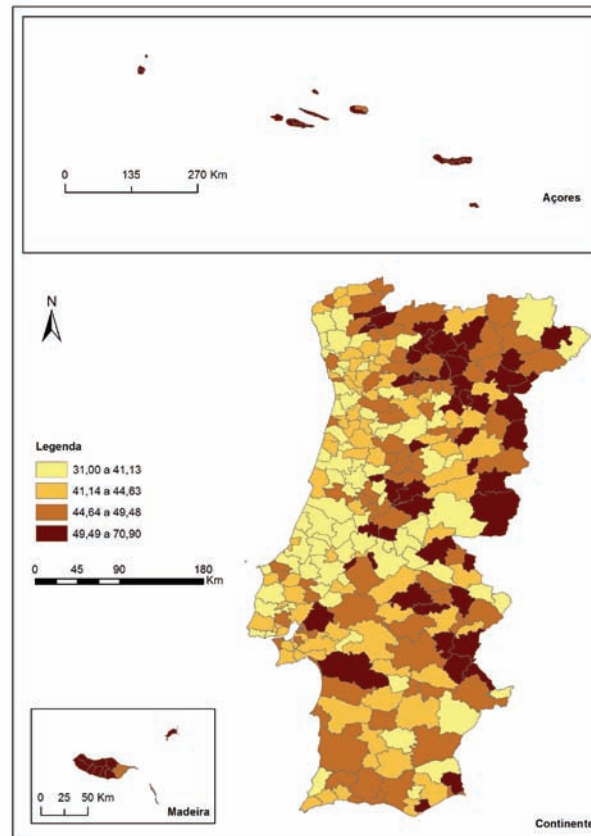
Taxa de atraso no 1º Ciclo do Ensino Básico - (2011)



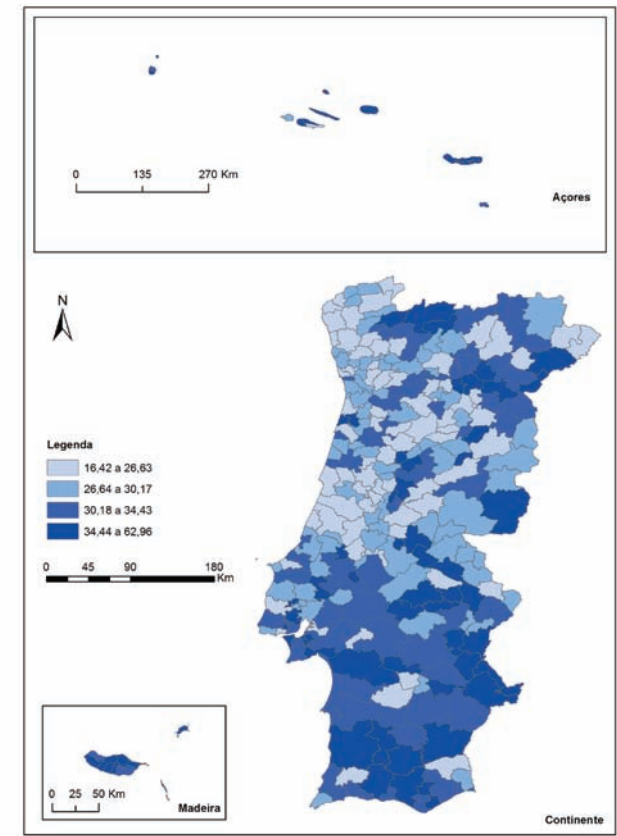
Taxa de atraso no 2º Ciclo do Ensino Básico - (1991)



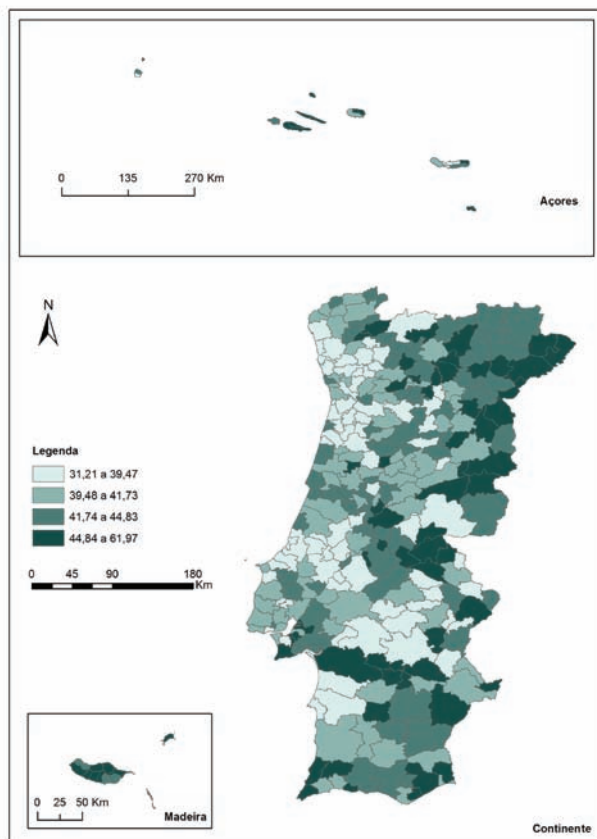
Taxa de atraso no 2º Ciclo do Ensino Básico - (2001)



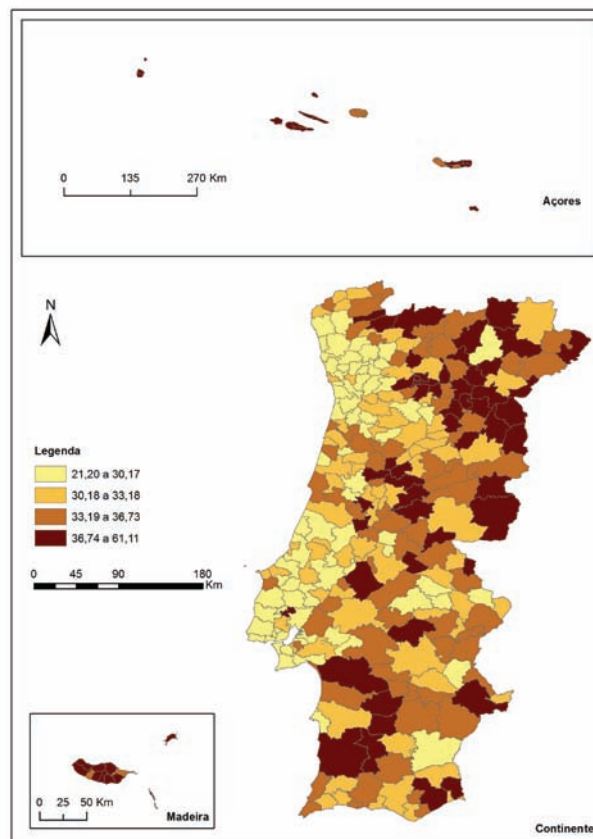
Taxa de atraso no 2º Ciclo do Ensino Básico - (2011)



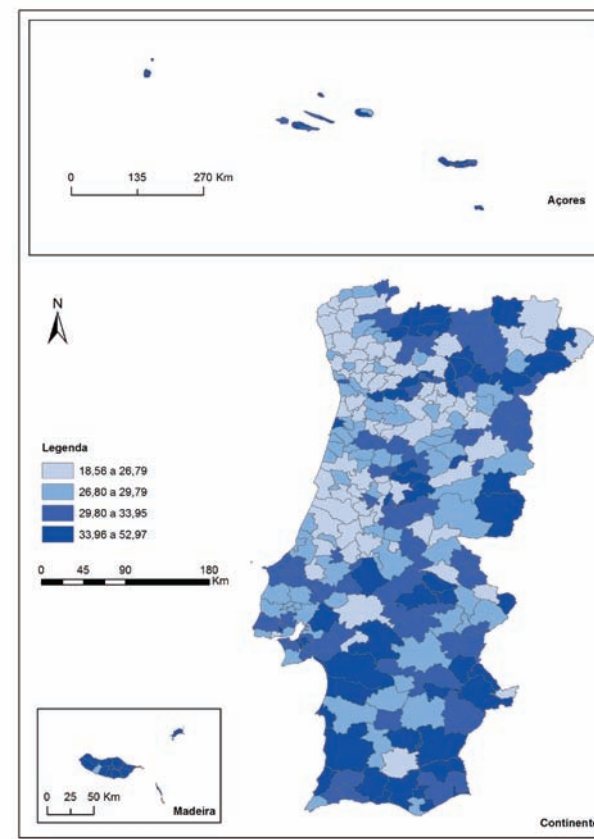
Taxa de atraso no 3º Ciclo do Ensino Básico - (1991)



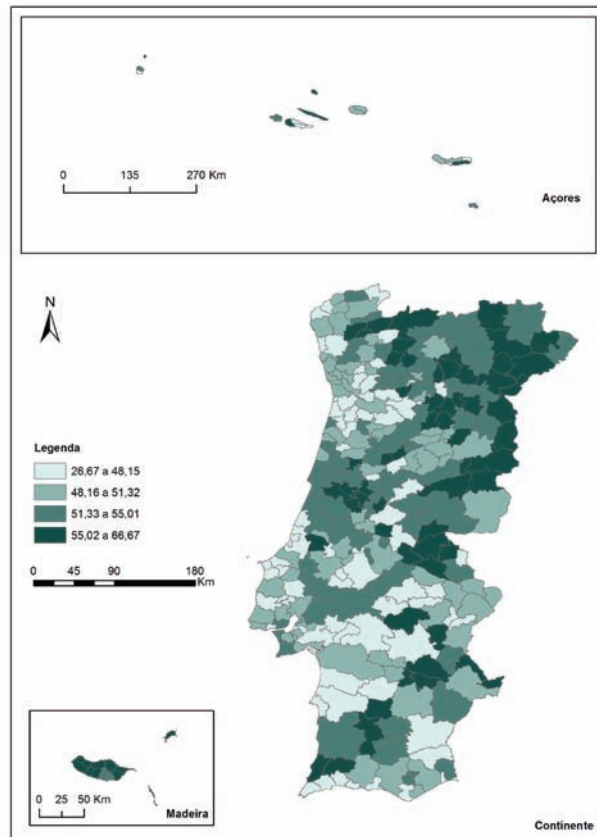
Taxa de atraso no 3º Ciclo do Ensino Básico - (2001)



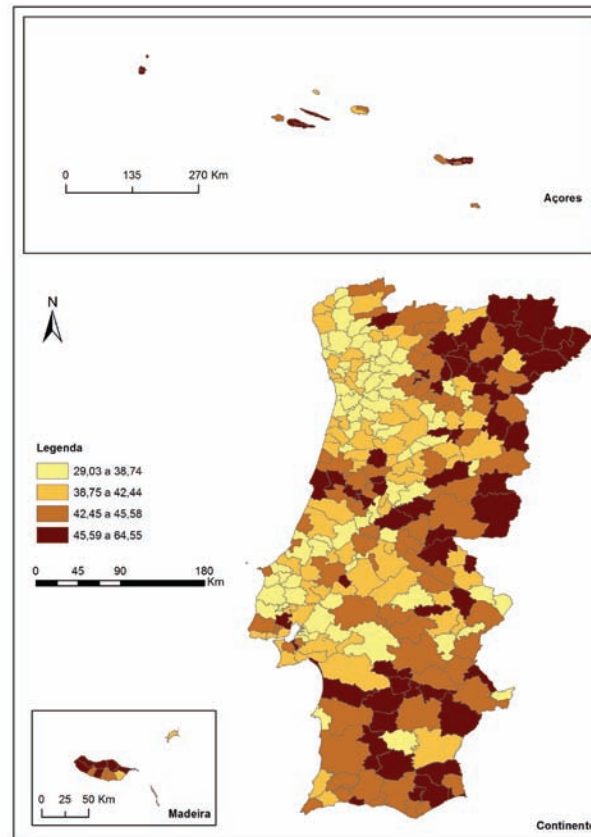
Taxa de atraso no 3º Ciclo do Ensino Básico - (2011)



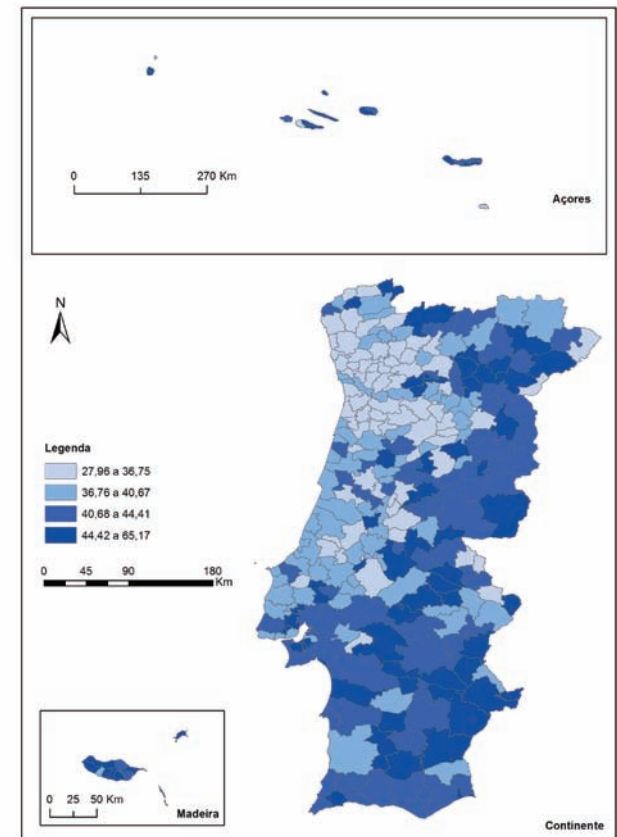
Taxa de atraso no Ensino Secundário - (1991)



Taxa de atraso no Ensino Secundário - (2001)



Taxa de atraso no Ensino Secundário - (2011)



Vejamos agora, cada para um dos ciclos de ensino, as tabelas das taxas de atraso escolar centradas sobre os 25 concelhos que apresentam as melhores e as piores performances.

Tabela 14: Os 25 Concelhos que mais reduziram as Taxas de Atraso do 1º ciclo, 1991-2011

	TAXA DE ATRASO DO 1º CICLO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Corvo	35,71	19,05	0,00	35,71
Ribeira de Pena	37,22	25,52	10,09	27,13
Calheta (R.A.A.)	37,50	32,08	10,56	26,94
Povoação	40,66	32,02	14,37	26,29
Ribeira Brava	40,90	30,56	15,78	25,12
São Vicente	42,44	30,16	18,50	23,93
Mondim de Basto	35,77	25,53	12,09	23,68
Amares	34,11	19,98	10,87	23,23
Alcoutim	29,67	17,78	6,45	23,22
Lajes do Pico	37,33	28,94	14,20	23,13
Murça	33,72	21,86	10,63	23,09
Sabrosa	35,36	22,09	12,45	22,91
Vimioso	32,60	27,22	10,28	22,32
Freixo de Espada à Cinta	34,06	29,52	11,76	22,29
Santa Marta de Penaguião	33,99	22,66	11,81	22,19
Arcos de Valdevez	33,69	22,74	11,61	22,08
Baião	35,55	27,45	13,69	21,86
Vila Velha de Ródão	35,48	28,43	13,64	21,85
Castelo de Paiva	32,60	20,32	11,10	21,51
Valpaços	31,96	23,84	10,93	21,03
Calheta (R.A.M.)	39,30	29,83	18,29	21,02
Ponta do Sol	32,84	29,59	11,90	20,94
São Roque do Pico	31,75	30,14	11,20	20,55
Tábua	32,42	22,12	11,89	20,53
Mesão Frio	34,81	24,26	14,53	20,29

Tabela 15: Os 25 Concelhos com as mais altas Taxas de Atraso do 1º ciclo, 2011

	TAXA DE ATRASO DO 1º CICLO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Lajes das Flores	31,86	28,05	26,76	5,10
Vila Franca do Campo	34,15	30,68	24,92	9,23
Monforte	27,07	25,64	23,49	3,58
Alvito	28,06	21,65	22,92	5,14
Moura	27,83	24,39	22,62	5,22
Velas	34,43	28,01	22,22	12,21
Vidigueira	22,35	23,05	22,05	0,30
Mourão	29,41	29,61	21,99	7,43
Fronteira	28,24	27,33	21,17	7,07
Câmara de Lobos	36,36	30,22	20,51	15,85
Barrancos	18,45	21,54	20,29	-1,84
Ribeira Grande	34,78	31,75	20,25	14,53
Santa Cruz das Flores	33,33	28,67	19,79	13,54
Avis	21,91	24,21	19,66	2,25
Porto Moniz	34,32	30,97	19,35	14,97
Idanha-a-Nova	36,60	25,23	19,29	17,31
Angra do Heroísmo	28,61	23,20	18,59	10,02
São Vicente	42,44	30,16	18,50	23,93
Aljezur	16,51	21,11	18,48	-1,96
Santa Cruz da Graciosa	33,77	27,82	18,41	15,36
Nordeste	37,67	26,80	18,39	19,28
Calheta (R.A.M.)	39,30	29,83	18,29	21,02
Murtosa	30,30	23,36	18,25	12,04
Cuba	27,36	19,44	18,13	9,23
Machico	28,15	22,95	18,09	10,06

Tabela 16: Os 25 Concelhos com as mais baixas Taxas de Atraso do 1º ciclo, 2011

	TAXA DE ATRASO DO 1º CICLO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Corvo	35,71	19,05	0,00	35,71
Alcoutim	29,67	17,78	6,45	23,22
Condeixa-a-Nova	20,35	14,77	8,06	12,28
Vila Real	27,74	18,19	8,38	19,35
Vila Nova de Cerveira	25,60	15,42	8,88	16,72
Montemor-o-Velho	22,07	17,07	9,24	12,82
Ourique	28,98	18,45	9,26	19,72
Gavião	23,87	22,70	9,71	14,17
Pinhel	23,32	25,13	9,76	13,55
Sertão	28,01	17,91	9,85	18,16
Vale de Cambra	22,67	16,49	9,95	12,72
Ribeira de Pena	37,22	25,52	10,09	27,13
Figueira da Foz	25,05	19,10	10,09	14,96
Almodôvar	22,35	23,21	10,13	12,22
Mirandela	28,58	20,56	10,14	18,44
São Pedro do Sul	22,72	19,89	10,19	12,54
Esposende	26,65	16,61	10,25	16,40
Vimioso	32,60	27,22	10,28	22,32
Penafiel	30,26	18,51	10,34	19,92
Maia	22,35	15,80	10,44	11,91
Cabeceiras de Basto	30,01	20,25	10,47	19,55
Mora	23,83	20,34	10,49	13,34
Calheta (R.A.A.)	37,50	32,08	10,56	26,94
Carregal do Sal	28,57	22,57	10,57	18,00
Barcelos	27,64	13,17	10,62	17,03

Tabela 17: Os 25 Concelhos que mais reduziram as Taxas de Atraso do 2º ciclo, 1991-2011

	TAXA DE ATRASO DO 2º CICLO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Oleiros	63,14	57,39	16,42	46,72
Vila de Rei	64,65	50,70	23,08	41,57
Cuba	68,21	47,06	26,97	41,24
Santa Cruz das Flores	73,64	67,90	33,33	40,30
Vimioso	65,16	54,55	25,00	40,16
Arronches	60,47	40,32	21,82	38,65
Mondim de Basto	64,92	50,36	27,27	37,65
Arcos de Valdevez	59,66	47,92	22,44	37,22
Paredes de Coura	66,20	41,28	29,53	36,67
Alcoutim	58,18	38,18	21,62	36,56
Miranda do Corvo	60,67	46,38	24,12	36,55
Ponte de Lima	60,49	36,53	24,20	36,29
Nordeste	71,53	53,76	35,56	35,97
Lajes das Flores	75,00	70,59	39,53	35,47
Vila do Porto	68,53	51,81	33,33	35,20
Ansião	57,58	43,95	22,47	35,10
Penela	55,67	48,12	20,66	35,01
Santa Marta de Penaguião	61,79	49,02	26,92	34,87
Lajes do Pico	61,33	55,64	26,55	34,78
Madalena	71,86	58,66	37,16	34,70
Velas	70,33	57,98	35,71	34,61
Ribeira Brava	73,84	59,12	39,38	34,46
Nisa	64,37	54,23	30,17	34,20
Amares	64,61	49,51	30,46	34,15
Constância	55,64	52,05	21,51	34,13

Tabela 18: Os 25 Concelhos com as mais altas Taxas de Atraso do 2º ciclo, 2011

	TAXA DE ATRASO DO 2º CICLO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Mourão	59,57	52,81	62,96	-3,39
Avis	41,46	51,61	50,00	-8,54
Ribeira Grande	57,53	58,62	48,51	9,02
Povoação	65,49	70,90	47,11	18,38
Lagoa (R.A.A.)	58,98	62,64	45,90	13,08
Moura	55,12	46,61	45,21	9,91
Freixo de Espada à Cinta	72,19	65,33	45,16	27,02
Boticas	65,79	55,63	44,76	21,03
Câmara de Lobos	65,12	59,73	44,71	20,42
Santa Cruz da Graciosa	74,64	65,81	44,44	30,20
São Roque do Pico	68,57	54,55	44,44	24,13
Calheta (R.A.M.)	75,52	61,03	44,23	31,29
São Vicente	75,25	65,24	43,80	31,45
Machico	64,23	48,27	43,73	20,50
Vila Franca do Campo	66,28	56,53	43,64	22,65
Reguengos de Monsaraz	49,14	49,63	43,19	5,95
Idanha-a-Nova	62,71	55,50	43,09	19,62
Mação	53,13	38,96	42,97	10,16
Barrancos	71,70	34,78	42,86	28,84
Alandroal	57,61	55,06	42,72	14,89
Crato	50,78	40,28	41,94	8,85
Tabuaço	51,05	48,60	41,61	9,43
Murtosa	57,28	45,04	41,45	15,83
Angra do Heroísmo	56,06	52,90	41,28	14,78
Ponta Delgada	51,86	52,14	41,17	10,69

Tabela 19: Os 25 Concelhos com as mais baixas Taxas de Atraso do 2º ciclo, 2011

	TAXA DE ATRASO DO 2º CICLO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Oleiros	63,14	57,39	16,42	46,72
Esposende	51,56	40,00	20,48	31,09
Penela	55,67	48,12	20,66	35,01
Constância	55,64	52,05	21,51	34,13
Barcelos	54,60	35,13	21,55	33,06
Alcoutim	58,18	38,18	21,62	36,56
Entroncamento	40,83	32,86	21,69	19,14
Arronches	60,47	40,32	21,82	38,65
Condeixa-a-Nova	47,86	34,05	21,82	26,05
Vila Nova de Cerveira	51,70	47,41	21,93	29,78
Arcos de Valdevez	59,66	47,92	22,44	37,22
Ansião	57,58	43,95	22,47	35,10
Penalva do Castelo	49,42	47,15	22,76	26,66
Vila Real	52,63	44,66	22,96	29,68
Vila de Rei	64,65	50,70	23,08	41,57
Alvito	50,00	39,58	23,08	26,92
Mangualde	46,77	43,10	23,52	23,25
Sever do Vouga	46,72	41,74	23,60	23,12
Viseu	50,28	40,67	23,67	26,61
Fafe	53,93	41,94	23,79	30,14
Lousã	48,72	40,99	23,89	24,83
Alfândega da Fé	54,91	52,05	23,94	30,97
Coimbra	45,60	38,28	23,97	21,63
Vendas Novas	47,10	39,21	23,98	23,11
Miranda do Corvo	60,67	46,38	24,12	36,55

Tabela 20: Os 25 Concelhos que mais reduziram as Taxas de Atraso do 3º ciclo, 1991-2011

	TAXA DE ATRASO DO 3º CICLO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Vila Velha de Ródão	60,00	44,16	22,39	37,61
Barrancos	53,33	31,15	23,40	29,93
Gavião	54,68	36,89	31,18	23,49
Miranda do Douro	46,72	43,87	24,02	22,70
Alvito	50,00	36,61	27,40	22,60
Sardoal	45,39	29,29	22,81	22,59
Meda	52,11	42,16	29,71	22,40
Almodôvar	40,54	34,65	18,56	21,98
Armamar	48,29	42,16	26,58	21,71
São Vicente	61,97	50,42	40,65	21,32
Mealhada	48,00	31,53	26,98	21,02
Ponta do Sol	50,59	35,31	29,67	20,92
Lagoa	51,37	36,59	30,54	20,83
Velas	53,37	48,85	32,56	20,81
Vila Nova de Poiares	43,85	35,19	23,13	20,72
Góis	44,36	32,68	23,68	20,68
Vila Real	43,24	31,85	23,17	20,07
Soure	44,83	35,04	24,78	20,06
Condeixa-a-Nova	42,18	27,15	22,16	20,02
Vouzela	40,06	26,68	20,17	19,89
Nordeste	50,29	46,88	30,54	19,75
Crato	46,26	33,04	26,58	19,68
Coimbra	41,59	29,25	22,32	19,27
Sabugal	48,32	35,43	29,18	19,14
Figueiró dos Vinhos	42,55	32,77	23,49	19,05

Tabela 21: Os 25 Concelhos com as mais altas Taxas de Atraso do 3º ciclo, 2011

	TAXA DE ATRASO DO 3º CICLO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Porto Santo	51,54	48,96	52,97	-1,43
Lajes das Flores	34,48	37,04	50,00	-15,52
Corvo	50,00	61,11	45,45	4,55
Mourão	40,00	33,80	45,16	-5,16
Calheta (R.A.M.)	59,12	44,32	43,66	15,46
Santa Cruz das Flores	43,04	43,43	42,86	0,18
Ribeira Brava	52,27	45,03	42,19	10,08
Santa Cruz da Graciosa	51,70	42,20	42,17	9,53
Murtosa	42,44	35,99	42,09	0,35
Lagoa (R.A.A.)	38,12	37,29	42,08	-3,97
Porto Moniz	44,32	43,42	40,82	3,50
São Vicente	61,97	50,42	40,65	21,32
Mesão Frio	41,52	43,84	40,54	0,98
Câmara de Lobos	49,49	40,22	40,23	9,26
Povoação	43,89	42,80	40,20	3,69
Vinhais	42,40	42,01	40,09	2,30
São Roque do Pico	52,90	39,66	40,00	12,90
Vila do Porto	45,87	41,63	39,91	5,95
Ribeira Grande	38,72	37,31	39,54	-0,81
Santana	52,57	40,50	39,42	13,16
Angra do Heroísmo	41,14	36,70	39,22	1,92
Torre de Moncorvo	42,06	33,09	38,71	3,35
Grândola	39,45	35,81	38,56	0,90
Reguengos de Monsaraz	38,38	29,77	38,42	-0,04
Mértola	42,36	29,32	38,07	4,29

Tabela 22: Os 25 Concelhos com as mais baixas Taxas de Atraso do 3º ciclo, 2011

	TAXA DE ATRASO DO 3º CICLO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Almodôvar	40,54	34,65	18,56	21,98
Vouzela	40,06	26,68	20,17	19,89
Sever do Vouga	36,51	28,98	20,60	15,91
Sátão	38,53	31,72	21,92	16,61
Arronches	32,26	27,78	22,09	10,17
Condeixa-a-Nova	42,18	27,15	22,16	20,02
Coimbra	41,59	29,25	22,32	19,27
Vila Velha de Ródão	60,00	44,16	22,39	37,61
Alvaiázere	38,98	37,66	22,45	16,53
Maia	39,88	26,17	22,64	17,24
Barcelos	36,15	26,87	22,66	13,49
Entroncamento	36,23	22,25	22,70	13,53
Sardoal	45,39	29,29	22,81	22,59
Vila Nova de Poiares	43,85	35,19	23,13	20,72
Braga	40,17	27,24	23,16	17,01
Vila Real	43,24	31,85	23,17	20,07
Esposende	35,29	26,54	23,27	12,01
Barrancos	53,33	31,15	23,40	29,93
Proença-a-Nova	39,25	34,44	23,45	15,79
Vila Nova da Barquinha	39,94	33,04	23,47	16,47
Figueiró dos Vinhos	42,55	32,77	23,49	19,05
Caminha	39,83	32,03	23,59	16,24
Góis	44,36	32,68	23,68	20,68
Ponte de Lima	40,07	28,36	23,81	16,26
Arcos de Valdevez	41,57	36,48	23,84	17,73

Tabela 23: Os 25 Concelhos que mais reduziram as Taxas de Atraso do Secundário, 1991-2011

	TAXA DE ATRASO DO SECUNDÁRIO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Corvo	66,67	54,55	30,00	36,67
Castelo de Vide	58,59	41,07	28,89	29,70
Freixo de Espada à Cinta	59,52	50,47	31,33	28,20
Vila Verde	62,03	34,49	35,85	26,18
Celorico de Basto	58,58	35,99	32,98	25,60
Amares	62,91	35,81	37,36	25,55
Ribeira de Pena	54,55	45,06	30,46	24,09
Terras de Bouro	58,47	49,64	34,46	24,01
Penedono	60,71	34,23	37,08	23,64
Carregal do Sal	57,29	38,55	33,78	23,51
Sátão	58,19	38,43	34,68	23,51
Mondim de Basto	61,07	42,81	38,66	22,41
Vila de Rei	58,06	29,03	35,80	22,26
Sever do Vouga	54,79	38,78	32,61	22,17
Arronches	50,00	35,64	27,96	22,04
Soure	56,58	43,07	34,68	21,90
Miranda do Corvo	57,41	44,75	35,61	21,80
Pedrógão Grande	55,70	40,83	34,58	21,12
Entroncamento	51,85	32,33	30,74	21,11
Meda	61,59	44,74	40,71	20,87
Vila Real	55,01	44,91	34,14	20,87
Góis	53,03	35,51	32,41	20,62
Madalena	55,64	58,37	35,32	20,32
Marco de Canaveses	51,88	33,91	31,69	20,18
Figueira de Castelo Rodrigo	62,76	44,80	42,60	20,15

Tabela 24: Os 25 Concelhos com as mais altas Taxas de Atraso do Secundário, 2011

	TAXA DE ATRASO DO SECUNDÁRIO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Alvito	48,65	55,45	65,17	-16,52
Idanha-a-Nova	49,15	48,78	58,76	-9,62
Avis	44,63	37,01	58,10	-13,47
Porto Moniz	57,89	46,00	57,69	0,20
Porto Santo	61,84	42,33	55,87	5,98
Fronteira	43,33	38,83	55,56	-12,22
Vidigueira	65,25	54,93	54,46	10,79
Crato	60,95	43,48	54,02	6,93
São João da Pesqueira	53,85	40,34	53,76	0,08
Paredes de Coura	49,66	32,09	52,40	-2,74
Melgaço	44,93	44,70	52,30	-7,37
Vila Velha de Ródão	57,55	46,84	51,79	5,77
Santa Cruz das Flores	51,52	64,55	51,72	-0,21
Calheta (R.A.M.)	63,39	51,61	51,47	11,92
Mértola	44,44	41,43	51,26	-6,81
Moura	50,00	44,74	50,44	-0,44
Alandroal	49,07	45,36	50,36	-1,29
Mação	48,00	44,13	50,27	-2,27
Alter do Chão	49,17	44,07	50,00	-0,83
Carrazeda de Ansiães	65,29	55,00	49,40	15,90
Alijó	55,83	45,59	49,29	6,54
Almodôvar	51,38	48,33	49,17	2,21
Mora	48,03	42,79	49,06	-1,03
Barrancos	56,25	35,48	48,89	7,36
Vila Franca do Campo	60,00	45,21	48,83	11,17

Tabela 25: Os 25 Concelhos com as mais baixas Taxas de Atraso do Secundário, 2011

	TAXA DE ATRASO DO SECUNDÁRIO			
	1991	2001	2011	1991-2011
Arronches	50,00	35,64	27,96	22,04
Castelo de Vide	58,59	41,07	28,89	29,70
Corvo	66,67	54,55	30,00	36,67
Ribeira de Pena	54,55	45,06	30,46	24,09
Entroncamento	51,85	32,33	30,74	21,11
Oliveira de Frades	48,96	38,71	31,23	17,73
São Pedro do Sul	44,94	39,61	31,30	13,64
Freixo de Espada à Cinta	59,52	50,47	31,33	28,20
Póvoa de Varzim	50,57	38,55	31,54	19,03
Marco de Canaveses	51,88	33,91	31,69	20,18
Ourém	51,37	36,39	31,75	19,61
Paços de Ferreira	47,77	34,50	31,82	15,95
Ovar	46,23	37,20	32,10	14,13
Felgueiras	44,50	36,90	32,14	12,36
Ponte de Lima	48,74	34,82	32,18	16,56
Batalha	48,24	36,55	32,24	16,00
Góis	53,03	35,51	32,41	20,62
Sever do Vouga	54,79	38,78	32,61	22,17
Marvão	36,67	49,53	32,63	4,04
Viana do Castelo	50,58	38,90	32,90	17,68
Celorico de Basto	58,58	35,99	32,98	25,60
Arouca	50,61	36,27	33,11	17,49
Penafiel	46,39	35,26	33,15	13,23
Miranda do Douro	52,00	50,35	33,16	18,84
Penalva do Castelo	48,43	47,97	33,19	15,24

A avaliação do risco de abandono

Estamos agora em condições de avaliar, concelho a concelho, onde o risco de abandono é maior ou menor. Para o efeito precisamos de sistematizar as relações entre factores potenciais e as diferentes expressões do abandono em Portugal. A análise descritiva que até aqui desenvolvemos já nos responde parcialmente a algumas questões, nomeadamente as que se referem às relações do abandono com a escolarização dos pais, com o mercado de trabalho ou com o insucesso escolar expresso pelas variáveis de atraso. Cumpre agora responder à questão: qual o contributo dos diferentes factores? Como se ordenam na proporção desse contributo?

O primeiro passo neste tipo de análise é o de contextualizarmos as características socioeconómicas dos diferentes concelhos. Como tivemos oportunidade de expor, existem padrões territoriais do abandono, os quais assentam em características inerentes à organização económica e social, às dinâmicas demográficas e à forma como a escolaridade responde a esse mesmo contexto local e regional. Neste sentido, entendemos construir um novo indicador que expresse a dimensão socioeconómica dos concelhos e, de certa forma, os tipifique na sua relação com o abandono.

A construção desse indicador terá em atenção todos os concelhos do Continente e Regiões Autónomas e pretende-se que possa ser verificável nos três momentos censitários escolhidos. Por ora, a análise centrar-se-á em 2011, deixando para um estudo posterior a evolução desde 1991.

Os indicadores selecionados para a construção do modelo estatístico são os seguintes:

- Indicadores educacionais: Taxas de abandono (10-15 anos, 15-17 anos e 18-24 anos); taxas de analfabetismo², proporção da população sem instrução³; proporção da população com Ensino Básico, proporção da população com Ensino Secundário, proporção da população com Ensino Superior;

2 Todas as variáveis usadas tiveram como base os dados dos Censos de 2011. Utilizámos as seguintes variáveis disponíveis no site do Instituto Nacional de Estatística (INE): Taxa de atividade, Taxa de desemprego total, Proporção da população com 3º Ciclo, Proporção da população com Ensino Secundário, Proporção da população com Ensino Superior, Densidade populacional, Taxa de analfabetismo, Índice de envelhecimento, Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira.

3 A proporção da população sem instrução foi calculada a partir da fórmula: <População residente analfabeta ou sem frequência de educação formal>/<População residente com 10 e mais anos>*100.

- Indicadores demográficos: densidade populacional, índice de envelhecimento, proporção da população de nacionalidade estrangeira;

- Indicadores de caracterização socioeconómica e profissional a nível concelhio: grupos socioeconómicos, tais como, Quadros Médios e Superiores e Operários qualificados e semiquualificados; empregados nas atividades económicas: no sector agrícola, no alojamento, restauração e empregados administrativos, no comércio e serviços⁴; e empregados por sector de atividade: diferença entre empregados no sector terciário e secundário.

- Variáveis sobre o mercado de trabalho ou de exclusão social: desemprego total (em sentido restrito), desemprego jovem (em sentido restrito); e beneficiários de Rendimento Social de Inserção⁵.

Refira-se que esta seleção partiu de um trabalho mais vasto de testagem de um número muito superior de variáveis, uma parte significativa das quais foi eliminada pelo reduzido poder explicativo que demonstravam.

O método adoptado foi o da análise factorial por componentes principais o qual permite reduzir a um número menor de factores (componentes) o mais vasto leque de variáveis, identificando cada componente pelo tipo de variáveis que lhe estão associadas. Essa identificação é da responsabilidade do investigador, ao interpretar as saturações (loadings) da relação entre cada variável original e cada componente extraída. Os valores das saturações varia entre 1 e -1. Quando mais próximas de zero revelam escassa associação com o componente; mais próxima de 1 denunciam uma relação forte, variando no mesmo sentido; mais próxima de -1, também uma relação forte, mas de sentido contrário.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 26 : Caracterização das dimensões socioeconómica e rural/urbano de Portugal Continental e Ilhas (Censo 2011)

	Componentes			
	Rural, envelhecido de qualificação baixa	Urbano, atividade secundária e terciária de qualificação alta	Urbano, atividade terciária e turismo de qualificação média	Exclusão social
Taxa de Analfabetismo	,928	-,263	-,016	,034
População sem Instrução	,914	-,226	,046	,014
Índice de Envelhecimento	,839	-,060	,013	-,314
População com Ensino Básico	-,674	,506	,430	-,076
Empregados no Sector Agrícola	,645	-,232	-,064	,115
Quadros Médios e Superiores	-,171	,937	,083	,052
Empregados Administrativos, Comércio e Serviços	-,251	,901	,098	,114
Densidade Populacional	-,142	,795	,089	,134
População com Ensino Superior	-,491	,677	,330	-,141
Operário Qualificados e Semiquualificados	-,409	,649	-,270	,195
População com Ensino Secundário	-,581	,585	,447	-,124
Empregados nos Alojamento, Restaurantes e Similares	-,008	-,145	,809	,179
Diferença entre Sector Terciário e Secundário	,149	,289	,798	-,006
População de Nacionalidade Estrangeira	-,213	,118	,776	-,023
Taxa de Desemprego	-,018	,056	,178	,867
Beneficiários de Rendimento Social de Inserção	,016	,141	-,058	,832
Percentagem de variância explicada	26,2%	25,8%	15,8%	10,6%

Fonte: INE e Marktest

4 Para os grupos socioeconómicos e população empregue por sector de atividade – Diferença entre sector terciário e secundário: Marktest, a partir dos dados do Censo de 2011. Para as atividades económicas: *Classificação Portuguesa de Atividades Económicas* – última revisão (CAE) Instituto Nacional de Estatística (INE). Todas as percentagens foram calculadas a partir das variáveis originais em número absoluto pelo total de Pessoas ao Serviço nos estabelecimentos.

5 O desemprego jovem foi calculado tendo como base critérios internacionais - De acordo com o Regulamento (CE) 1201/2009 da Comissão, de 30 de Novembro, o cálculo sobre a atividade económica da população tem como base o desemprego em sentido restrito, o que significa que apenas se contabilizam os indivíduos que, na semana de referência (do Censo), se encontram, simultaneamente, nas situações seguintes situações: "Sem trabalho, ou seja, sem emprego, remunerado ou não; Disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não; À procura de trabalho, ou seja, tenha feito diligências nas últimas quatro semanas para encontrar um emprego, remunerado ou não" (INE, 2013, 67): <População do grupo etário 15-24 desempregada (sentido restrito) >/<população ativa do mesmo grupo etário>*100. Para os beneficiários do RSI: <Total da população com RSI >/<total da população residente com 15 e mais anos por meio de vida>*100.

Utilizámos um total de 16 variáveis que foram reduzidas a 4 componentes⁶. Cada uma desses componentes tende a identificar um particular contexto socioeconómico que caracterizámos da seguinte maneira:

Componente 1 - Rural, envelhecido de qualificação baixa: Esta componente apresenta maiores correlações com a taxa de analfabetismo, a população sem instrução, o índice de envelhecimento e a percentagem de empregados no sector agrícola e uma correlação inversa com a população com o Ensino Básico, Secundário, Superior e com os Operários qualificados e semiquificados.

Componente 2 - Urbano, atividade secundária e terciária de qualificação alta: Componente em que se destacam correlações com níveis de ensino mais elevados (Secundário e Ensino Superior), emprego nas profissões mais qualificadas do sector terciário e secundário e elevada densidade populacional.

Componente 3 - Urbano, atividade terciária e turismo de qualificação média: Esta componente indica maiores correlações com a percentagem de empregados nos alojamentos, restaurantes e similares, percentagem elevada de empregados no sector terciário, percentagem da população de nacionalidade estrangeira e com a população com Ensino Básico e Secundário.

Componente 4 - Desvantagem económica e exclusão social: Componente onde têm maior peso os indicadores socioeconómicos de exclusão social, tais como a taxa de desemprego total e os beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Como seria expectável há uma clara distinção entre as dimensões rural e urbana, quer pelas variáveis de volume, como sejam a densidade populacional, quer pela diferente composição social. Os níveis de escolarização e qualificação são igualmente distintivos dessa dualidade entre concelhos. Atente-se igualmente na separação dos indicadores associados a áreas urbanas: uma componente associada às zonas urbanas de elevada qualificação, outra mais associada às do terciário/turismo de qualificações médias. Por último, a quarta componente, ainda que revelando um poder explicativo da variância total mais reduzido, identifica as situações de desvantagem económica e de exclusão expressas na associação com o desemprego e com o RSI. Neste caso o padrão é transversal entre rural e urbano, distinguindo-se das primeiras três componentes.

Estamos agora em condições de avançar na construção de modelo explicativo do fenómeno do abandono, considerando, por um lado, as variáveis teóricas, casos da escolarização dos pais, do desemprego ou do insucesso (medido através do atraso escolar) e, por outro lado, as novas variáveis de contexto socioeconómico territorializado resultantes da análise em componentes principais.

Para cada um dos ensaios de modelização considerámos sempre duas versões: uma só com variáveis “teóricas”, uma segunda com variáveis “teóricas” e de contexto⁷.

Considerámos como variáveis dependentes, a serem explicadas, três indicadores de abandono: dois deles já os caracterizámos (abandono escolar 10-15 e abandono precoce 18-24), mas acrescentamos agora o abandono para o grupo etário intermédio (15-17) para podermos perceber como é que as variáveis explicativas se combinam em diferentes patamares etários de abandono.

Os resultados dos modelos de regressão hierárquica são apresentados nos quadros seguintes:

⁶ O modelo obtido apresenta uma adequabilidade média tendo em conta a estatística Kayser-Meyer-Olkin (KMO=0,759), sendo que todas as variáveis estão bem representadas na solução em análise. Para a extração das componentes, usámos o Critério de Kaiser, ou seja, seleção das componentes com valor próprio superior à unidade. Complementámos ainda a decisão com a leitura do Scree Plot que aponta também para a extração de 4 componentes e com a variância explicada superior a 70% (Reis, 1997: 273). A solução retida apresenta uma variância total explicada de 78,4%. Optámos pela rotação ortogonal das componentes que garante que as componentes principais rodadas permaneçam independentes entre si, ou seja, não correlacionadas. O que permite a utilização dos scores como variáveis independentes que serão usados nos modelos de Regressão Linear Hierárquica a desenvolver no passo seguinte.

Na leitura das componentes, privilegiámos a interpretação dos loadings superiores a 0,5 em módulo. Contudo, considerámos ainda os loadings de 0,4 em módulo, pois alguns autores admitem como valor mínimo 0,3 ou 0,4 (Marôco, 2011; Field, 2009).

⁷ A percentagem de pais/mães sem instrução e percentagem de mães com Ensino Superior foi calculada a partir da fórmula: $\frac{\text{População sem instrução do sexo feminino e masculino com idade entre os 25 e os 44 anos}}{\text{total de população residente do mesmo grupo etário}} \times 100$ e $\frac{\text{População com Ensino Superior do sexo feminino com idade entre os 25 e os 44 anos}}{\text{total de população residente do mesmo grupo etário}} \times 100$.

Tabela 27: Indicadores explicativos da taxa de abandono escolar 10-15 anos (Censo 2011)

	Taxa abandono 10-15	
	R1: Beta	R2: Beta
Taxa de atraso no 1º Ciclo	0,083	0,086
Taxa de atraso no 2º Ciclo	0,086	0,090
Taxa de atraso no 3º Ciclo	0,047	0,074
Percentagem de pais/mães sem instrução	0,246***	0,277**
Percentagem de mães com ensino superior	0,091	0,102
Taxa de desemprego jovem	0,084	0,187*
«Rural, envelhecido de qualificação baixa»	-	-0,008
«Urbano, atividade secundária e terciária de qualificação alta»	-	0,004
«Urbano, atividade terciária e turismo de qualificação média»	-	-0,131
«Exclusão social»	-	-0,106
R²ajustado	0,136***	0,138***
	F(6, 301); 9,071	F(10, 297); 5,898

*p<0,05; **p<0,01;***p<0,001

Fonte: INE e Marktest

Convirá lembrar que a taxa de abandono escolar (10-15) tem um valor residual, daí que o contributo dos contextos socioeconómicos para a explicação da sua variação seja reduzido. Entre as variáveis “teóricas” aquela que tem maior poder explicativo é claramente a variável “pais/mães sem instrução”, seguem-se o “desemprego jovem” com valor positivo (ou seja, quanto maior o desemprego, maior o abandono). Trata-se de bolsas de reprodução do insucesso escolar e da exclusão social que escapam a qualquer padrão territorializado, ainda que se possam concentrar incrustadas em meios sociais diversos.

Este é um dos casos de resiliência dos mecanismos de exclusão em que as condicionantes familiares tendem a exercer um papel decisivo.

No caso dos outros dois indicadores de abandono a combinação de variáveis já é um pouco diferente:

Tabela 28: Indicadores explicativos das taxas de abandono antecipado e abandono precoce (Censo 2011)

	Taxa abandono 15-17		Taxa abandono 18-24	
	R1: Beta	R2: Beta	R1: Beta	R2: Beta
Taxa de atraso no 1º Ciclo	0,266***	0,267***	-0,069	-0,077
Taxa de atraso no 2º Ciclo	0,197**	0,155*	0,285***	0,231***
Taxa de atraso no 3º Ciclo	-0,063	-0,014	0,238***	0,292***
Percentagem de pais/mães sem instrução	0,164***	0,264***	-0,035	0,144**
Percentagem de mães com ensino superior	-0,134*	-0,050	-0,434***	-0,470***
Taxa de desemprego Jovem	-0,073	-0,112	-0,059	-0,078
«Rural, envelhecido de qualificação baixa»	-	-0,177*	-	0,347***
«Urbano, atividade secundária e terciária de qualificação alta»	-	-0,018	-	0,082
«Urbano, atividade terciária e turismo de qualificação média»	-	-0,0129	-	-0,106**
«Exclusão social»	-	0,158	-	0,118
R²ajustado	0,231***	0,285***	0,456***	0,569***
	F(6,301); 16,350	F(10,297); 13,242	F(6, 301); 43,830	F(10,297); 41,454

*p<0,05; **p<0,01;***p<0,001

Fonte: INE e Marktest

A taxa de abandono 15-17 é claramente determinada pelo passado de insucesso, especialmente no 1º e 2º ciclos e pelo peso dos pais/mães sem instrução. Em termos de contexto são as componentes “rural, envelhecido, de baixa qualificação” e o de “exclusão social” que dão os maiores contributos para a explicação da sua variância.

O efeito do mercado de trabalho também é de considerar: baixas taxas de desemprego jovem tendem a criar oportunidades de inserção precoce na vida ativa, potenciando o abandono.

Porém, a percentagem de variância explicada neste caso particular de abandono (29%), sendo superior à verificada no abandono 10-15 (cerca de 14%), é ainda reduzida face aos resultados do abandono 18-24 (57%). Este facto explica-se, em grande parte, por uma maior diversidade de factores susceptíveis de explicarem esse fenómeno. Será bom lembrar e reafirmar que o abandono terá de ser analisado sempre em escalas múltiplas de análise, desde a escala *macro*, quando trabalhamos com médias nacionais, à escala *micro*, da decisão individual ou familiar que conduz ao abandono. Ora a escala de análise que privilegiamos nesta abordagem poderemos considerá-la de nível *meso* e os resultados obtidos nem sempre confirmam as combinatórias de factores que as outras escalas sugerem.

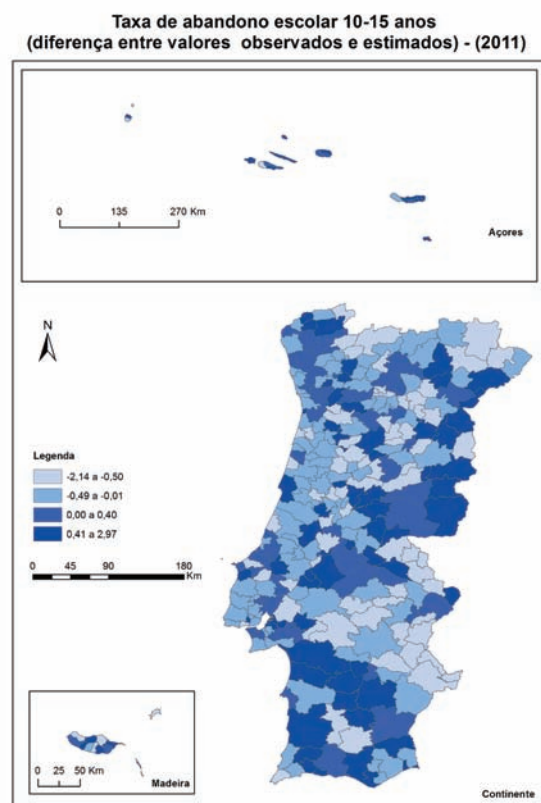
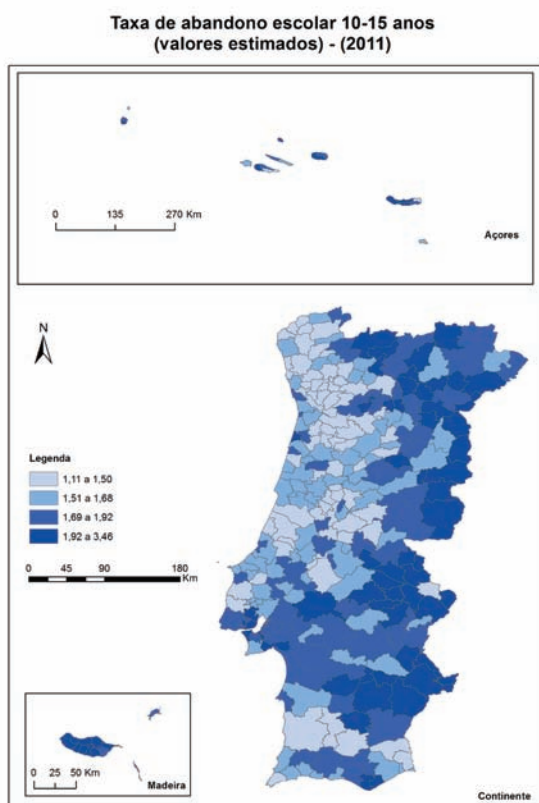
De reter, o facto de a origem social ter um efeito potenciador do abandono, mas raramente apresentar um poder explicativo determinante.

Abordemos agora os factores explicativos do abandono 18-24. Pela hierarquia das variáveis em função dos respectivos pesos explicativos, poderemos destacar os contextos de «Rural, envelhecido de qualificação baixa», as taxas de atraso no 2º e 3º ciclos e, com valor negativo, a “percentagem de mães com ensino superior”. Saliente-se que quanto mais tardio é o abandono, maior é o poder explicativo do contexto socioeconómico.

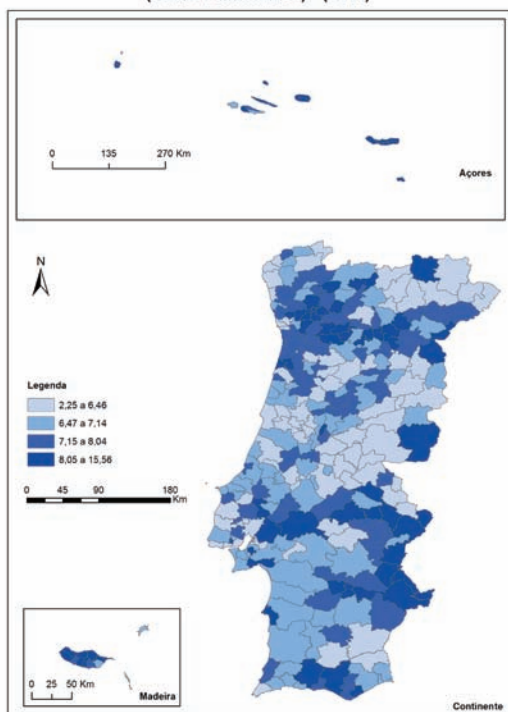
Repare-se que do total da variância consegue-se explicar cerca de 57% o que na perspectiva da investigação sociológica é um valor muito bom.

É agora possível projetar para cada concelho os valores estimados para cada taxa de abandono e confrontá-los com os valores apurados a partir dos Censos (Mapas 31 a 36). Distinguiremos os concelhos que apresentam maior risco de abandono – precisamente aqueles que têm uma taxa observada superior à taxa estimada pelo modelo de regressão.

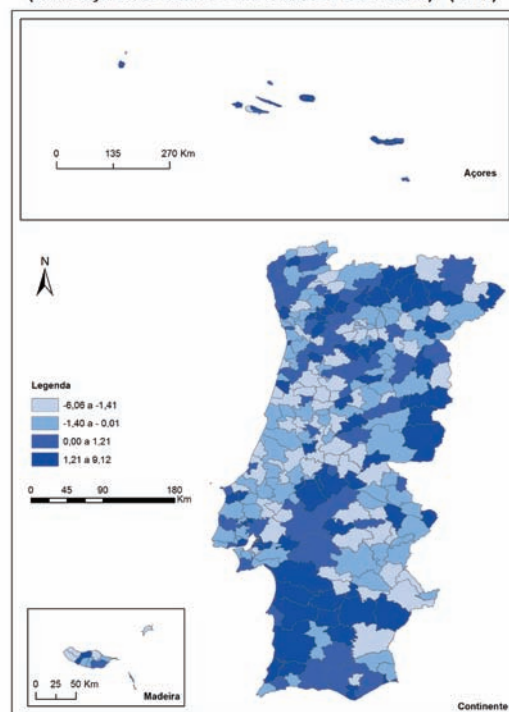
Selecionámos os 50 concelhos onde essa diferença é maior para uma leitura mais imediata e em anexo serão listados todos os concelhos bem como a sua cartografia.



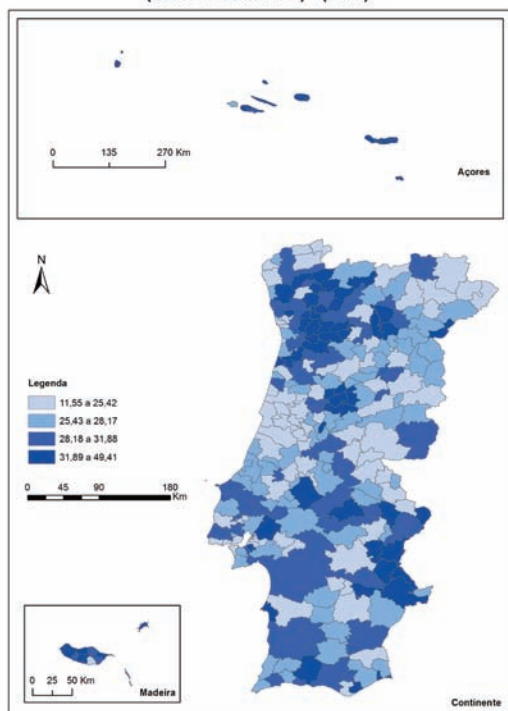
**Taxa de abandono antecipado 15-17 anos
(valores estimados) - (2011)**



**Taxa de abandono antecipado 15-17 anos
(diferença entre valores observados e estimados) - (2011)**



**Taxa de abandono precoce 18-24 anos
(valores estimados) - (2011)**



**Taxa de abandono precoce 18-24 anos
(diferença entre valores observados e estimados) - (2011)**

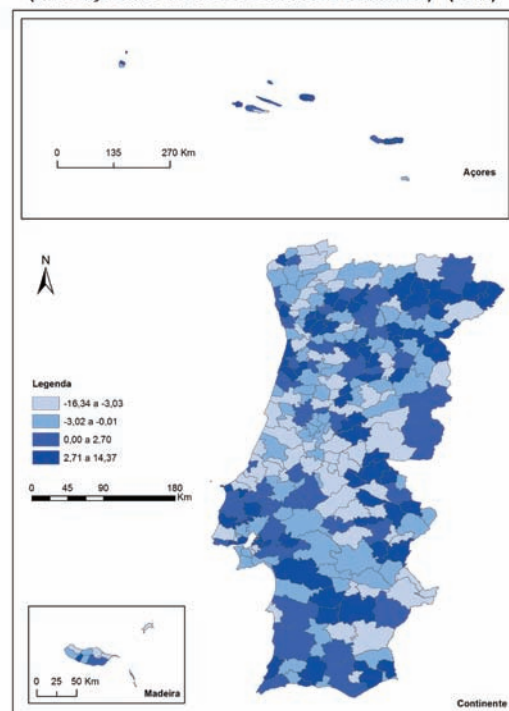


Tabela 29: 50 Concelhos onde é maior a diferença entre a Taxa de Abandono Escolar (10-15) e o Valor Estimado

Portugal (Continente e Regiões Autónomas)			
Concelhos	Taxa de Abandono Escolar [10-15 anos]	Valor Estimado Taxa de Abandono Escolar [10-15 anos]	Diferença entre Taxa de Abandono Escolar Observado e Estimado
Gavião	4,97	2,00	2,97
São Vicente	4,88	2,16	2,72
Chamusca	3,61	1,44	2,17
Aljustrel	4,05	1,89	2,16
Lagoa (R.A.A.)	4,22	2,21	2,01
Freixo de Espada à Cinta	4,49	2,60	1,89
Castro Verde	3,84	2,00	1,84
Ansião	3,10	1,29	1,82
Pinhel	3,14	1,55	1,60
Pampilhosa da Serra	3,21	1,62	1,58
Idanha-a-Nova	4,68	3,10	1,58
Mogadouro	3,76	2,23	1,53
Oleiros	2,96	1,47	1,49
Ferreira do Alentejo	3,51	2,03	1,49
Belmonte	3,43	1,96	1,47
Sabugal	3,61	2,23	1,38
Vila Real de Santo António	2,98	1,62	1,36
Figueira de Castelo Rodrigo	3,65	2,31	1,34
Crato	3,57	2,23	1,34
Góis	2,68	1,41	1,27
Valença	2,63	1,41	1,22
Ourém	2,88	1,66	1,22
Ribeira Grande	3,60	2,46	1,14
Sardoal	2,64	1,51	1,13
Espinho	2,95	1,84	1,11
Vila Nova da Barquinha	2,27	1,18	1,09
Povoação	2,90	1,82	1,08
Santa Cruz da Graciosa	3,11	2,05	1,07
Paredes de Coura	2,30	1,24	1,05
Oliveira de Frades	2,48	1,47	1,02
Machico	3,26	2,23	1,02
Vila Velha de Ródão	2,59	1,59	0,99
Santa Cruz das Flores	2,76	1,80	0,96
Vila Flor	2,91	1,99	0,92
Montijo	2,63	1,72	0,90
Alvito	2,80	1,92	0,87
Monchique	2,58	1,75	0,83
Nelas	2,44	1,63	0,82
Alcácer do Sal	2,58	1,84	0,74
Alpiarça	2,36	1,63	0,73
Cinfães	2,46	1,74	0,72
Campo Maior	2,97	2,27	0,71
Horta	2,35	1,63	0,71
Vila do Porto	2,28	1,58	0,70
Lourinhã	2,44	1,75	0,69
Odemira	2,14	1,45	0,69
Lajes do Pico	2,10	1,41	0,69
Calheta (R.A.A.)	2,19	1,51	0,68
Trancoso	2,37	1,69	0,67
Penamacor	2,83	2,17	0,66

Tabela 30: 50 Concelhos onde é maior a diferença entre a Taxa de Abandono Antecipado (15-17) e o Valor Estimado

Portugal (Continente e Regiões Autónomas)			
Concelhos	Taxa de Abandono Antecipado [15-17 anos]	Valor Estimado Taxa de Abandono Antecipado [15-17 anos]	Diferença entre Taxa de Abandono Antecipado Observado e Estimado
Ribeira Grande	21,71	12,59	9,12
Vila Velha de Ródão	14,29	6,07	8,22
Pampilhosa da Serra	14,81	7,12	7,70
Ferreira do Alentejo	13,82	7,16	6,66
São Roque do Pico	13,39	7,52	5,86
Lajes das Flores	16,33	10,51	5,82
Bombarral	12,44	6,65	5,79
Aljezur	12,59	7,15	5,45
Pinhel	11,21	5,97	5,23
Chamusca	11,91	6,80	5,11
Horta	11,68	6,72	4,95
Ponta do Sol	12,47	7,60	4,87
Monforte	20,41	15,56	4,84
Felgueiras	13,21	8,58	4,63
Fafe	12,21	7,83	4,37
Aljustrel	11,06	6,76	4,30
Santa Cruz das Flores	12,50	8,43	4,07
Alcácer do Sal	10,97	7,07	3,90
Vila Nova de Paiva	11,30	7,43	3,87
Campo Maior	12,03	8,38	3,65
Lagoa (R.A.A.)	14,10	10,57	3,53
Vila Franca do Campo	15,43	11,99	3,43
Constância	10,26	6,89	3,37
Alvaiázere	10,44	7,10	3,34
Paços de Ferreira	12,48	9,15	3,33
Idanha-a-Nova	14,53	11,35	3,18
Vila da Praia da Vitória	12,16	8,99	3,17
Castro Daire	9,94	6,85	3,09
Mirandela	8,22	5,15	3,08
Macedo de Cavaleiros	9,13	6,09	3,05
Ribeira de Pena	10,18	7,34	2,84
Povoação	12,50	9,70	2,80
Beja	9,76	7,01	2,75
Lousada	11,93	9,20	2,74
Monchique	9,85	7,10	2,74
Mora	8,65	5,92	2,73
Abrantes	8,94	6,22	2,72
Torre de Moncorvo	9,43	6,84	2,60
Vila Real de Santo António	9,64	7,03	2,60
Grândola	9,17	6,59	2,58
Vila Pouca de Aguiar	9,63	7,14	2,49
Espinho	10,03	7,57	2,46
Cuba	10,71	8,30	2,41
Penamacor	8,87	6,51	2,36
Arruda dos Vinhos	8,27	5,94	2,33
Angra do Heroísmo	11,42	9,18	2,24
Golegã	7,10	4,88	2,21
Paredes de Coura	9,14	6,96	2,18
Vagos	9,10	6,95	2,15
Penafiel	9,85	7,72	2,13

Tabela 31: 50 Concelhos onde é maior a diferença entre a Taxa de Abandono Precoce (18-24) e o Valor Estimado

Portugal (Continente e Regiões Autónomas)			
Concelhos	Taxa de Abandono Precoce [18-24 anos]	Valor Estimado Taxa de Abandono Precoce [18-24 anos]	Diferença entre Taxa de Abandono Precoce Observado e Estimado
Santa Cruz das Flores	46,32	31,94	14,37
Corvo	59,09	44,84	14,25
Ribeira Grande	56,02	43,68	12,34
Arronches	31,98	19,82	12,16
Vila Franca do Campo	49,56	37,79	11,76
Freixo de Espada à Cinta	45,18	33,49	11,69
Lagoa (R.A.A.)	52,40	42,40	10,00
Vimioso	33,96	24,06	9,91
Tarouca	37,56	29,08	8,48
Paços de Ferreira	45,40	36,95	8,46
Gavião	39,07	30,72	8,35
Montijo	33,26	25,14	8,12
Velas	40,17	32,33	7,84
Ferreira do Alentejo	34,11	26,30	7,81
Alter do Chão	34,78	26,98	7,80
Nordeste	41,52	33,73	7,79
Lousada	45,88	38,64	7,24
Horta	35,23	28,00	7,23
Vila Velha de Ródão	28,39	21,23	7,16
Peniche	35,88	28,81	7,06
Ribeira de Pena	38,07	31,15	6,92
Carregal do Sal	38,94	32,11	6,83
Penedono	32,84	26,17	6,67
Figueira de Castelo Rodrigo	33,49	26,91	6,57
Castro Marim	33,56	27,08	6,48
Alfândega da Fé	30,42	23,98	6,44
Lisboa	21,31	15,09	6,23
Macedo de Cavaleiros	26,11	20,53	5,58
Pampilhosa da Serra	33,18	27,70	5,48
Alcochete	25,08	19,72	5,36
Oeiras	16,77	11,55	5,21
Sousel	33,44	28,30	5,14
Ponta do Sol	35,59	30,56	5,04
Castro Daire	32,15	27,13	5,02
Redondo	37,13	32,13	5,01
Aveiro	26,01	21,01	5,00
Fafe	34,73	29,77	4,96
Valpaços	31,42	26,47	4,95
Castelo de Vide	29,27	24,32	4,95
Vila da Praia da Vitória	38,47	33,60	4,86
Mafra	28,59	23,75	4,84
Alenquer	34,62	29,91	4,72
Espinho	28,81	24,29	4,52
Aljezur	32,00	27,58	4,42
Vila Nova de Paiva	31,66	27,26	4,40
Beja	27,11	22,74	4,37
Paredes	39,94	35,64	4,30
Murtosa	42,63	38,35	4,28
Bombarral	33,26	29,04	4,23
Monforte	39,65	35,56	4,08

Tabela 32: 50 Concelhos onde é menor a diferença entre a Taxa de Abandono Escolar (10-15) e o Valor Estimado

Portugal (Continente e Regiões Autónomas)			
Concelhos	Taxa de Abandono Escolar [10-15 anos]	Valor Estimado Taxa de Abandono Escolar [10-15 anos]	Diferença entre Taxa de Abandono Escolar Observado e Estimado
Castelo de Vide	0,00	2,14	-2,14
Porto Moniz	0,63	2,50	-1,88
Murtosa	0,43	2,14	-1,71
Corvo	0,00	1,63	-1,63
Arronches	0,00	1,47	-1,47
Mourão	1,53	3,00	-1,47
Ourique	0,00	1,47	-1,47
Santa Marta de Penaguião	0,47	1,91	-1,43
Manteigas	0,54	1,86	-1,32
Meda	0,80	2,08	-1,29
Porto Santo	0,62	1,89	-1,27
Alvaiázere	0,52	1,71	-1,19
Alandroal	0,70	1,88	-1,19
Portalegre	1,00	2,11	-1,11
Vila Nova de Paiva	0,63	1,68	-1,06
Pedrógão Grande	0,48	1,52	-1,04
Tabuaço	1,05	2,08	-1,03
Cadaval	0,36	1,38	-1,02
Madalena	0,99	2,01	-1,02
Lajes das Flores	0,99	2,01	-1,02
Reguengos de Monsaraz	1,05	2,03	-0,98
Aguiar da Beira	0,97	1,92	-0,96
Vieira do Minho	0,91	1,86	-0,95
Vouzela	0,31	1,22	-0,91
Fronteira	1,05	1,96	-0,91
Golegã	0,31	1,22	-0,91
Condeixa-a-Nova	0,64	1,53	-0,89
Barrancos	1,06	1,95	-0,89
Mortágua	0,43	1,31	-0,88
Vila do Bispo	0,39	1,26	-0,87
Carraceda de Ansiães	1,65	2,51	-0,86
Moura	2,20	3,04	-0,84
Vila Viçosa	0,83	1,64	-0,81
Lousã	0,71	1,50	-0,80
Oliveira do Hospital	0,96	1,73	-0,77
Arraiolos	0,76	1,53	-0,77
Peso da Régua	0,98	1,74	-0,76
Óbidos	0,81	1,57	-0,76
Carregal do Sal	0,66	1,39	-0,74
Mesão Frio	1,44	2,16	-0,72
Penalva do Castelo	0,85	1,57	-0,72
Ribeira de Pena	1,24	1,95	-0,71
Portel	0,82	1,53	-0,71
Montalegre	1,27	1,97	-0,70
Miranda do Corvo	0,78	1,49	-0,70
Vendas Novas	0,87	1,57	-0,70
Mira	0,97	1,66	-0,69
Marvão	1,26	1,95	-0,69
Redondo	1,01	1,70	-0,69
Melgaço	1,12	1,80	-0,68

Tabela 33: 50 Concelhos onde é menor a diferença entre a Taxa de Abandono Antecipado (15-17) e o Valor Estimado

Portugal (Continente e Regiões Autónomas)			
Concelhos	Taxa de Abandono Antecipado [15-17 anos]	Valor Estimado Taxa de Abandono Antecipado [15-17 anos]	Diferença entre Taxa de Abandono Antecipado Observado e Estimado
Penedono	2,20	8,25	-6,06
Corvo	0,00	5,36	-5,36
Alvito	4,00	9,32	-5,32
Manteigas	2,97	7,74	-4,77
Viana do Alentejo	2,63	7,16	-4,52
Fronteira	4,05	8,57	-4,52
Porto Moniz	6,49	11,01	-4,51
Vieira do Minho	4,71	8,91	-4,20
Terras de Bouro	3,85	8,04	-4,20
Mesão Frio	5,19	9,14	-3,95
Murtosa	5,65	9,50	-3,85
Tabuaço	5,64	9,49	-3,85
São Brás de Alportel	3,77	7,40	-3,63
Ferreira do Zêzere	3,63	7,22	-3,59
Batalha	2,84	6,39	-3,56
Soure	2,68	6,11	-3,43
Mira	3,46	6,85	-3,39
Moura	10,61	13,92	-3,31
Nisa	2,56	5,84	-3,28
Miranda do Corvo	2,82	6,08	-3,26
Santana	5,06	8,29	-3,22
Alcanena	3,42	6,64	-3,21
Carraceda de Ansiães	6,54	9,61	-3,08
Resende	7,26	10,32	-3,05
Anadia	4,25	7,26	-3,01
Santa Comba Dão	4,58	7,60	-3,01
Amares	3,99	7,00	-3,01
Vila de Rei	2,53	5,48	-2,94
Benavente	5,88	8,80	-2,93
Vimioso	2,06	4,97	-2,91
Mourão	11,43	14,30	-2,87
Borba	4,66	7,52	-2,86
Porto Santo	3,78	6,59	-2,81
Salvaterra de Magos	4,80	7,59	-2,79
Oliveira do Hospital	5,07	7,76	-2,69
Almeida	4,46	7,14	-2,68
Calheta (R.A.M.)	6,54	9,19	-2,64
Vidigueira	8,43	11,04	-2,61
Arraiolos	3,83	6,37	-2,54
Meda	4,88	7,36	-2,49
Penacova	4,08	6,54	-2,46
Armamar	6,57	9,00	-2,43
Castelo de Paiva	5,56	7,94	-2,38
Vinhais	6,25	8,60	-2,35
Mortágua	3,75	6,07	-2,32
Madalena	7,24	9,53	-2,29
Moita	6,13	8,42	-2,29
Lamego	4,71	6,96	-2,25
Góis	4,76	6,98	-2,22
Marinha Grande	4,37	6,57	-2,20

Tabela 34: 50 Concelhos onde é menor a diferença entre a Taxa de Abandono Precoce (18-24) e o Valor Estimado

Portugal (Continente e Regiões Autónomas)			
Concelhos	Taxa de Abandono Precoce [18-24 anos]	Valor Estimado Taxa de Abandono Precoce [18-24 anos]	Diferença entre Taxa de Abandono Precoce Observado e Estimado
Arcos de Valdevez	7,00	23,34	-16,34
Manteigas	17,00	29,41	-12,41
Barrancos	16,67	27,17	-10,50
Avis	26,42	36,69	-10,27
Melgaço	14,16	23,98	-9,82
Batalha	18,28	27,43	-9,15
Sardoal	19,46	28,07	-8,61
Sertã	22,22	29,84	-7,62
Porto Santo	30,21	37,74	-7,54
Terras de Bouro	25,48	32,88	-7,40
Porto Moniz	27,98	35,35	-7,36
Santana	24,08	31,09	-7,01
Vieira do Minho	26,94	33,85	-6,91
Soure	16,46	23,20	-6,73
Monção	18,20	24,89	-6,70
Alcanena	23,69	30,22	-6,53
Alcobaça	21,65	28,11	-6,47
Vinhais	23,20	29,66	-6,46
Mesão Frio	32,10	38,42	-6,32
São Brás de Alportel	22,40	28,70	-6,30
Amares	25,19	31,47	-6,28
Lajes do Pico	24,62	30,90	-6,28
Vila de Rei	20,32	26,59	-6,27
Vidigueira	26,06	32,30	-6,24
Seia	20,64	26,79	-6,15
Sintra	24,49	30,61	-6,12
Mação	24,11	30,16	-6,04
Moita	28,32	34,35	-6,03
Vale de Cambra	22,87	28,76	-5,89
Almeida	21,68	27,47	-5,79
Santa Comba Dão	26,61	32,39	-5,77
Fornos de Algodres	25,60	31,33	-5,73
Arraiolos	21,24	26,94	-5,70
Tomar	18,72	24,14	-5,43
Boticas	31,20	36,62	-5,42
Vila Nova de Famalicão	25,75	31,13	-5,38
Mourão	44,19	49,41	-5,22
Fronteira	23,69	28,89	-5,20
Pedrógão Grande	22,41	27,51	-5,11
Arganil	29,13	34,12	-5,00
Aguiar da Beira	23,10	28,05	-4,96
Moura	33,70	38,53	-4,83
Baião	35,96	40,70	-4,75
Gondomar	25,49	30,22	-4,74
Pombal	20,72	25,34	-4,62
Porto de Mós	23,00	27,54	-4,54
São Pedro do Sul	24,50	28,91	-4,41
Barreiro	24,47	28,78	-4,31
Mogadouro	23,51	27,81	-4,30
Amadora	26,81	31,10	-4,29

RESULTADOS ESCOLARES E CONTEXTOS LOCAIS

CAPÍTULO 3



Os trabalhos sobre os efeitos dos estabelecimentos escolares nas variáveis escolares, nomeadamente nos resultados dos alunos, desenvolveram-se sobretudo a partir de meados dos anos 70, num contexto de discussão dos resultados do chamado «Relatório Coleman», que apontavam para uma maior variação dos resultados no interior de uma mesma escola (devido à origem social dos alunos) do que entre escolas diferentes (Diogo, 2008).

Uma das abordagens que procura acrescentar mais à explicação das características familiares nos resultados escolares dos alunos é a que estuda o «contexto» numa perspetiva «ecológica», onde os efeitos são medidos por exemplo através da sobre-representação de determinada origem social ou de docentes com determinado perfil numa determinada escola (Duru-Bellat e Mingat, 1988). O contexto é pois estudado a nível da composição social das escolas. Outra das abordagens dos efeitos de contexto procura analisar as características do meio local geográfico envolvente, para além do contexto escolar (Diogo, 2008). Em Portugal, as diferenças territoriais na educação têm sido identificadas por vários autores – seja na questão do analfabetismo, nos níveis de qualificação ou na saída escolar precoce do sistema de ensino (Justino e Valente Rosa, 2009).

Neste capítulo pretendemos caracterizar os contextos geográficos locais a nível concelhio para Portugal Continental e analisar os seus possíveis efeitos nas classificações médias concelhias, tomando como indicadores os resultados nos exames nacionais. Construímos, para esse efeito, uma base de dados a partir da agregação de variáveis de caracterização socioeconómica das famílias dos alunos e dos resultados escolares (provenientes do Conselho Nacional de Educação). Acrescentámos variáveis com origem noutras fontes (na sua maioria do INE) que nos permitissem caracterizar os concelhos em termos de desenvolvimento económico e urbano e de estrutura social do contexto local.

Repare-se na particularidade de esta abordagem apenas cobrir os concelhos do Continente, facto que obriga a reajustar quer o leque de variáveis disponíveis (existe um conjunto mais vasto de indicadores disponíveis) quer os modelos estatísticos. A metodologia é idêntica à adoptada no capítulo anterior sobre o abandono e os resultados que sendo ligeiramente diferentes (nomeadamente os indicadores socioeconómicos concelhios) seguem os mesmos padrões de identificação territorial.

A cartografia a que chegámos representa os efeitos dos contextos socioeconómicos nos resultados dos exames do termo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade) e dos exames do Ensino Secundário nos concelhos de Portugal Continental, distinguindo entre os resultados de todas as escolas e os resultados apenas das escolas públicas. Em ambos os casos, usámos as médias dos resultados de cinco anos, 2008 a 2012, que retêm as diferenças estáveis abstraindo de flutuações interanuais aleatórias.

A base de dados concelhia

Dispúnhamos originalmente de uma base de dados em *Excel*, fornecida pelo Conselho Nacional de Educação, que reunia indicadores socioeconómicos de caracterização de todas as Unidades Escolares públicas do país (provenientes do MISI – Sistema de Informação do Ministério da Educação): a **Base Unidades Escolares** (N=1073). Uma primeira análise exploratória dos dados permitiu-nos constatar a grande percentagem de não-respostas a algumas variáveis socioeconómicas, nomeadamente as relativas às profissões e nível de habilitações dos pais. Para evitar grandes enviesamentos, só considerámos os casos com percentagens de não resposta inferiores a 33,33%, garantindo assim a representação de pelo menos dois terços da população escolar (os restantes foram codificados como não-respostas).

Tendo em conta os objetivos deste capítulo – caracterizar os contextos socioeconómicos a nível concelhio e analisar os seus possíveis efeitos nos resultados escolares –, optámos por constituir uma **Base Concelhos** (N=278) de Portugal Continental, construída a partir de i) agregação de algumas variáveis do nível das Unidades Escolares; ii), de variáveis relativas à caracterização socioeconómica, educativa e demográfica dos concelhos, extraídas do programa *Sales Index 2012* (versão 6.3.3.1) e provenientes de diversas fontes (sempre com a data mais recente disponível); iii) médias dos resultados dos exames dos últimos cinco anos (2008-2012), provenientes do Júri Nacional de Exames.

Reconstruir as variáveis de contexto socioeconómico

A caracterização dos contextos socioeconómicos concelhios recorre essencialmente a indicadores sociodemográficos (densidade populacional, percentagem de jovens na população residente, percentagem de ativos na população residente)¹, de atividade económica (percentagem de residentes ao serviço por sector de atividade², taxas de desemprego total e na população com

¹ Instituto Nacional de Estatística (INE), *Censos 2011*.

² Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST), *Classificação Portuguesa de Atividades Económicas [CAE] 3, 2010*, Instituto Nacional de Estatística (INE). As percentagens foram calculadas a partir das variáveis originais em número, com base no Total de Pessoas ao Serviço nos estabelecimentos.

menos de 25 anos³, percentagem de superfície agrícola útil no território do concelho⁴); de estratificação socioeconómica (percentagem da população residente por classes socioeconómicas e grupos ocupacionais⁵), de escolarização (percentagem da população segundo o nível de escolaridade⁶) e de desvantagem socioeconómica (percentagem de residentes beneficiários de Rendimento Social de Inserção⁷, percentagem de alojamentos familiares com rendas com apoio social⁸).

Sobre estes indicadores, realizámos uma Análise Fatorial de Componentes Principais (AFCP), cujos resultados (Tabela 35) resumem as características dos concelhos num conjunto de novas variáveis matematicamente construídas, que exprimem diferentes componentes da diversidade socioeconómica dos municípios de Portugal Continental. São elas, por ordem de importância no conjunto da AFCP: «Urbano – Atividade de Serviços de Qualificação Elevada»; «Atividade Industrial de Qualificação Média-baixa»; «Atividade de Turismo e Serviços de Qualificação Média»; «Desvantagem Socioeconómica (Exclusão)»; «Rural – Atividade Agrícola de Qualificação Baixa».

Tabela 35: Dimensões socioeconómica e eixo rural-urbano dos concelhos de Portugal Continental (Via Análise de Componentes Principais)

	Componentes				
	Urbano – Atividade Serviços de Qualificação Elevada	Atividade Industrial de Qualificação Média-baixa	Atividade de Turismo e Serviços de Qualificação Média	Desvantagem Socioeconómica (Exclusão)	Rural – Atividade Agrícola Sem Qualificação
Classe Média Alta	,942	-,049	,143	-,050	-,057
Quadros Médios e Superiores	,934	,019	,083	-,028	-,094
População com Ensino Superior	,900	-,040	,167	-,103	-,124
Densidade Populacional	,718	-,079	-,075	,177	-,237
Classe Baixa	-,707	-,567	-,287	,126	,094
Empregados Serviços, Comércio e Administrativos	,700	,250	,470	-,043	,001
Classe Média	,669	,242	,458	-,160	-,020
Renda com Apoio Social (% alojamentos familiares)	,603	-,079	-,035	,397	-,034
População Sem Instrução	-,569	-,506	-,105	,052	,411
Trabalhadores Qualificados	-,071	,905	-,004	-,091	-,160
Classe Média Baixa	-,269	,847	-,025	-,037	-,091
Pessoas na Indústrias Transformadora	-,092	,717	-,373	-,128	-,243
Peso da População Jovem	,422	,699	,211	,146	,028
Peso da População Ativa	,499	,684	,215	,213	-,143
Pessoas no Alojamento, Restauração e Similares	-,025	-,312	,777	,133	-,230
População com Ensino Secundário	,494	,138	,737	-,095	,087
População com Ensino Básico	,212	,491	,551	,116	,112
Desempregados	,134	,231	,237	,849	-,076
Beneficiários RSI	,100	-,065	-,136	,779	,247
Desempregados menos 25 anos	-,335	-,149	,029	,750	,079
Superfície Agrícola Utilizável	-,138	-,133	,042	,073	,889
Pessoas no Sector Agrícola	-,206	-,200	-,095	,132	,787
Percentagem de variância explicada (77,3%)	28,2%	19,2%	10,7%	10,4%	8,8%

3 Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), 2011. As percentagens foram calculadas, a partir das variáveis originais em número, com base na População Total para a Percentagem de Desemprego Total e na População dos 15 aos 24 anos para a percentagem desempregados <25 anos.

4 DGA/IPCC, 1998, Instituto Nacional de Estatística (INE), 2009. A percentagem de superfície agrícola utilizada (variável original em Hectares) foi calculada a partir da sua divisão pela Área (Ha) multiplicada por 100.

5 Marktest, 2010.

6 Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 2011. Percentagens calculadas com base na População Total do concelho.

7 Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), 2010, Instituto Nacional de Estatística (INE). Percentagem calculada com base na População Total do concelho (INE, Censos 2011).

8 Instituto Nacional de Estatística (INE), Inquérito à Caracterização da Habitação Social, 2011. Percentagens calculadas da seguinte forma: Contratos de Arrendamento – Renda Social ou apoiada / Total de Alojamentos Familiares * 100.

A estrutura socioeconómica de cada concelho é então caracterizada pelos valores de cada uma dessas componentes, refletindo o seu peso relativo no território concelhio.

Com vista a completar o leque de variáveis a utilizar como explicativas dos resultados escolares do 9º e do Secundário recorremos ainda a um indicador mais específico de caracterização da população escolar (percentagem das mães dos alunos das escolas públicas do concelho que completaram o ensino superior), que resulta da agregação de dados provenientes do Sistema de Informação do Ministério da Educação (MISI)⁹. Em alguns casos de concelhos para cujos estabelecimentos de ensino esta informação era insuficiente ou omissa, imputámos um valor baseado na percentagem com habilitação escolar superior da população feminina residente, dentro do grupo de idades 25-44 anos¹⁰.

Ensaámos sucessivos modelos de regressão linear múltipla usando as componentes de caracterização socioeconómica e a proporção das mães com escolaridade superior como variáveis preditoras dos resultados de exames nos dois níveis de ensino, retendo os que apresentaram melhor ajustamento estatístico.

Sobre os resultados dos concelhos de Portugal Continental, os modelos a que chegámos obtêm valores de explicação da variação dos resultados escolares médios superiores a 50%, mais concretamente: de 52,3% (todas as escolas) e 50,4% (escolas públicas) para o 9º ano de escolaridade; e de 53,7% (todas as escolas) e 51,0% (escolas públicas) no Ensino Secundário, com significância estatística de 99,9% (Tabelas 36 a 39).

Tabela 36 - Regressão linear múltipla dos resultados médios de exames (média 2008-12) de todas as escolas nos concelhos sobre variáveis socioeconómicas – 9º ano

9º ano (2008-2012)		
N=278		
Constante (A)	2,607	
Variáveis explicativas	B	Beta ¹
Percentagem de mães com Ensino Superior ²	0,016	0,492***
Contexto «Urbano Qualificado»	0,014	0,073
Contexto «Industrial»	0,052	0,276***
Contexto «Turismo e Serviços»	-0,029	-0,152**
Contexto «Exclusão»	-0,032	-0,171***
Contexto «Agrícola»	-0,072	-0,380***
R ² ajustado	0,523***	
F	51,625	
	(6,271)	

*p<.05; ** p<.01; ***p<.001

¹ Regressão com *bootstrap* com correção de enviesamento, para um intervalo de confiança de 95%.

² Nos concelhos sem informação, valores imputados por estimativa a partir da percentagem de mulheres com ensino superior do concelho com idades entre 25 e 44 anos.

⁹ Base de dados gentilmente cedida pelo Conselho Nacional da Educação em 2012, com dados recolhidos em 2011. Estes dados só existem para as escolas públicas. Retivemos este indicador específico dos antecedentes escolares familiares dos alunos, de entre os disponíveis, por ser o que se revelou mais eficaz como preditor estatístico das variações de resultados dos exames.

¹⁰ INE, Censos 2011. O valor imputado resulta de uma transformação da variável "percentagem de mulheres com 25-44 anos com ensino superior no concelho": os valores foram multiplicados pelo rácio entre a percentagem de mães dos alunos das escolas públicas com ensino superior e a percentagem de mulheres 25-44 anos com ensino superior no concelho.

Tabela 37 - Regressão linear múltipla dos resultados médios de exames (média 2008-12) de todas as escolas nos concelhos sobre variáveis socioeconómicas – Ensino Secundário

	Ensino Secundário (2008-2012)	
	N=244	
Constante (A)	46,622	
Variáveis explicativas	B	Beta ¹
Percentagem de mães com Ensino Superior ²	0,288	0,416***
Contexto «Urbano Qualificado»	1,092	0,267***
Contexto «Industrial»	1,562	0,377***
Contexto «Exclusão»	-0,371	-0,091
Contexto «Agrícola»	-1,295	-0,282***
R ² ajustado	0,537***	
F	57,409	
	[5,238]	

*p<.05; ** p<.01; ***p<.001

¹ Regressão com *bootstrap* com correção de enviesamento, para um intervalo de confiança de 95%.² Nos concelhos sem informação, valores imputados por estimativa a partir da percentagem de mulheres com ensino superior do concelho com idades entre 25 e 44 anos.**Tabela 38 - Regressão linear múltipla dos resultados médios de exames (média 2008-12) das escolas públicas nos concelhos sobre variáveis socioeconómicas – 9º ano**

	9º ano (2008-2012)	
	N=277	
Constante (A)	2,596	
Variáveis explicativas	B	Beta ¹
Percentagem de mães com Ensino Superior ²	0,016	0,556***
Contexto «Urbano Qualificado»	-0,008	-0,046
Contexto «Industrial»	0,045	0,268***
Contexto «Turismo e Serviços»	-0,032	-0,194***
Contexto «Exclusão»	-0,032	-0,192***
Contexto «Agrícola»	-0,061	-0,365***
R ² ajustado	0,504***	
F	47,768	
	[6,270]	

*p<.05; ** p<.01; ***p<.001

¹ Regressão com *bootstrap* com correção de enviesamento, para um intervalo de confiança de 95%.² Nos concelhos sem informação, valores imputados por estimativa a partir da percentagem de mulheres com ensino superior do concelho com idades entre 25 e 44 anos.

Tabela 39 - Regressão linear múltipla dos resultados médios de exames (média 2008-12) nas escolas públicas nos concelhos sobre variáveis socioeconómicas – Ensino Secundário

	Ensino Secundário (2008-2012)	
	N=240	
Constante (A)	46,682	
Variáveis explicativas	B	Beta ¹
Percentagem de mães com Ensino Superior ²	0,300	0,440***
Contexto «Urbano Qualificado»	0,822	0,207**
Contexto «Industrial»	1,547	0,384***
Contexto «Exclusão»	-0,398	-0,100*
Contexto «Agrícola»	-1,248	-0,279***
R ² ajustado	0,510***	
F	50,680	
	(5,234)	

*p<.05; ** p<.01; ***p<.001

¹ Regressão com *bootstrap* com correção de enviesamento, para um intervalo de confiança de 95%.

² Nos concelhos sem informação, valores imputados por estimativa a partir da percentagem de mulheres com ensino superior do concelho com idades entre 25 e 44 anos.

A partir dos modelos apurados, realizámos três operações, sobre os resultados das escolas públicas.

- 1) A estimação de valores de resultados dos exames do 9º ano e Secundário, por concelho, aplicando os modelos estatísticos;
- 2) O cálculo das diferenças dos valores observados aos valores assim estimados (designados como “desvios”, positivos ou negativos);
- 3) A criação de um indicador socioeconómico, aplicando os multiplicadores da equação de regressão linear múltipla aos valores das variáveis em cada concelho e transformando os resultados em índices de valores positivos, atribuindo a base 100 ao valor mais elevado.¹¹

Resultados dos Exames: valores observados e valores estimados

Estamos agora em condições de confrontar os resultados efetivamente obtidos, expressos pela média concelhia das provas realizadas entre 2008 e 2012, e os respectivos valores estimados através dos modelos de regressão. Porém, decidimos adoptar uma distinção entre os resultados obtidos por estabelecimentos públicos e privados, por um lado, e os obtidos só por estabelecimentos públicos, por outro.

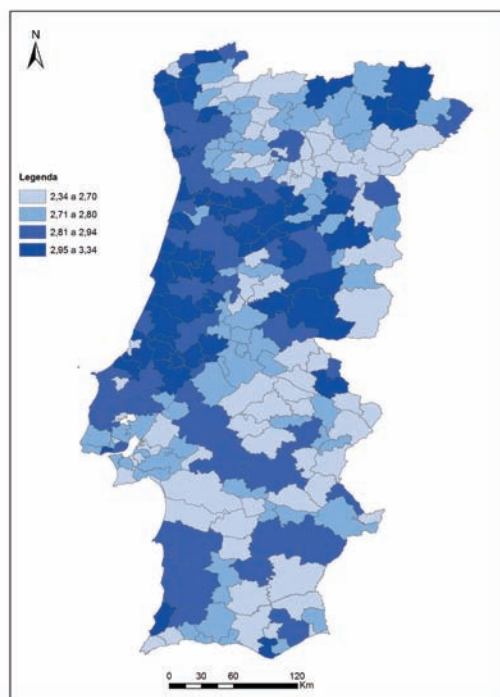
Tal como no capítulo anterior seleccionámos os 50 concelhos com maior e menor diferença entre valores observados e valores estimados, remetendo o leitor para os anexos estatísticos onde toda a informação e os respectivos cartogramas estão disponíveis.

Acrescentámos ainda informação sobre o indicador socioeconómico, expresso na base 100 correspondente ao valor máximo do indicador.

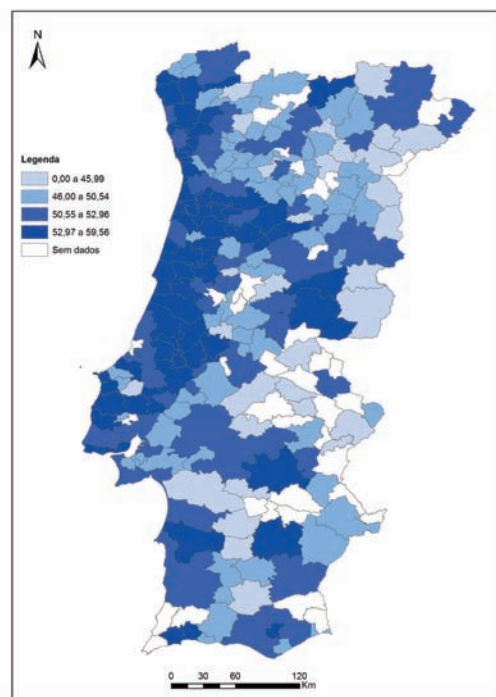
Representámos cartograficamente os valores observados (as médias de classificações) (Mapas 37 e 38), os valores estimados (Mapas 39 e 41), os desvios entre observados e estimados (Mapas 40 e 42) e o indicador socioeconómico (Mapas 43 e 44), referentes apenas às escolas públicas.

¹¹ Importa esclarecer que os modelos de regressão linear simples que usam o indicador socioeconómico como variável independente obtêm os mesmos resultados de ajustamento e de estimativa que os modelos de regressão linear múltipla a partir dos quais construímos o indicador.

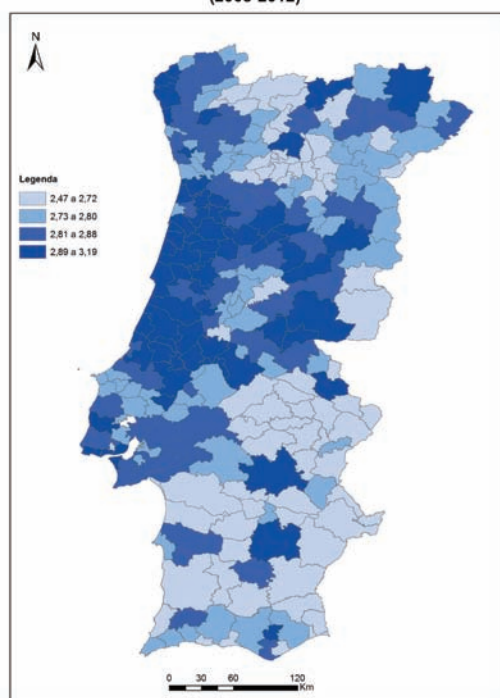
Média de classificações do 9º ano - (2008-2012)



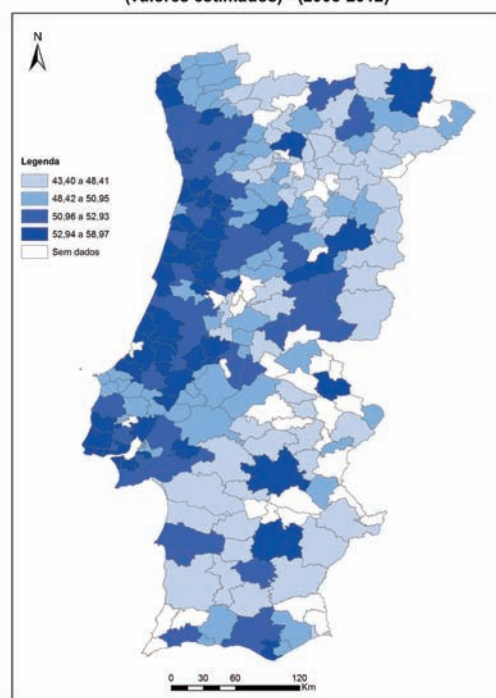
Média de classificações do Ensino Secundário - (2008-2012)



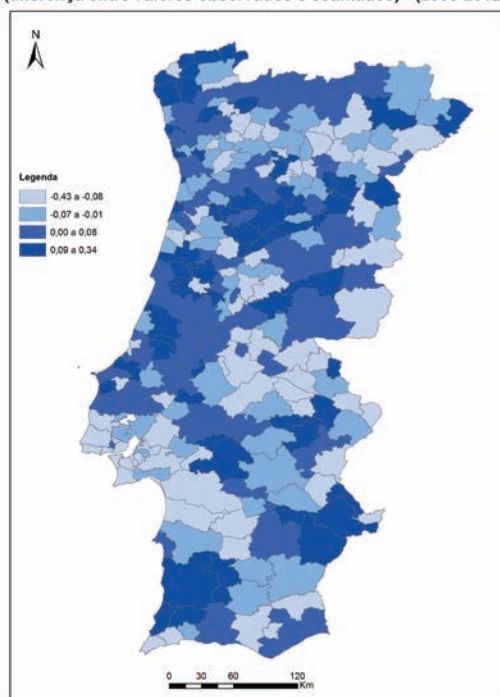
Média de classificações do 9º Ano (valores estimados) (2008-2012)



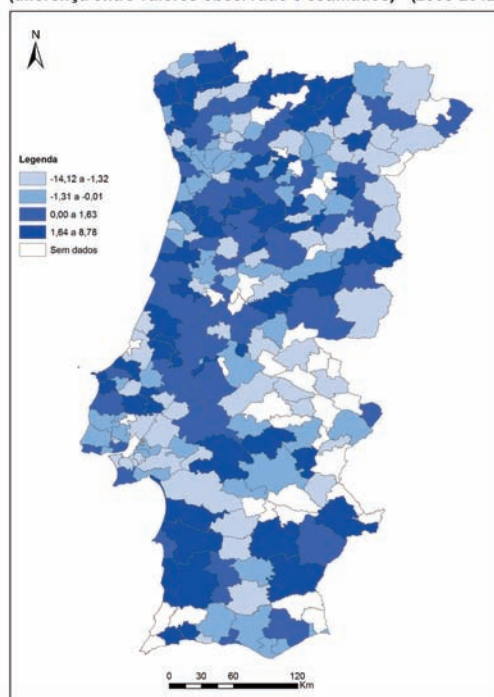
Média de classificações do Ensino Secundário (valores estimados) - (2008-2012)



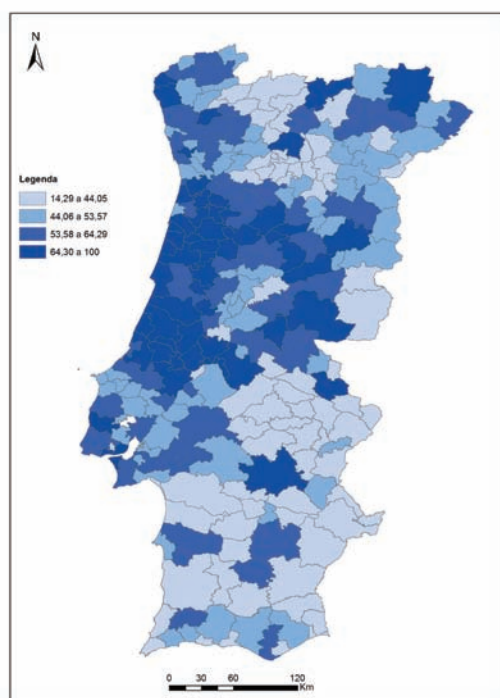
Média de classificações do 9º ano
(diferença entre valores observados e estimados) - (2008-2012)



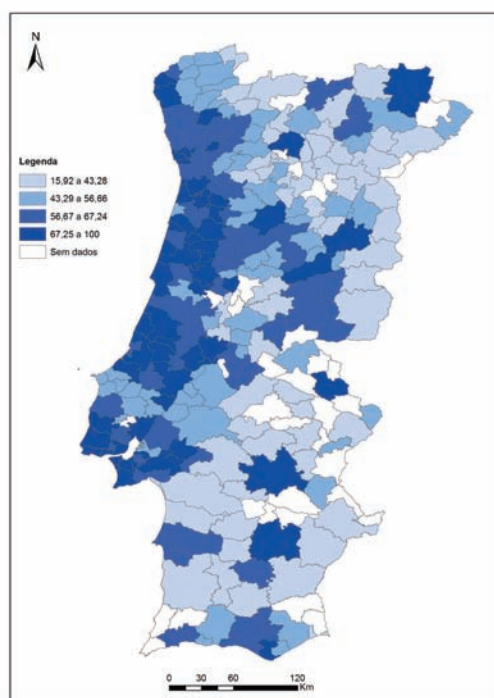
Média de classificações do Ensino Secundário
(diferença entre valores observado e estimados) - (2008-2012)



Indicador socioeconómico do 9º ano - (2008-2012)



Indicador socioeconómico do Ensino Secundário - (2008-2012)



50 Concelhos onde é maior a diferença entre a Média de Exames do 9º Ano e o Valor Estimado

Concelhos do Continente - Ensino público e privado (2008-2012)				
Concelhos	Média Exames 9º ano [1-5]	Valor Estimado Exames 9º ano [1-5]	Indicador Socioeconomico (Base 100 = Máximo)	Diferença entre Média de Exames e Valor Estimado
Mourão	2,86	2,48	17,89	0,38
Arruda dos Vinhos	3,47	3,15	89,47	0,32
Penedono	3,01	2,69	40,00	0,32
Fornos de Algodres	3,06	2,76	48,42	0,30
Serpa	2,92	2,63	34,74	0,29
Estremoz	2,89	2,61	32,63	0,28
Aljezur	2,96	2,70	41,05	0,26
Odemira	2,86	2,63	33,68	0,23
Peso da Régua	2,85	2,62	33,68	0,23
Caldas da Rainha	3,13	2,91	64,21	0,22
Monforte	2,72	2,50	21,05	0,22
Ourique	2,76	2,54	25,26	0,22
Carregal do Sal	3,11	2,90	62,11	0,21
Montemor-o-Velho	3,09	2,90	63,16	0,19
Vila Nova de Paiva	2,95	2,76	47,37	0,19
Ponte de Lima	3,00	2,82	53,68	0,18
São Pedro do Sul	3,02	2,84	56,84	0,18
Oleiros	2,99	2,82	54,74	0,17
Porto	3,10	2,94	67,37	0,16
Póvoa de Varzim	2,99	2,83	55,79	0,16
Trancoso	2,98	2,82	54,74	0,16
Viseu	3,14	2,98	71,58	0,16
Lamego	2,86	2,71	43,16	0,15
Lourinhã	2,93	2,78	50,53	0,15
Moura	2,75	2,60	31,58	0,15
Nelas	3,10	2,95	68,42	0,15
Penela	3,00	2,85	57,89	0,15
Vidigueira	2,71	2,56	27,37	0,15
Golegã	2,86	2,73	44,21	0,13
Marvão	2,84	2,71	42,11	0,13
Murtosa	2,92	2,79	50,53	0,13
Oliveira de Frades	3,10	2,97	69,47	0,13
Paredes de Coura	2,95	2,82	54,74	0,13
Soure	2,96	2,83	55,79	0,13
Tondela	3,07	2,94	67,37	0,13
Viana do Castelo	3,09	2,96	68,42	0,13
Anadia	3,09	2,97	70,53	0,12
Braga	3,08	2,96	69,47	0,12
Meda	2,86	2,74	46,32	0,12
Miranda do Douro	2,94	2,82	54,74	0,12
Montemor-o-Novo	2,84	2,72	44,21	0,12
Sabugal	2,86	2,74	46,32	0,12
Sousel	2,71	2,59	30,53	0,12
Valença	2,91	2,79	51,58	0,12
Elvas	2,65	2,54	25,26	0,11
Espinho	3,05	2,94	67,37	0,11
Macedo de Cavaleiros	3,00	2,89	62,11	0,11
Monchique	2,93	2,82	54,74	0,11
Sátão	2,95	2,84	56,84	0,11
Cascais	3,08	2,98	71,58	0,10

50 Concelhos onde é maior a diferença entre a Média de Exames do 9º Ano e o Valor Estimado

Concelhos do Continente - Ensino público e privado (2008-2012)				
Concelhos	Média Exames Secundário [1-100]	Valor Estimado Exames Secundário [1-100]	Indicador Socioeconómico (Base 100 = Máximo)	Diferença entre Média de Exames e Valor Estimado
Mértola	52,63	43,70	18,04	8,93
Caldas da Rainha	59,69	53,17	67,13	6,52
Redondo	52,30	46,22	31,10	6,08
Batalha	59,07	53,52	68,95	5,55
São Pedro do Sul	55,29	50,11	51,27	5,17
Odemira	51,60	46,60	33,07	5,00
Azambuja	55,59	50,60	53,81	4,99
Fornos de Algodres	52,70	47,93	39,97	4,77
Murtosa	54,07	49,57	48,47	4,49
Ponte da Barca	53,64	49,20	46,55	4,44
Alcanena	56,77	52,72	64,80	4,05
Arraiolos	52,19	48,14	41,06	4,05
Sabugal	51,04	47,05	35,41	3,99
Lourinhã	54,30	50,31	52,31	3,98
Melgaço	51,41	47,42	37,38	3,98
Porto de Mós	57,07	53,10	66,77	3,97
Trofa	55,92	52,02	61,17	3,89
Carregal do Sal	55,29	51,43	58,16	3,86
Santiago do Cacém	55,62	51,89	60,55	3,73
Anadia	56,84	53,24	67,50	3,59
Póvoa de Varzim	55,53	52,05	61,33	3,48
Porto	58,48	55,07	76,98	3,41
Moura	50,24	46,86	34,47	3,38
Ourém	55,82	52,50	63,66	3,31
Oleiros	51,03	47,79	39,24	3,24
Baião	50,02	46,86	34,37	3,16
Lamego	52,17	49,01	45,57	3,16
Golegã	52,62	49,48	48,00	3,14
Ponte de Lima	53,78	50,65	54,07	3,13
Grândola	50,93	47,89	39,76	3,04
Lagos	55,15	52,11	61,64	3,03
Arruda dos Vinhos	60,25	57,26	88,39	2,99
Montalegre	48,39	45,42	26,96	2,97
Fundão	54,23	51,27	57,28	2,96
Espinho	57,28	54,34	73,20	2,94
Valpaços	49,56	46,69	33,54	2,86
Soure	53,04	50,24	51,94	2,80
Montemor-o-Novo	50,78	48,12	40,95	2,66
Viseu	57,05	54,43	73,72	2,62
Peniche	53,38	50,78	54,74	2,60
Meda	49,66	47,07	35,51	2,58
Resende	48,72	46,17	30,84	2,55
Vila Pouca de Aguiar	52,01	49,46	47,90	2,55
Alenquer	53,62	51,08	56,30	2,53
Barcelos	55,00	52,49	63,61	2,50
Beja	55,86	53,42	68,48	2,43
Oliveira de Frades	55,37	52,94	65,94	2,43
Vila Nova de Gaia	55,42	53,11	66,82	2,31
Amarante	52,93	50,63	53,97	2,30
Vila Flor	51,26	48,97	45,36	2,29

50 Concelhos onde é maior a diferença entre a Média de Exames do 9º Ano e o Valor Estimado

Concelhos do Continente - Ensino público (2008-2013)				
Concelhos	Média Exames 9º ano [1-5]	Valor Estimado Exames 9º ano [1-5]	Indicador Socioeconómico (Base 100 = Máximo)	Diferença entre Média de Exames e Valor Estimado
Mourão	2,86	2,52	19,05	0,34
Penedono	3,01	2,69	40,48	0,32
Fornos de Algodres	3,06	2,76	48,81	0,30
Serpa	2,92	2,65	34,52	0,27
Estremoz	2,89	2,62	32,14	0,27
Aljezur	2,96	2,70	41,67	0,26
Caldas da Rainha	3,11	2,89	63,10	0,22
Odemira	2,88	2,66	35,71	0,22
Carregal do Sal	3,11	2,89	64,29	0,22
Peso da Régua	2,84	2,62	30,95	0,22
Montemor-o-Velho	3,09	2,89	64,29	0,20
Ponte de Lima	3,00	2,81	53,57	0,19
Ourique	2,76	2,57	25,00	0,19
Vila Nova de Paiva	2,95	2,76	47,62	0,19
São Pedro do Sul	3,02	2,84	57,14	0,18
Monforte	2,72	2,54	21,43	0,18
Póvoa de Varzim	2,97	2,80	52,38	0,17
Espinho	3,05	2,89	63,10	0,16
Nelas	3,10	2,94	70,24	0,16
Penela	3,00	2,84	58,33	0,16
Murtosa	2,92	2,77	50,00	0,15
Lourinhã	2,93	2,78	50,00	0,15
Oleiros	2,99	2,84	57,14	0,15
Oliveira de Frades	3,10	2,95	71,43	0,15
Trancoso	2,98	2,83	57,14	0,15
Coimbra	3,34	3,19	100,00	0,15
Golegã	2,86	2,72	44,05	0,14
Tondela	3,07	2,93	69,05	0,14
Moura	2,75	2,62	30,95	0,13
Viana do Castelo	3,06	2,93	67,86	0,13
Valença	2,91	2,78	50,00	0,13
Fundão	3,00	2,88	61,90	0,12
Matosinhos	2,96	2,84	57,14	0,12
Cantanhede	3,08	2,96	72,62	0,12
Santa Comba Dão	2,99	2,87	61,90	0,12
Paredes de Coura	2,95	2,83	55,95	0,12
Marvão	2,84	2,72	44,05	0,12
Vidigueira	2,71	2,59	27,38	0,12
Batalha	3,06	2,95	71,43	0,11
Soure	2,94	2,83	57,14	0,11
Meda	2,86	2,75	46,43	0,11
Sátão	2,95	2,84	57,14	0,11
Miranda do Douro	2,94	2,83	55,95	0,11
Sever do Vouga	3,08	2,97	72,62	0,11
Entroncamento	3,16	3,05	83,33	0,11
Viseu	3,05	2,95	70,24	0,10
Montemor-o-Novo	2,84	2,74	45,24	0,10
Mangualde	3,01	2,91	65,48	0,10
Monção	2,96	2,86	59,52	0,10
Macedo de Cavaleiros	2,99	2,89	63,10	0,10

50 Concelhos onde é maior a diferença entre a Média de Exames do Secundário e o Valor Estimado

Concelhos do Continente - Ensino público (2008-2013)				
Concelhos	Média Exames Secundário [1-100]	Valor Estimado Exames Secundário [1-100]	Indicador Socioeconomico (Base 100 = Máximo)	Diferença entre Média de Exames e Valor Estimado
Caldas da Rainha	59,56	52,98	67,67	6,57
Redondo	52,30	46,16	30,81	6,14
Odemira	52,58	46,85	34,59	5,73
Batalha	59,07	53,46	70,21	5,61
São Pedro do Sul	55,29	50,14	52,29	5,14
Azambuja	55,59	50,54	54,45	5,05
Fornos de Algodres	52,70	47,77	39,50	4,93
Murtosa	54,07	49,39	48,30	4,67
Ponte da Barca	53,64	49,20	47,22	4,44
Fundão	55,45	51,26	58,39	4,18
Alcanena	56,77	52,66	65,89	4,12
Lourinhã	54,30	50,21	52,67	4,09
Porto de Mós	57,14	53,05	68,00	4,09
Melgaço	51,41	47,42	37,67	3,98
Trofa	55,74	51,75	60,98	3,98
Póvoa de Varzim	55,58	51,65	60,44	3,93
Sabugal	51,04	47,14	36,10	3,90
Carregal do Sal	55,29	51,40	59,09	3,89
Arraiolos	52,19	48,32	42,47	3,87
Santiago do Cacém	55,62	51,94	62,01	3,68
Soure	53,75	50,24	52,89	3,51
Espinho	57,28	53,82	72,15	3,46
Moura	50,24	46,79	34,21	3,45
Golegã	52,62	49,35	48,03	3,27
Ponte de Lima	53,78	50,58	54,67	3,20
Baião	50,02	46,84	34,48	3,18
Oleiros	51,03	47,87	40,04	3,16
Lagos	55,15	52,02	62,44	3,13
Lamego	51,77	48,75	44,79	3,02
Viseu	57,05	54,04	73,34	3,01
Grândola	50,93	47,96	40,58	2,96
Matosinhos	56,11	53,16	68,59	2,94
Valpaços	49,56	46,64	33,41	2,92
Montalegre	48,39	45,47	27,15	2,91
Peniche	53,38	50,58	54,67	2,80
Meda	49,66	46,96	35,13	2,70
Alenquer	53,62	50,94	56,66	2,67
Montemor-o-Novo	50,78	48,15	41,55	2,63
Vila Pouca de Aguiar	52,01	49,38	48,19	2,63
Beja	55,86	53,24	69,08	2,61
Oliveira de Frades	55,37	52,87	67,03	2,50
Barcelos	54,79	52,37	64,38	2,41
Vila Flor	51,26	48,94	45,82	2,32
Portimão	54,86	52,71	66,16	2,15
Porto	55,69	53,56	70,75	2,13
Peso da Régua	49,17	47,15	36,16	2,02
Albergaria-a-Velha	54,79	52,85	66,92	1,93
Sátão	51,89	49,98	51,43	1,91
Vila Nova da Barquinha	54,92	53,07	68,11	1,85
Monção	2,96	2,86	59,52	0,10

50 Concelhos onde é menor a diferença entre a Média de Exames do 9º Ano e o Valor Estimado

Concelhos do Continente - Ensino público e privado (2008-2013)				
Concelhos	Média Exames 9º ano [1-5]	Valor Estimado Exames 9º ano [1-5]	Indicador Socioeconomico (Base 100 = Máximo)	Diferença entre Média de Exames e Valor Estimado
Alter do Chão	2,00	2,58	28,42	-0,58
Idanha-a-Nova	2,00	2,58	29,47	-0,58
Mértola	2,00	2,55	26,32	-0,55
Carraceda de Ansiães	2,39	2,75	47,37	-0,36
Vila Nova de Cerveira	2,59	2,91	64,21	-0,32
Constância	2,76	3,01	74,74	-0,25
São Brás de Alportel	2,66	2,91	64,21	-0,25
Nazaré	2,62	2,86	57,89	-0,24
Moita	2,57	2,79	51,58	-0,22
Alandroal	2,34	2,54	24,21	-0,20
Arronches	2,39	2,59	30,53	-0,20
Barreiro	2,73	2,93	65,26	-0,20
Oeiras	2,95	3,15	89,47	-0,20
Alcochete	2,60	2,79	51,58	-0,19
Ferreira do Alentejo	2,42	2,61	31,58	-0,19
Odivelas	2,76	2,94	67,37	-0,18
Santa Marta de Penaguião	2,39	2,57	27,37	-0,18
Sesimbra	2,70	2,88	61,05	-0,18
Grândola	2,54	2,71	43,16	-0,17
Fafe	2,74	2,90	63,16	-0,16
Mirandela	2,71	2,87	60,00	-0,16
Alcácer do Sal	2,52	2,67	38,95	-0,15
Benavente	2,68	2,83	54,74	-0,15
Felgueiras	2,76	2,91	63,16	-0,15
Seixal	2,76	2,91	64,21	-0,15
Tábua	2,70	2,85	56,84	-0,15
Tabuaço	2,48	2,63	33,68	-0,15
Abrantes	2,80	2,94	67,37	-0,14
Barrancos	2,50	2,64	34,74	-0,14
Paços de Ferreira	2,77	2,91	63,16	-0,14
Vila do Bispo	2,58	2,72	44,21	-0,14
Almada	2,85	2,98	71,58	-0,13
Cartaxo	2,78	2,91	64,21	-0,13
Bombarral	2,68	2,80	52,63	-0,12
Góis	2,66	2,78	49,47	-0,12
Mogadouro	2,63	2,75	46,32	-0,12
Murça	2,63	2,75	46,32	-0,12
Pinhel	2,70	2,82	54,74	-0,12
Reguengos de Monsaraz	2,64	2,76	48,42	-0,12
Condeixa-a-Nova	2,94	3,05	78,95	-0,11
Mortágua	2,82	2,93	66,32	-0,11
Nisa	2,70	2,81	53,68	-0,11
Ponte de Sor	2,59	2,70	42,11	-0,11
Tarouca	2,58	2,69	40,00	-0,11
Vila de Rei	2,71	2,82	53,68	-0,11
Alcoutim	2,59	2,69	40,00	-0,10
Armamar	2,59	2,69	40,00	-0,10
Crato	2,57	2,67	37,89	-0,10
Lagos	2,69	2,79	51,58	-0,10
Penafiel	2,71	2,81	52,63	-0,10

50 Concelhos onde é menor a diferença entre a Média de Exames do Secundário e o Valor Estimado

Concelhos do Continente - Ensino público e privado (2008-2013)				
Concelhos	Média Exames Secundário [1-100]	Valor Estimado Exames Secundário [1-100]	Indicador Socioeconómico (Base 100 = Máximo)	Diferença entre Média de Exames e Valor Estimado
Pampilhosa da Serra	31,27	45,23	25,97	-13,96
Vila Nova de Poiares	42,66	50,65	54,07	-8,00
Nisa	41,43	49,29	47,02	-7,87
Mogadouro	40,66	47,84	39,50	-7,18
Alter do Chão	38,91	45,45	27,16	-6,54
Fafe	45,94	52,41	63,19	-6,47
Penalva do Castelo	42,14	48,45	42,66	-6,31
Figueira de Castelo Rodrigo	41,93	47,52	37,84	-5,59
Moita	46,13	51,56	58,79	-5,43
Seixal	49,22	54,27	72,89	-5,05
Fronteira	40,56	45,55	27,63	-5,00
Almeida	42,87	47,72	38,88	-4,85
Guarda	52,62	57,09	87,51	-4,47
Tábua	46,48	50,92	55,47	-4,44
Vila Nova de Cerveira	47,88	52,28	62,52	-4,40
Almodôvar	42,14	46,48	32,45	-4,34
Cabeceiras de Basto	44,32	48,63	43,60	-4,31
Vila Viçosa	45,12	49,22	46,66	-4,10
Ferreira do Alentejo	42,55	46,59	33,02	-4,04
Condeixa-a-Nova	51,15	55,11	77,24	-3,96
Cadaval	45,59	49,47	47,95	-3,88
Alfândega da Fé	43,08	46,69	33,54	-3,61
Portalegre	50,89	54,43	73,67	-3,54
Bragança	50,59	54,09	71,95	-3,50
Barreiro	50,39	53,87	70,76	-3,49
Benavente	48,68	52,13	61,74	-3,45
Murça	44,95	47,96	40,18	-3,02
Ponte de Sor	45,51	48,50	42,92	-2,99
Almada	52,53	55,49	79,16	-2,96
Vila Real	52,51	55,45	79,00	-2,95
Vagos	49,90	52,76	65,01	-2,86
Marinha Grande	51,63	54,44	73,72	-2,81
Felgueiras	50,10	52,85	65,47	-2,75
Paredes de Coura	47,21	49,95	50,44	-2,75
Gouveia	47,56	50,30	52,26	-2,74
Vendas Novas	48,20	50,93	55,57	-2,73
Vila Franca de Xira	51,24	53,85	70,66	-2,61
Odivelas	52,14	54,68	74,96	-2,54
Terras de Bouro	44,34	46,83	34,21	-2,49
Castelo de Paiva	48,62	51,08	56,30	-2,46
Carrizada de Ansiães	44,45	46,89	34,58	-2,44
Reguengos de Monsaraz	47,22	49,57	48,47	-2,35
Torre de Moncorvo	45,40	47,67	38,62	-2,27
Lousada	49,44	51,67	59,36	-2,23
Proença-a-Nova	49,05	51,23	57,08	-2,18
Ferreira do Zêzere	44,77	46,85	34,37	-2,08
Mação	46,35	48,26	41,68	-1,91
Cartaxo	51,32	53,21	67,34	-1,89
Mirandela	49,25	51,12	56,56	-1,88
São João da Madeira	54,84	56,68	85,33	-1,85

50 Concelhos onde é menor a diferença entre a Média de Exames do 9º Ano e o Valor Estimado

Concelhos do Continente - Ensino público e privado (2008-2013)				
Concelhos	Média Exames 9º ano [1-5]	Valor Estimado Exames 9º ano [1-5]	Indicador Socioeconómico (Base 100 = Máximo)	Diferença entre Média de Exames e Valor Estimado
Alter do Chão	2,00	2,58	28,42	-0,58
Idanha-a-Nova	2,00	2,58	29,47	-0,58
Mértola	2,00	2,55	26,32	-0,55
Carraceda de Ansiães	2,39	2,75	47,37	-0,36
Vila Nova de Cerveira	2,59	2,91	64,21	-0,32
Constância	2,76	3,01	74,74	-0,25
São Brás de Alportel	2,66	2,91	64,21	-0,25
Nazaré	2,62	2,86	57,89	-0,24
Moita	2,57	2,79	51,58	-0,22
Alandroal	2,34	2,54	24,21	-0,20
Arronches	2,39	2,59	30,53	-0,20
Barreiro	2,73	2,93	65,26	-0,20
Oeiras	2,95	3,15	89,47	-0,20
Alcochete	2,60	2,79	51,58	-0,19
Ferreira do Alentejo	2,42	2,61	31,58	-0,19
Odivelas	2,76	2,94	67,37	-0,18
Santa Marta de Penaguião	2,39	2,57	27,37	-0,18
Sesimbra	2,70	2,88	61,05	-0,18
Grândola	2,54	2,71	43,16	-0,17
Fafe	2,74	2,90	63,16	-0,16
Mirandela	2,71	2,87	60,00	-0,16
Alcácer do Sal	2,52	2,67	38,95	-0,15
Benavente	2,68	2,83	54,74	-0,15
Felgueiras	2,76	2,91	63,16	-0,15
Seixal	2,76	2,91	64,21	-0,15
Tábua	2,70	2,85	56,84	-0,15
Tabuaço	2,48	2,63	33,68	-0,15
Abrantes	2,80	2,94	67,37	-0,14
Barrancos	2,50	2,64	34,74	-0,14
Paços de Ferreira	2,77	2,91	63,16	-0,14
Vila do Bispo	2,58	2,72	44,21	-0,14
Almada	2,85	2,98	71,58	-0,13
Cartaxo	2,78	2,91	64,21	-0,13
Bombarral	2,68	2,80	52,63	-0,12
Góis	2,66	2,78	49,47	-0,12
Mogadouro	2,63	2,75	46,32	-0,12
Murça	2,63	2,75	46,32	-0,12
Pinhel	2,70	2,82	54,74	-0,12
Reguengos de Monsaraz	2,64	2,76	48,42	-0,12
Condeixa-a-Nova	2,94	3,05	78,95	-0,11
Mortágua	2,82	2,93	66,32	-0,11
Nisa	2,70	2,81	53,68	-0,11
Ponte de Sor	2,59	2,70	42,11	-0,11
Tarouca	2,58	2,69	40,00	-0,11
Vila de Rei	2,71	2,82	53,68	-0,11
Alcoutim	2,59	2,69	40,00	-0,10
Armamar	2,59	2,69	40,00	-0,10
Crato	2,57	2,67	37,89	-0,10
Lagos	2,69	2,79	51,58	-0,10
Penafiel	2,71	2,81	52,63	-0,10

50 Concelhos onde é menor a diferença entre a Média de Exames do Secundário e o Valor Estimado

Concelhos do Continente - Ensino público e privado (2008-2013)				
Concelhos	Média Exames Secundário [1-100]	Valor Estimado Exames Secundário [1-100]	Indicador Socioeconomico (Base 100 = Máximo)	Diferença entre Média de Exames e Valor Estimado
Pampilhosa da Serra	31,27	45,23	25,97	-13,96
Vila Nova de Poiares	42,66	50,65	54,07	-8,00
Nisa	41,43	49,29	47,02	-7,87
Mogadouro	40,66	47,84	39,50	-7,18
Alter do Chão	38,91	45,45	27,16	-6,54
Fafe	45,94	52,41	63,19	-6,47
Penalva do Castelo	42,14	48,45	42,66	-6,31
Figueira de Castelo Rodrigo	41,93	47,52	37,84	-5,59
Moita	46,13	51,56	58,79	-5,43
Seixal	49,22	54,27	72,89	-5,05
Fronteira	40,56	45,55	27,63	-5,00
Almeida	42,87	47,72	38,88	-4,85
Guarda	52,62	57,09	87,51	-4,47
Tábua	46,48	50,92	55,47	-4,44
Vila Nova de Cerveira	47,88	52,28	62,52	-4,40
Almodôvar	42,14	46,48	32,45	-4,34
Cabeceiras de Basto	44,32	48,63	43,60	-4,31
Vila Viçosa	45,12	49,22	46,66	-4,10
Ferreira do Alentejo	42,55	46,59	33,02	-4,04
Condeixa-a-Nova	51,15	55,11	77,24	-3,96
Cadaval	45,59	49,47	47,95	-3,88
Alfândega da Fé	43,08	46,69	33,54	-3,61
Portalegre	50,89	54,43	73,67	-3,54
Bragança	50,59	54,09	71,95	-3,50
Barreiro	50,39	53,87	70,76	-3,49
Benavente	48,68	52,13	61,74	-3,45
Murça	44,95	47,96	40,18	-3,02
Ponte de Sor	45,51	48,50	42,92	-2,99
Almada	52,53	55,49	79,16	-2,96
Vila Real	52,51	55,45	79,00	-2,95
Vagos	49,90	52,76	65,01	-2,86
Marinha Grande	51,63	54,44	73,72	-2,81
Felgueiras	50,10	52,85	65,47	-2,75
Paredes de Coura	47,21	49,95	50,44	-2,75
Gouveia	47,56	50,30	52,26	-2,74
Vendas Novas	48,20	50,93	55,57	-2,73
Vila Franca de Xira	51,24	53,85	70,66	-2,61
Odivelas	52,14	54,68	74,96	-2,54
Terras de Bouro	44,34	46,83	34,21	-2,49
Castelo de Paiva	48,62	51,08	56,30	-2,46
Carrazeda de Ansiães	44,45	46,89	34,58	-2,44
Reguengos de Monsaraz	47,22	49,57	48,47	-2,35
Torre de Moncorvo	45,40	47,67	38,62	-2,27
Lousada	49,44	51,67	59,36	-2,23
Proença-a-Nova	49,05	51,23	57,08	-2,18
Ferreira do Zêzere	44,77	46,85	34,37	-2,08
Mação	46,35	48,26	41,68	-1,91
Cartaxo	51,32	53,21	67,34	-1,89
Mirandela	49,25	51,12	56,56	-1,88
São João da Madeira	54,84	56,68	85,33	-1,85

SÍNTESE

CAPÍTULO 4



O presente estudo não tinha como fim concluir a vasta tarefa de identificar e cartografar a diversidade de indicadores que evidenciam os processos educativos. Esta é uma base de trabalho para que outros estudos possam aprofundar e desenvolver as linhas caracterizadoras dos níveis de escolarização, do sucesso e insucesso escolares expressos pelos indicadores de atraso e de abandono, da ponderação dos resultados escolares em função dos contextos socioeconómicos que os condicionam.

Mesmo assim, os resultados a que chegámos permitem desde já identificar problemas e espaços de intervenção potencial, hierarquizar prioridades e compreender a forma como em contextos diversos os mesmos resultados podem ser produto de combinatórias de factores diferenciados.

Por outro lado, é necessário situar estes resultados na escala de análise adoptada. Privilegiámos os concelhos, nível que poderemos identificar com uma escala *meso* de análise. Acima desta escala, a realidade *macro* pode sugerir quadros interpretativos um pouco diferentes. Mas se descermos à escala *micro*, das relações e das decisões individuais, então as diferenças poderão ainda ser maiores. Não cremos que existam interpretações muito contraditórias, mas a compreensão dos fenómenos educativos poderá ora limitar, ora potenciar, as linhas gerais que se poderão extrair deste estudo.

Pelo meio, a realidade escola ou agrupamento de escolas, ainda é, por enquanto, uma escala que não conseguimos abordar por falta de uma base de dados suficientemente fidedigna e que cubra todo o território nacional. Fazemos votos que nos próximos anos o esforço de recolha e sistematização da informação sobre os alunos, os pais, as escolas e os resultados escolares, possa permitir uma análise mais rica e mais rigorosa da realidade educativa do país.

A realidade do país é mais complexa e mais diversificada do que poderíamos julgar. Em muitas das variáveis analisadas identificam-se *continuums* territoriais que permitem regionalizar esses fenómenos, mas na maior parte das dimensões sectoriais analisadas encontramos particularidades educativas de sinal oposto coexistindo no mesmo espaço regional.

Se é comum dizer-se que as disparidades territoriais em Portugal são muito acentuadas, no particular caso da educação elas poderão ser um pouco mais atenuadas, mas o traço vincado das desigualdades está lá.

Os sistemas nacionais de ensino se em muitos países são um factor de coesão territorial, no caso português não o é na mesma medida. O contraste entre espaços de “desertificação” demográfica e económica e os de concentração populacional e de desenvolvimento urbano, é ainda muito acentuado.

A análise das dinâmicas de escolarização revela ainda a evolução extremamente positiva de muitos indicadores de desenvolvimento educativo durante as últimas duas décadas. Mas há que reconhecer que essas dinâmicas não se generalizaram a todo o território com a mesma intensidade. Em muitas zonas do país, bolsas de exclusão e de iliteracia continuam a condicionar o sucesso das gerações mais recentes. Estamos, assim, perante um processo de escolarização desigual que se projeta no território, não obstante os avanços sustentados de alguns dos seus indicadores.

O problema derradeiro que se coloca ao investigador, reconhecendo essa diversidade de contextos locais e regionais, é o saber se é possível tipificar as diferentes combinatórias de factores sociais. Repare-se que no contexto da escolarização desigual identificámos três pilares: o atraso educativo, enquanto variável de aproximação à retenção escolar, o abandono e os resultados escolares expressos pelas classificações dos exames do 9º ano de escolaridade e do ensino secundário. Impõe-se agora sistematizar os resultados de cada um desses pilares e combiná-los de forma a identificar conjuntos de concelhos com características afins.

Neste último exercício recorreremos à análise de *clusters* como método mais adequado à constituição de grupos de concelhos com características afins. Este método estatístico permite agrupar concelhos (observações) em função dos valores observados nas diferentes variáveis, de forma a potenciar as semelhanças entre os elementos de um conjunto e a maximizar as diferenças face aos outros conjuntos. Trata-se de uma técnica exploratória de análise multivariada de dados que permite identificar os perfis de cada um dos conjuntos (*clusters*) em função da sua associação às diferentes variáveis utilizadas.

Reunimos nove variáveis já identificadas nos capítulos anteriores, mas, neste caso particular, considerando apenas os concelhos do Continente de Portugal, por não dispormos de informação equivalente e comparável para as regiões autónomas:

1. Quatro variáveis de “atraso” correspondentes aos quatro ciclos de ensino considerados;
2. Três variáveis de “abandono” correspondentes aos diferenciais entre valores observados (VO) e valores estimados (VE) para os três grupos etários 10-15 anos, 15-17 anos e 18-24 anos;
3. Duas variáveis das “classificações” correspondentes aos desvios entre valores observados e estimados das médias dos exames (escolas públicas e privadas) por concelho, do 9º ano de escolaridade e do ensino secundário.

Com estas nove variáveis elaborámos uma matriz de correlações para avaliar o grau de correlação entre elas (Tabela 58). A leitura dessa matriz permite desde já identificar elevadas correlações entre variáveis de cada um dos grupos, mas baixas correlações entre variáveis de diferentes grupos. Este resultado sugere que os indicadores de atraso, os de risco de abandono e os resultados ponderados pelo indicador socioeconómico, expressam lógicas diferentes e parcialmente autónomas (mas não independentes!) de cada um daqueles fenómenos, à escala das diferentes realidades concelhias.

Este resultado concede-nos algum conforto nesse processo de busca de combinatórias múltiplas entre atraso, abandono e resultados escolares, e da sua tipificação no território.

O passo seguinte traduziu-se em agrupar os concelhos segundo um conjunto de variáveis em função da sua associação “teórica”. Assim, não teria sentido classificar os concelhos consoante os resultados dos exames do 9º ano e a taxa de atraso no secundário, mas já teria sentido incluir esses resultados com as outras taxas de atraso, bem como com o diferencial de abandono observado e estimado para o grupo etário dos 10-15 anos.

Realizámos dois exercícios distintos: um considerando o diferencial entre as médias das classificações de exame do 9º ano, observadas e estimadas; outro, com as correspondentes ao ensino secundário. Quer num caso quer noutro pretendemos encontrar perfis de concelhos segundo os resultados obtidos nos exames com a maior ou menor seletividade dos trajetos que precederam as avaliações, ou seja, questionar o melhor ou pior desempenho médio dos alunos de um determinado concelho com o efeito de exclusão que a retenção (expressa pelo indicador do atraso) ou o abandono proporcionaram. Assim, poderemos agrupar concelhos em que os resultados escolares estão associados ou não às práticas de seletividade ou de integração escolar.

Ensaio de agrupamento de concelhos, considerando o nível do 9º ano

No primeiro ensaio recorremos a cinco variáveis cujas medidas descritivas estão alinhadas na seguinte tabela:

Tabela 59 – Medidas descritivas das variáveis de *input*

	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	N
Classificações 9º ano (VO-VE) 2008-2012	,00	,1	-,6	,4	278
Taxa atraso 1º ciclo 2011	13	2,6	6,5	23,5	278
Taxa atraso 2º ciclo 2011	30	5,7	16,4	63,0	278
Taxa atraso 3º ciclo 2011	30	4,3	18,6	45,2	278
Taxa abandono 10-15 (VO-VE) 2011	0	,7	-2,1	3,0	278

Todas as variáveis contribuem para a diferenciação dos cinco *clusters* de concelhos retidos¹. A que mais diferencia é a taxa de atraso no 3º ciclo, com um valor de teste F substancialmente acima das restantes variáveis ($F=85,60$), seguida da taxa de atraso do 2º ciclo ($F=76,63$) e da diferença entre a taxa de abandono entre o valor observado e estimado do grupo de idades 10-15 anos ($F=73,76$). A que menos diferencia é a diferença das classificações observadas e estimadas do 9º ano ($F=33,23$).

A Tabela 60 apresenta os resultados (média e desvio-padrão das variáveis selecionadas segundo os *clusters* apurados) deste primeiro ensaio de agrupamento dos concelhos:

Tabela 60 – Perfis dos clusters segundo as variáveis de *input* ¹

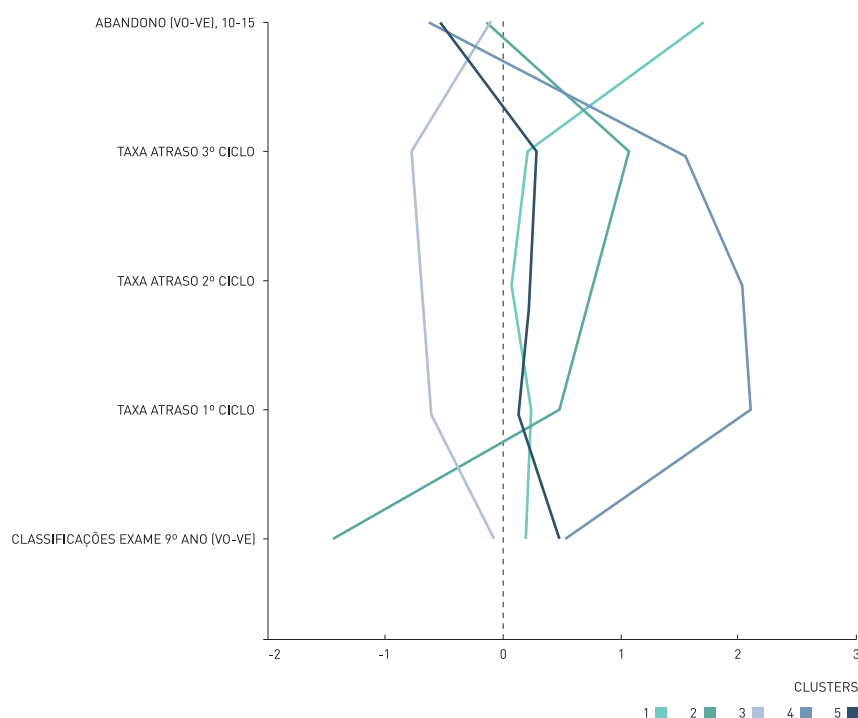
	Classificações 9º ano (VO-VE) 2008-2012		Taxa atraso 1º ciclo 2011		Taxa atraso 2º ciclo 2011		Taxa atraso 3º ciclo 2011		Taxa abandono 10-15 (VO-VE) 2011	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
Cluster 1 (38)	,03 (0,2)	,09 (0,7)	14 (0,2)	2 (0,9)	31 (0,1)	5 (0,1)	31 (0,2)	4 (0,9)	1 (1,7)	1 (0,8)
Cluster 2 (31)	-,18 (-1,4)	,15 (1,1)	15 (0,5)	2 (0,9)	35 (0,8)	4 (0,8)	34 (1,1)	3 (0,6)	0 (-0,1)	1 (0,8)
Cluster 3 (113)	-,01 (-0,1)	,10 (0,8)	12 (-0,6)	2 (0,6)	26 (-0,7)	3 (0,5)	26 (-0,8)	3 (0,6)	0 (-0,1)	0 (0,6)
Cluster 4 (16)	,07 (0,5)	,14 (1,1)	19 (2,1)	3 (1,0)	42 (2,0)	7 (1,2)	36 (1,5)	5 (1,2)	-1 (-0,7)	1 (0,9)
Cluster 5 (80)	,06 (0,5)	,10 (0,7)	14 (0,1)	2 (0,7)	32 (0,3)	4 (0,6)	31 (0,3)	2 (0,5)	0 (-0,5)	0 (0,7)

¹ Valores estandardizados em parêntesis

¹ No sentido de decidir quantos grupos de concelhos deviam ser definidos, foi utilizado o método hierárquico aglomerativo Ward com a distância euclidiana quadrada como medida de dissimilaridade. Tendo-se decidido na análise exploratória pela definição de 5 grupos, a classificação dos concelhos foi refinada com recurso ao método não-hierárquico K-means. Para a realização desta análise foi necessário estandardizar todas as variáveis em escalas iguais (scores Z).

A representação destes valores sob a forma de gráfico permite uma leitura mais precisa dos perfis identificados:

Gráfico 10 – Médias das variáveis de *input* (estandardizadas) segundo os *clusters*



Identificados os *clusters* tentaremos ensaiar a sua caracterização.

CLUSTER 1

Integra um total de 38 concelhos do Continente cujas classificações de exame no 9º ano são próximas do estimado segundo o indicador socioeconómico (média de 0,03), as taxas de atraso sempre próximas da média no Ensino Básico, mas com uma taxa de abandono escolar no grupo de idades entre os 10 a 15 anos superior ao esperado (média: 1), o que constitui o elemento distintivo deste agrupamento.

Os concelhos que integram este *cluster* são:

Aljustrel	Faro	Oliveira de Frades
Almeirim	Ferreira do Alentejo	Ourém
Alpiarça	Figueira de Castelo Rodrigo	Pampilhosa da Serra
Alvito	Freixo Espada à Cinta	Paredes de Coura
Ansião	Gavião	Penamacor
Beja	Góis	Pinhel
Belmonte	Lagoa (Algarve)	Portimão
Campo Maior	Lourinhã	Sabugal
Castro Verde	Mogadouro	Sardoal
Chamusca	Monchique	Valença
Cinfães	Montijo	Vila Flor
Crato	Nelas	Vila Real de Santo António
Espinho	Oleiros	

Não se pode identificar um *continuum* territorial, ainda que alguns concelhos se associem com alguns dos concelhos adjacentes, como é o caso do Distrito de Beja, da margem esquerda da Lezíria do Tejo, do Pinhal Interior ou da faixa raiana que se estende desde Penamacor até Mogadouro. Claramente, o elemento identificador deste agrupamento é o **abandono escolar** associado com algumas zonas ou grupos em **situação de exclusão social e escolar**.

CLUSTER 2

Este agrupamento, com 31 concelhos, distingue-se por ter classificações de exame bastante abaixo do estimado (média: -0,18) e taxas de atraso sempre superiores às respetivas médias, embora a taxa de abandono entre 10 a 15 anos esteja

próxima do estimado. É claramente o conjunto que apresenta maior ineficiência escolar com retenções acima da média e resultados muito abaixo do esperado, expressando o **insucesso escolar** naquelas duas dimensões.

Os concelhos que integram este *cluster* são:

Alandroal	Grândola	Nazaré
Alcácer do Sal	Idanha-a-Nova	Odivelas
Alijó	Lagos	Ponte da Barca
Almada	Loulé	Santa Marta de Penaguião
Alter do Chão	Loures	São Brás de Alportel
Barreiro	Mação	Seixal
Benavente	Mértola	Setúbal
Bombarral	Mesão Frio	Tábua
Carraceda de Ansiães	Moita	Tabuaço
Cartaxo	Murça	Torre de Moncorvo
Celorico de Basto		

CLUSTER 3

Este agrupamento integra 113 concelhos em que se verifica um equilíbrio entre os valores observados e estimados das taxas de abandono escolar (10-15 anos) e dos resultados das classificações de exame do 9º ano, mas com taxas de atraso claramente abaixo da média nacional. Estas características apontam para um traço distintivo: **baixa retenção**.

Os concelhos que integram este *cluster* são:

Abrantes	Lamego	Santiago do Cacém
Aguiar da Beira	Leiria	Santo Tirso
Albergaria-a-Velha	Lousã	São João da Madeira
Alcobaça	Lousada	São Pedro do Sul
Alcochete	Mafra	Sátão
Alcoutim	Maia	Seia
Alfândega da Fé	Mangualde	Sernancelhe
Almodôvar	Marco de Canaveses	Sertã
Alvaiázere	Marinha Grande	Sesimbra
Amarante	Matosinhos	Sever do Vouga
Amares	Mealhada	Soure
Arcos de Valdevez	Miranda do Corvo	Tarouca
Armamar	Miranda do Douro	Torres Novas
Arronches	Mirandela	Trancoso
Aveiro	Moimenta da Beira	Trofa
Barcelos	Mondim de Basto	Vagos
Batalha	Montemor-o-Velho	Vale de Cambra
Braga	Mortágua	Valongo
Bragança	Nisa	Valpaços
Cabeceiras de Basto	Oeiras	Vendas Novas
Caminha	Oliveira de Azeméis	Viana do Castelo
Cantanhede	Oliveira do Bairro	Vila de Rei
Cascais	Ovar	Vila do Bispo
Castelo Branco	Paços de Ferreira	Vila do Conde
Castro Daire	Paredes	Vila Franca de Xira
Coimbra	Penafiel	Vila Nova da Barquinha
Condeixa-a-Nova	Penalva do Castelo	Vila Nova de Cerveira
Constância	Penela	Vila Nova de Famalicão
Covilhã	Pombal	Vila Nova de Gaia
Entroncamento	Ponte de Lima	Vila Nova de Poiares
Esposende	Ponte de Sor	Vila Pouca de Aguiar
Fafe	Porto de Mós	Vila Real
Felgueiras	Póvoa de Lanhoso	Vila Velha de Ródão
Figueira da Foz	Póvoa de Varzim	Vila Verde
Figueiró dos Vinhos	Proença-a-Nova	Viseu
Gondomar	Rio Maior	Vizela
Guarda	Salvaterra de Magos	Vouzela
Guimarães	Santa Maria da Feira	

Trata-se do conjunto de concelhos mais numeroso com preponderância dos que se situam a norte do Tejo e no litoral.

CLUSTER 4

Agrupar apenas 16 concelhos que combinam resultados observados acima do esperado, abandono abaixo do esperado e as mais elevadas taxas de retenção nos três ciclos do ensino básico. Este é um dos casos em que o **sucesso dos resultados** e o reduzido abandono são confrontados com enorme **seletividade escolar através da retenção**.

Constituem este agrupamento:

Aljezur	Monforte	Reguengos de Monsaraz
Amadora	Moura	São João da Pesqueira
Avis	Mourão	Silves
Barrancos	Murtosa	Vidigueira
Boticas	Olhão	Vinhais

Fronteira

CLUSTER 5

Este agrupamento integra 80 concelhos que conseguem conciliar resultados de exame do 9º ano acima do estimado, taxas de retenção próximas da média nacional e abandono inferior ao esperado. De certa forma este é o *cluster* que agrupa os concelhos em que há **sucesso escolar** (melhores resultados e reduzido abandono) com uma seletividade próxima da média nacional.

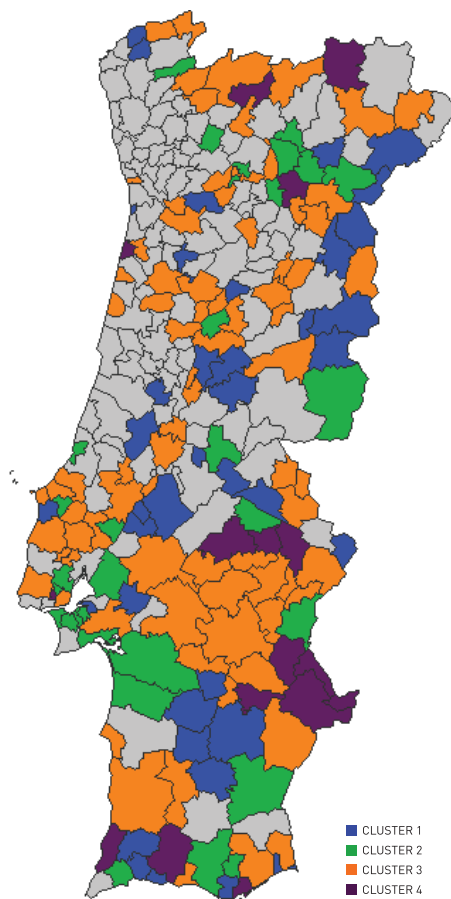
Os concelhos seguintes constituem este agrupamento:

Águeda	Évora	Peso da Régua
Albufeira	Ferreira do Zêzere	Portalegre
Alcanena	Fornos de Algodres	Portel
Alenquer	Fundão	Porto
Almeida	Golegã	Redondo
Anadia	Gouveia	Resende
Arganil	Ílhavo	Ribeira de Pena
Arouca	Lisboa	Sabrosa
Arraiolos	Macedo de Cavaleiros	Santa Comba Dão
Arruda dos Vinhos	Manteigas	Santarém
Azambuja	Marvão	Serpa
Baião	Meda	Sines
Borba	Melgaço	Sintra
Cadaval	Mira	Sobral de Monte Agraço
Caldas da Rainha	Monção	Sousel
Carregal do Sal	Montalegre	Tavira
Castanheira de Pêra	Montemor-o-Novo	Terras de Bouro
Castelo de Paiva	Mora	Tomar
Castelo de Vide	Óbidos	Tondela
Castro Marim	Odemira	Torres Vedras
Celorico da Beira	Oliveira do Hospital	Viana do Alentejo
Chaves	Ourique	Vieira do Minho
Coruche	Palmela	Vila Nova de Foz Côa
Cuba	Pedrógão Grande	Vila Nova de Paiva
Elvas	Penacova	Vila Viçosa
Estarreja	Penedono	Vimioso
Estremoz	Peniche	

Neste grupo de concelhos identificam-se alguns subconjuntos com alguma continuidade geográfica, casos dos concelhos fronteiriços do distrito de Vila Real, um número de concelhos dispersos na região centro, o conjunto a sul da Região do Oeste, o Alentejo Central e quatro concelhos do distrito de Beja.

A representação cartográfica da distribuição no Continente dos diferentes *clusters* apresenta-se no mapa seguinte:

Mapa 45: Distribuição dos Concelhos pelos *Clusters*, 9º ano de Escolaridade



Ensaio de agrupamento de concelhos, considerando o nível Secundário

O segundo ensaio de tipificação dos concelhos recorre ao mesmo tipo de indicadores escolares utilizados no ensaio anterior, mas devidamente ajustados ao ciclo de ensino consequente: indicadores relativos às taxas de atraso, em que se prescinde das taxas relativas ao 1º e 2º ciclos do ensino básico, selecionando as do 3º ciclo e do nível secundário; em segundo lugar, as diferenças entre as taxas de abandono observadas e estimadas (idades 15-17 anos e 18-24 anos), e por fim as diferenças entre as classificações de Ensino Secundário (2008-12). Na Tabela 1 apresentam-se as medidas descritivas destas variáveis. Como se pode verificar, as classificações do ensino secundário não existem em todos os concelhos, por inexistência de estabelecimentos com este nível de ensino, do que resulta que a tipologia apresentada abrange 244 concelhos e não a totalidade destas unidades administrativas.

Tabela 61 – Medidas descritivas das variáveis de input

	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	N
Classificações Secundário (VO-VE) 2008-2012	,00	2.8	-14,0	8,9	244
Taxa atraso 3º ciclo 2011	30	4.3	18,6	45,2	278
Taxa atraso Secundário 2011	40	5.6	28,0	65,2	278
Taxa abandono 15-17 (VO-VE) 2011	0	2.2	-6,1	8,2	278
Taxa abandono 18-24 (VO-VE) 2011	0	4.2	-16,3	12,2	278

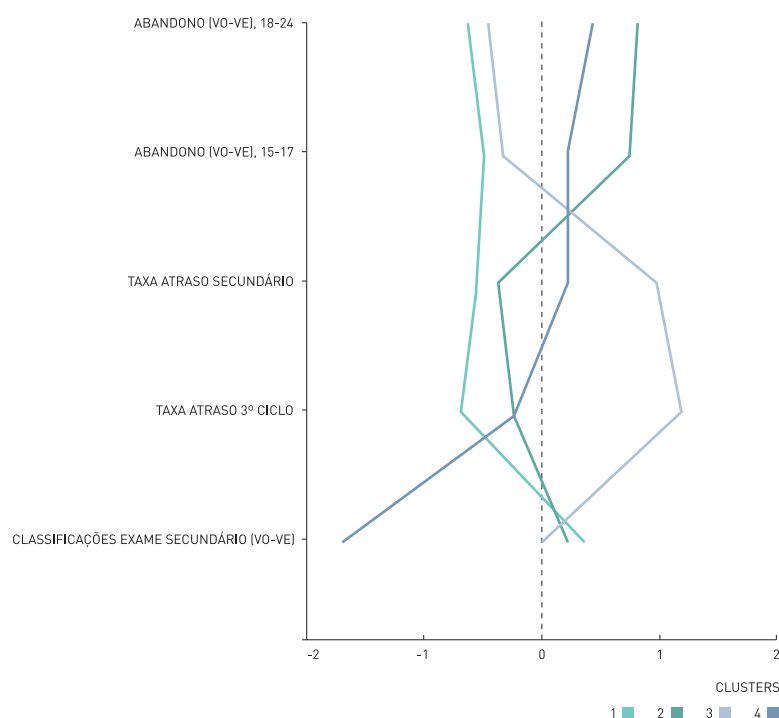
Todas as variáveis contribuem para a diferenciação dos quatro *clusters* retidos². A que mais diferencia é a taxa de atraso no 3º ciclo, com um valor de teste F substancialmente acima das restantes variáveis (F=91,9). As que menos diferenciam são a diferença entre o valor observado e estimado da taxa de abandono do grupo de idades 15-17 (F=34,8) e a diferença das classificações observadas e estimadas do ensino secundário (F=49,9).

Tabela 62 – Perfis dos *clusters* segundo as variáveis de *input*¹

	Classificações ES (VO-VE) 2008-2012		Taxa atraso 3º ciclo 2011		Taxa atraso Secundário 2011		Taxa abandono 15-17 (VO-VE) 2011		Taxa abandono 18-24 (VO-VE) 2011	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
Cluster 1 (83)	,98 (.4)	1,9 (.7)	26,8 (-,7)	2,5 (.6)	37,6 (-,5)	3,2 (.6)	-1,2 (-,5)	1,3 (.6)	-2,9 (-,6)	2,0 (.7)
Cluster 2 (74)	,64 (.2)	2,0 (.7)	28,6 (-,2)	2,9 (.7)	38,5 (-,4)	4,4 (.8)	1,5 (.7)	1,7 (.8)	3,1 (.8)	2,5 (.6)
Cluster 3 (59)	,05 (.0)	2,7 (1,0)	34,8 (1,2)	2,7 (.6)	45,6 (.9)	3,9 (.7)	-,8 (-,3)	2,2 (1,0)	-2,2 (-,5)	3,2 (.8)
Cluster 4 (28)	-4,7 (-1,7)	2,5 (.8)	28,7 (-,2)	4,3 (1,0)	41,7 (.2)	4,8 (.9)	,3 (.2)	2,1 (1,0)	1,5 (.4)	3,2 (.8)

¹ Valores das variáveis estandardizadas entre parêntesis

Gráfico 11 – Médias das variáveis de *input* (estandardizadas) segundo os *clusters*



CLUSTER 1

Corresponde ao grupo dos concelhos cujas classificações de exame no ensino secundário são acima do estimado (média de 0,98), com taxas de atraso abaixo da média nos vários ciclos e abandono observado abaixo do esperado, tanto nas idades 15-17 (média: -1,2) como 18-24 (média: -2,9). Compreende um total de 83 concelhos. Trata-se do agrupamento que se pode identificar pelo melhor padrão de **sucesso escolar**, com os mais baixos níveis de retenção e abandono. Tende a identificar-se, considerando a mancha de concelhos, com o *cluster* 3 do exercício anterior.

² Tal como no exercício anterior, no sentido de decidir quantos grupos de concelhos deviam ser definidos, foi utilizado o método hierárquico aglomerativo Ward com a distância euclidiana quadrada como medida de dissimilaridade. Tendo-se decidido na análise exploratória pela definição de 4 grupos, a classificação dos concelhos foi refinada com recurso ao método não-hierárquico K-means. Para a realização desta análise foi necessário estandardizar todas as variáveis em escalas iguais (scores Z).

Águeda	Gondomar	Santa Comba Dão
Aguiar da Beira	Guimarães	Santa Maria da Feira
Alcanena	Lamego	Santarém
Alcobaça	Leiria	Santo Tirso
Amarante	Lousã	São João da Madeira
Amares	Maia	São Pedro do Sul
Anadia	Marinha Grande	Sardoal
Ansião	Matosinhos	Seia
Arcos de Valdevez	Meda	Sertã
Arraiolos	Mira	Sesimbra
Barcelos	Miranda do Corvo	Sever do Vouga
Batalha	Moimenta da Beira	Soure
Braga	Monção	Terras de Bouro
Caldas da Rainha	Montemor-o-Velho	Tomar
Caminha	Mortágua	Tondela
Cantanhede	Nelas	Torres Novas
Castelo Branco	Oliveira de Azeméis	Trofa
Coimbra	Oliveira de Frades	Vale de Cambra
Coruche	Oliveira do Bairro	Valença
Covilhã	Ourém	Valongo
Elvas	Penacova	Viana do Castelo
Estremoz	Pombal	Vila de Rei
Évora	Ponte da Barca	Vila Nova da Barquinha
Ferreira do Zêzere	Ponte de Lima	Vila Nova de Famalicão
Figueira da Foz	Porto de Mós	Vila Nova de Gaia
Figueiró dos Vinhos	Proença-a-Nova	Vila Verde
Fornos de Algodres	Rio Maior	Vouzela
Fundão	Salvaterra de Magos	

CLUSTER 2

Agrupar 74 concelhos e distingue-se por ter taxas de abandono acima do esperado nos dois grupos de idade (médias: 1,5 e 3,1), mas classificações de exame acima do estimado (média: 0,6). As taxas de atraso são ligeiramente abaixo da média nacional. Identificamos este conjunto pelo **sucesso** nos resultados escolares, mas com **seletividade pelo abandono**.

Abrantes	Faro	Peniche
Albergaria-a-Velha	Felgueiras	Pinhel
Alcácer do Sal	Ferreira do Alentejo	Porto
Alcochete	Lagoa (Algarve)	Póvoa de Lanhoso
Alenquer	Lisboa	Póvoa de Varzim
Aljustrel	Lourinhã	Redondo
Almeirim	Lousada	Ribeira de Pena
Alpiarça	Macedo de Cavaleiros	Sabugal
Alvaiázere	Mafra	Santiago do Cacém
Arouca	Mangualde	Sátão
Arruda dos Vinhos	Marco de Canaveses	Serpa
Aveiro	Mealhada	Sobral de Monte Agraço
Beja	Miranda do Douro	Tarouca
Bombarral	Mirandela	Tavira
Carregal do Sal	Mondim de Basto	Torres Vedras
Cascais	Montijo	Trancoso
Castro Daire	Nazaré	Valpaços
Celorico da Beira	Odemira	Vendas Novas
Celorico de Basto	Oeiras	Vila do Conde
Chamusca	Oleiros	Vila Nova de Foz Côa
Chaves	Ovar	Vila Nova de Paiva
Entroncamento	Paços de Ferreira	Vila Pouca de Aguiar
Espinho	Palmela	Viseu
Esposende	Paredes	Vizela
Estarreja	Penafiel	

CLUSTER 3

Este grupo reúne um conjunto de 59 concelhos com classificações de exame muito próximas do esperado em função do indicador socioeconómico (média: 0,05), taxas de atraso claramente superiores à média, em particular o 3º ciclo (média: 34,8) mas taxas de abandono inferiores ao esperado. O traço distintivo deste agrupamento está nas elevadas taxas de atraso sem que os resultados se afastem da média nacional. Neste sentido podemos falar de **sucesso esperado com seletividade pela retenção**.

Albufeira	Lagos	Penamacor
Alijó	Loulé	Peso da Régua
Almada	Loures	Portimão
Almeida	Mação	Reguengos de Monsaraz
Amadora	Manteigas	Resende
Arganil	Melgaço	Sabrosa
Azambuja	Mértola	São Brás de Alportel
Baião	Mesão Frio	São João da Pesqueira
Barreiro	Moita	Setúbal
Belmonte	Montalegre	Silves
Benavente	Montemor-o-Novo	Sines
Campo Maior	Mora	Sintra
Carraceda de Ansiães	Moura	Tabuaço
Castelo de Paiva	Murça	Torre de Moncorvo
Castro Verde	Murtosa	Viana do Alentejo
Cinfães	Óbidos	Vieira do Minho
Fronteira	Odivelas	Vila Flor
Golegã	Olhão	Vila Real de Santo António
Grândola	Oliveira do Hospital	Vinhais
Idanha-a-Nova	Ourique	

Neste agrupamento estão representados a maioria dos concelhos da região do Douro, uma parte significativa dos concelhos das Área Metropolitana de Lisboa e cerca de metade dos concelhos do Algarve.

CLUSTER 4

Agrupar 28 concelhos que apresentam classificações de exame observadas muito abaixo do esperado (média: -4,7), mas taxas de atraso próximas da média nacional (do 3º ciclo ligeiramente abaixo e do Secundário um pouco acima). As taxas de abandono estão ligeiramente acima do esperado, especialmente as do grupo de idades 18-24 anos (média: 1,5). O traço distintivo deste *cluster* é o **insucesso escolar** expresso através dos resultados dos exames, a que não será estranho o abandono.

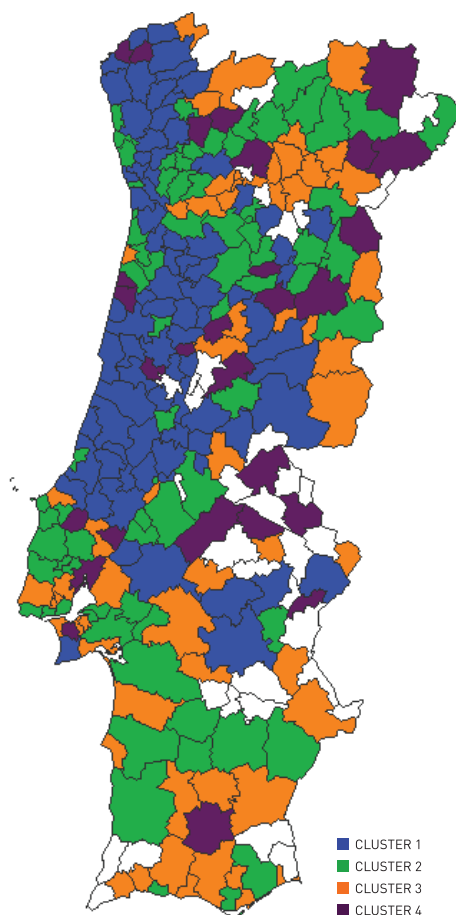
Alfândega da Fé	Gouveia	Portalegre
Almodôvar	Guarda	Seixal
Alter do Chão	Ílhavo	Tábua
Bragança	Mogadouro	Vagos
Cabeceiras de Basto	Nisa	Vila Franca de Xira
Cadaval	Pampilhosa da Serra	Vila Nova de Cerveira
Cartaxo	Paredes de Coura	Vila Nova de Poiares
Condeixa-a-Nova	Penalva do Castelo	Vila Real
Fafe	Ponte de Sor	Vila Viçosa

Figueira de Castelo Rodrigo

Será difícil identificar um *continuum* geográfico: os concelhos apresentam-se, na maioria dos casos, como fenómenos isolados, distribuindo-se por zonas urbanas e rurais, do litoral ou do interior.

A representação cartográfica da distribuição no Continente dos diferentes *clusters* apresenta-se no mapa seguinte:

Mapa 46: Distribuição dos Concelhos pelos *Clusters*, Nível Secundário



RECOMENDAÇÕES

CAPÍTULO 5



Não queremos deixar terminar este estudo sem fazer algumas recomendações que a elaboração da versão final nos foi sugerindo. Estas recomendações não resultam apenas da análise efectuada neste trabalho, mas incorporam adquiridos da reflexão sobre os problemas do sistema de ensino em Portugal. Neste sentido, elas pretendem representar bases de discussão para o futuro das políticas públicas de educação no país, especialmente aquelas que pretendem superar ou atenuar a larga margem de ineficiência que estes indicadores revelam.

1. Como lidar com a diversidade territorial evidenciada pela cartografia da educação em Portugal? O sistema de ensino português apresenta características muito marcantes de gestão centralizada e muitas das políticas públicas, visando a sua reforma, tendem a adoptar respostas nacionais para problemas que se expressam em escalas locais ou regionais. Possivelmente, o insucesso dos grandes planos de reforma resultam dessa diversidade de contextos sociais e espaciais. Nesta perspectiva, as medidas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolares deveriam assentar num princípio de descentralização e de mobilização das escolas, das comunidades locais, das associações intermunicipais ou de redes colaborativas de escolas, para prosseguir objectivos comuns através de estratégias diferenciadas.

2. Se privilegiarmos uma intervenção preventiva, o seu foco deve incidir prioritariamente sobre a qualidade das aprendizagens, em especial no primeiro ciclo do ensino básico. A retenção e a repetência nos primeiros quatro anos de escolaridade são factores de insucesso e de abandono que vão refletir-se nos anos seguintes. De um sistema de ensino em que cerca de 35% dos alunos têm, pelo menos, um ano de atraso em relação à idade normal de conclusão do ciclo de ensino, teremos de concluir que não está concebido para promover o sucesso e a equidade. Existe uma cultura de retenção e de abandono que é necessário modificar de forma a atenuar o carácter seletivo desse sistema.

3. O atraso acumulado ao longo dos trajetos escolares tende a acentuar os determinismos sociais do insucesso: os modelos de regressão múltipla hierárquica revelam maior poder explicativo das variáveis socioeconómicas de contexto para a explicação de abandonos em idades mais avançadas. Uma das leituras possíveis desses resultados sugere uma recomendação particular: quando as intervenções remediativas sobre o risco de insucesso e de abandono incidem sobre o 3º ciclo ou o ensino secundário, a probabilidade de inversão das expectativas é claramente mais reduzida. Neste contexto deve privilegiar-se a intervenção precoce quer no primeiro ciclo do ensino básico quer nas transições de ciclo, em especial para o 2º e deste para o 3º ciclo. O facto reconhecido de os primeiros anos de cada ciclo (à exceção do 1º) serem aqueles onde se registam maiores taxas de retenção sugere uma deficiente articulação das aprendizagens e de culturas escolares segmentadas em cada ciclo de ensino.

4. Desta recomendação não deverá concluir-se pela desvalorização da ação remediativa no 3º ciclo e Secundário. Antes a necessidade de a complementar com intervenções preventivas nos 1º e 2º ciclos. Enquanto aquela deverá orientar-se para ações de capacitação e tendo em vista o aumento das expectativas de escolarização, a ação preventiva deverá orientar-se para a qualificação e consolidação das aprendizagens estruturantes.

5. O problema da articulação das aprendizagens entre diferentes ciclos de ensino é observável a diferentes escalas, desde o desenho curricular consagrado na atual Lei de Bases do Sistema Educativo até à gestão pedagógica das escolas, passando pela articulação de programas e manuais escolares ou mesmo de culturas profissionais de professores que tendem a potenciar essa segmentação.

6. Não podendo responder a todos os focos de insucesso, a procura de eficácia deve centrar-se nos concelhos que combinam elevada concentração urbana e elevados riscos de insucesso e abandono. Concelhos com uma elevada taxa de abandono, mas com uma dimensão demográfica reduzida, obrigam a uma dispersão de recursos e uma menor eficácia da ação preventiva ou remediativa. Os casos, por exemplo, da Área Metropolitana de Lisboa ou da região dos Vales do Ave, Sousa e Tâmega que se revelam paradigmáticos: tratando-se de concelhos de elevada concentração populacional, apresentam valores observados de abandono muito superiores ao valor estimado.

7. Existe um conjunto de condicionantes estruturais que limitam a ação preventiva. Eles tanto se inscrevem no *background* familiar dos alunos, como na incapacidade de gerar maiores expectativas de escolarização e de sucesso. Identificam-se casos não só de resiliência, mas também os que contrariam os determinismos sociais e económicos locais e regionais. O desempenho de alguns concelhos quer no baixo risco de abandono quer nos resultados escolares obtidos, permite concluir que é possível contornar os determinismos socioeconómicos desde que a mobilização dos recursos e das vontades se faça em torno de objectivos muito concretos e de estratégias de qualificação muito bem delineadas.

8. A capacidade de gerar expectativas de sucesso nos alunos não se deve centrar exclusivamente nas escolas e nos professores. As famílias, as comunidades locais, as autarquias e as empresas têm um contributo a dar para que essas expectativas possam aumentar e contrariar o carácter seletivo e determinístico dos trajetos escolares em contextos sociais de

desvantagem económica ou mesmo de exclusão. A análise efectuada demonstra a relevância de uma elevada escolarização dos pais, especialmente das mães, para baixar os níveis de abandono e elevar os resultados escolares, mas não são despidiendos os contributos das variáveis de contexto. Remeter exclusivamente para a origem social dos alunos os factores de sucesso ou de insucesso escolares tende a desresponsabilizar o papel da escola e da comunidade local para contrariar esse determinismo.

9. Uma melhor regulação da transição da escola para o mercado de trabalho poderá ajudar a dissuadir o abandono precoce. Neste particular domínio ganha relevância o desafio da escolaridade obrigatória de 12 anos, recentemente em vigor. Há uma manifesta contradição entre esta medida e a legislação laboral que permite o início da atividade aos 16 anos. De pouco serve uma norma coerciva de escolarização quando coexiste com uma norma permissiva que contraria aquela. Uma das soluções possíveis seria a regulamentação do trabalho a tempo parcial entre os 16 e os 18 anos de forma a conciliar a frequência escolar e uma integração progressiva no mercado de trabalho.

10. Recomenda-se uma leitura mais atenta e a exigir análises *micro*, do sucesso obtido em muitos dos concelhos que apresentam valores observados de abandono abaixo e de resultados escolares acima dos valores estatisticamente estimados. É nesses concelhos que a análise de *clusters* identificou de forma rigorosa que poderemos encontrar as experiências escolares que potenciam o sucesso e que merecem a atenção e ponderação dos decisores. Os seus exemplos enquanto referenciais de boas práticas deverão ser difundidos por todo o país de forma a potenciar a adopção de estratégias descentralizadas de qualificação do ensino e das aprendizagens.

11. Um dos efeitos perversos que foi analisado neste estudo é o resultante da combinação de seletividade e resultados observados acima do esperado. Numa leitura rápida dos concelhos onde o sucesso dos resultados é obtido à custa de retenção ou abandono, o seu carácter seletivo indicia culturas tradicionais de aparente exigência mas sem criar valor acrescentado na recuperação dos alunos com maiores dificuldades .

12. Por último, mas não menos importante, importa avaliar quais os custos reais para o sistema de ensino da retenção e do abandono escolares. A ineficiência associada a estes fenómenos tem repercussões que vão muito para além da não observância do princípio da equidade e dos efeitos sociais que resultam da espiral do atraso educativo. Sabendo-se muito pouco sobre os custos a médio e longo prazo de uma saída antecipada do sistema de ensino, existem já alguns estudos sobre os custos da retenção. Admitindo que 35% dos alunos têm, pelo menos, uma retenção e o custo médio por aluno dos ensinos básico e secundário é de, pelo menos, 4.000 anuais, o desperdício nunca será inferior a 250 milhões de euros por ano. A solução não passará necessariamente por proibir a retenção ou de a iludir pela busca de sucesso a qualquer custo. A solução passa antes por preveni-la e, acima de tudo, contrariar a cultura dominante que a aceita como algo de “natural”.

BIBLIOGRAFIA



Abbott, M. 2011. *Understanding Educational Statistics Using Microsoft Excel and SPSS*. Wiley: New Jersey.

Alves, Natália. 1998. "Escola e Trabalho: atitudes, projetos e trajetórias" in Manuel Vilaverde Cabral e José Machado Pais (coord.), *Jovens portugueses de hoje*. Lisboa: Celta e Secretaria de Estado da Juventude.

Azevedo, Joaquim. 1999a. *Inserção Precoce no Mercado de Trabalho*, Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Azevedo, Joaquim. 1999b. *Voos de borboleta. Escola, trabalho e profissão*. Lisboa: Asa.

Azevedo, Joaquim e António M. Fonseca. 2007. *Imprevisíveis itinerários de transição escola-trabalho. A expressão de uma outra sociedade*. Porto: Fundação Manuel Leão.

Baudelot, C. e R. Establet. 1975. *L'école primaire divise*. Paris: Maspéro.

Benavente, Ana, Jean Campiche, Teresa Seabra e João Sebastião. 1994. *Renunciar à Escola. O abandono escolar no ensino básico*. Lisboa: Fim de Século.

Benavente, Ana. 2004. "O pacto educativo para o futuro: um instrumento estratégico para o desenvolvimento educativo em Portugal", *Revista Iberoamericana de Educación*, 34. pp. 69-108.

Bessa, A. R., e S. D. Pereira. 2011. *Já não há abandono escolar em Portugal? Evidências de três anos no terreno*. Lisboa: Coleção Cadernos EPIS- Escolas de Futuro, 1, 28, (C. E.-E. de Futuro, Ed.).

Bourdieu, P. e J. C. Passeron. 1970. *La reproduction. Elements pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Ed. Minuit.

Boudon, R. 1973. *L'inégalité des chances*. Paris: A. Colin.

Bernstein, B. 1975. *Langage et classe sociales, Codes socio-linguistiques et controle social*. Paris: Ed. Minuit.

Bryman, Alan e Duncan Cramer. 2003. *Análise de Dados em Ciências Sociais, Introdução às Técnicas utilizando o SPSS para Windows*. Oeiras: Celta.

Bowles, G. e H. Gintis. 1976. *Schooling in Capitalist America*. New York: Basic Books.

Capucha, Luís (org.). 2009. *Mais Escolaridade-Realidade e Ambição: Estudo Preparatório do Alargamento da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.

Cedefop. 2010. *Skills supply and demand in Europe: medium term forecast up to 2020*. Luxembourg: Publications Office of the European Union

Comissão Europeia. 2011. "Tackling early school leaving: a key contribution to the Europe 2020 Agenda", Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, Bruxelas, 31.1.2011. COM (2011) 18 final. Disponível em http://ec.europa.eu/education/school-education/doc/earlycom_en.pdf.

Conselho Nacional da Educação. 2011. *Estado da Educação 2011. A qualificação dos Portugueses*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Delmont, S. 1980. *Sex roles and the schools*. London: Methuen.

Diogo, A. 2008. *Investimento das Famílias na Escola. Dinâmicas Familiares e Contexto Escolar Local*. Celta Editora: Lisboa.

Duru-Bellat, M; Mingat, A. 1988. «Le déroulement de la scolarité au collège : le contexte «fait des différences». *Revue Française de Sociologie*, 29(4), pp. 649-666.

Field, A. (2009). *Discovering Statistics Using SPSS*. 3rd Edition. Sage: Londres.

Estêvão, Pedro e Maria Álvares. 2013. *A medição e intervenção do abandono escolar precoce: desafios na investigação de um objeto esquivo*, CIES e-Working Paper N.º 157.

Ferrão, João (org.). 2001. *Saída Prematura do Sistema Educativo: Aspectos da Situação, Causas e Perspectivas em Termos de Emprego e Formação. (1999 - 2000)*. Lisboa: GEOIDEIA, Observatório do Emprego e Formação.

Field, A. 2009. *Discovering Statistics Using SPSS*. 3rd Edition. Sage: Londres.

GHK. 2005. *Study on Access to Education and Training, Basic Skills and Early School Leavers: Final Report*, DG EAC 38/04. Bruxelas: DG EAC. Disponível em http://ec.europa.eu/education/pdf/doc284_en.pdf.

GHK. 2011. *Redução do Abandono Escolar Precoce na União Europeia*. Bruxelas: DG EAC.

Grácio, S. e S. Miranda. 1977. "Insucesso escolar e origem social": resultados de um inquérito-piloto", in *Análise Social*, n. 51, pp 721-726.

Hair, J., Anderson R., Tatham, R. e Black, W. 2010. *Multivariate Data Analysis: A Global Perspective*, Upper Saddle River: Pearson International Edition.

Justino, D.; Valente Rosa, M. 2009. *Contexto envolvente e factores condicionantes do trabalho infantil (demográficos, económicos, sociais e culturais)*. In Lisboa, M. (coord.). *Infância Interrompida. Caracterização das actividades desenvolvidas pelas crianças e jovens em Portugal*. Colibri, PETI, CESNOVA e SociNova: Lisboa.

Lyche, C. 2010. "Taking on the Completion Challenge: A Literature Review on Policies to Prevent Dropout and Early School Leaving", in *OECD Education Working Papers*, No. 53, OECD Publishing. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5km4m-2t59cmr-en>.

Marôco, J. 2011. *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 5ª Ed. Pêro Pinheiro: Lisboa.

Martins, Susana. 2012. *Escolas e Estudantes da Europa: Estruturas, Recursos e Políticas de Educação*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

OECD. 2011. *Education at a Glance 2011: OECD Indicators*, OECD Publishing. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2011-en>

Perrenoud, P. 1984. *La fabrication de l' excellence scolaire*. Genève: Paris

Reis, E. 1997. *Estatística Multivariada Aplicada*. Edições Sílabo: Lisboa.

Roldão, Maria do Céu. 2004. "Escolaridade obrigatória, insucesso e abandono escolar: obrigatoriedade porquê? E insucesso de quem?" in *As bases da educação: [actas] / Seminário Lei de Bases da educação*. Conselho Nacional de Educação (Org.).

Tabachnick, B.; Fidell, L. 2007. *Using Multivariate Statistics*. 5th Edition. Pearson Education: Boston.

Zanten A. H. van. 1990. *L' école et l'espace local*. Lyon: Presses Universitaire de Lyon.

